

# Relatório Anual

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural  
2017





Foto: Luciana Medeiros/ Câmara dos Deputados

---

## Mesa da Câmara dos Deputados

### 55a Legislatura - 3a Sessão Legislativa Ordinária

---

**Presidente**  
*Rodrigo Maia*

**1º Vice-Presidente**  
*Fábio Ramalho*

**2º Vice-Presidente**  
*André Fufuca*

**1º Secretário**  
*Giacobo*

**2º Secretário**  
*Mariana Carvalho*

**3ª Secretária**  
*JHC*

**4º Secretário**  
*Rômulo Gouvêia*

#### Suplentes de Secretário

**1º Suplente**  
*Dagoberto*

**2º Suplente**  
*César Halum*

**3º Suplente**  
*Pedro Uczai*

**4º Suplente**  
*Carlos Manato*

**Diretor-Geral**  
*Lucio Henrique Xavier Lopes*

**Secretário-Geral da Mesa**  
*Wagner Soares Padilha*

---

## SUMÁRIO

<b>EQUIPE TÉCNICA .....</b>	<b>6</b>
<b>PALAVRA DO PRESIDENTE.....</b>	<b>8</b>
<b>MESA DIRETORA .....</b>	<b>10</b>
MEMBROS TITULARES .....	11
MEMBROS SUPLENTES.....	14
<b>MARÇO .....</b>	<b>15</b>
<b>ABRIL .....</b>	<b>19</b>
<b>MAIO .....</b>	<b>24</b>
<b>JUNHO .....</b>	<b>34</b>
<b>JULHO .....</b>	<b>42</b>
<b>AGOSTO .....</b>	<b>49</b>
<b>SETEMBRO .....</b>	<b>58</b>
<b>DEZEMBRO .....</b>	<b>84</b>
<b>PROPOSIÇÕES .....</b>	<b>88</b>
PROPOSIÇÕES APRECIADAS PELA CAPADR.....	88
RESULTADO DAS PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA CAPADR .....	89
REUNIÕES REALIZADAS PELA CAPADR .....	90
GRÁFICO DO RESULTADO DAS PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA CAPADR.....	91

<b>MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	<b>92</b>
MATÉRIAS APROVADAS .....	92
MATÉRIAS REJEITADAS.....	102
MATÉRIAS EM APRECIAÇÃO .....	103
<b>REQUERIMENTOS .....</b>	<b>112</b>
APROVADOS E IMPLEMENTADOS.....	112
APROVADOS, MAS NÃO IMPLEMENTADOS.....	125
<b>REUNIÕES.....</b>	<b>140</b>
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	140
REUNIÕES COM MINISTROS.....	161
OUTROS EVENTOS.....	162
<b>EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS.....</b>	<b>173</b>
EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018 – PLN 1/2017 .....	173
EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2018 – PLN 20/2017 .....	174
<b>SUBCOMISSÕES.....</b>	<b>178</b>
PERMANENTES.....	178
<b>EXPEDIENTE.....</b>	<b>181</b>

## **EQUIPE TÉCNICA**

### **Diretoria Legislativa**

#### **Diretor**

Afrísio Vieira de Lima Filho

### **Departamento de Comissões**

#### **Diretora**

Aparecida de Moura Andrade

### **Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

#### **Secretário Executivo**

FRANCISCO ALEXANDRE PIERRE B. LIMA

#### **1º Substituto – Chefe do Serviço de Comissão**

GUILHERME LUIZ GUIMARÃES MEDEIROS

#### **2ª Substituta – Chefe da Sessão de Gestão de Proposição**

DIÉZICA VARGAS

#### **Serviço de Comissão**

DINALDO ALVES NOGUEIRA

MÁRCIO MARQUES DE PAULA

#### **Sessão de Gestão de Proposição**

ROSÂNGELA RODRIGUES DE CARVALHO

TIAGO VICENTE BRASIL

#### **Secretária do Presidente**

DJENANE VALE DE PAULA

**Assessores Técnicos**

CLEIDE DE FREITAS LIMA

**Estagiária**

LUCIANA DE MEDEIROS SANTOS

**Pró-adolescentes**

ANA CATARINA FERREIRA MENDES

LARISSA HÉLLEN PEREIRA DE ARAÚJO

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados

Anexo II, Ala C, térreo, sala 34

Brasília - DF - CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-6403 / 3216-6402

E-mail: [capadr.decom@camara.leg.br](mailto:capadr.decom@camara.leg.br)

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr>

## PALAVRA DO PRESIDENTE



Foto: Luis Macedo / Câmara dos Deputados

## PALAVRA DO PRESIDENTE

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Maecenas porttitor congue massa. Fusce posuere, magna sed pulvinar ultricies, purus lectus malesuada libero, sit amet commodo magna eros quis urna. Nunc viverra imperdiet enim. Fusce est.

Vivamus a tellus. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Proin pharetra nonummy pede. Mauris et orci. Aenean nec lorem.

In porttitor. Donec laoreet nonummy augue. Suspendisse dui purus, scelerisque at, vulputate vitae, pretium mattis, nunc. Mauris eget neque at sem venenatis eleifend. Ut nonummy.

Fusce aliquet pede non pede. Suspendisse dapibus lorem pellentesque magna. Integer nulla. Donec blandit feugiat ligula. Donec hendrerit, felis et imperdiet euismod, purus ipsum pretium metus, in lacinia nulla nisl eget sapien.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Maecenas porttitor congue massa. Fusce posuere, magna sed pulvinar ultricies, purus lectus malesuada libero, sit amet commodo magna eros quis urna. Nunc viverra imperdiet enim. Fusce est. Vivamus a tellus. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas.

Proin pharetra nonummy pede. Mauris et orci. Aenean nec lorem. In porttitor. Donec laoreet nonummy augue. Suspendisse dui purus, scelerisque at, vulputate vitae, pretium mattis, nunc. Mauris eget neque at sem venenatis eleifend.

Ut nonummy. Fusce aliquet pede non pede. Suspendisse dapibus lorem pellentesque magna. Integer nulla. Donec blandit feugiat ligula. Donec hendrerit, felis et imperdiet euismod, purus ipsum pretium metus, in lacinia nulla nisl eget sapien. Donec ut est in lectus consequat consequat.

Etiam eget dui. Aliquam erat volutpat. Sed at lorem in nunc porta tristique. Proin nec augue. Quisque aliquam tempor magna. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Nunc ac magna.

Maecenas odio dolor, vulputate vel, auctor ac, accumsan id, felis. Pellentesque cursus sagittis felis. Pellentesque porttitor, velit lacinia egestas auctor, diam eros tempus arcu, nec vulputate augue magna vel risus. Cras non magna vel ante adipiscing rhoncus. Vivamus a mi. Morbi neque. Aliquam erat volutpat.

**Deputado Federal Sérgio Souza**  
**Presidente da CAPADR**

## MESA DIRETORA



Sergio Souza (PMDB/PR)  
**Presidente**



Valdir Colatto (PMDB/SC)  
**1º Vice-presidente**



Dulce Miranda (PMDB/TO)  
**2º Vice-presidente**



Domingos Sávio (PSDB/MG)  
**3º Vice-presidente**

## Membros Titulares



				
Francisco Chapadinha PODE/PA	Giovani Cherini PR/RS	Guilherme Coelho PSDB/PE* Não é membro atualmente	Heitor Schuch PSB/RS	Herculano Passos PSD/SP

				
Heuler Cruvinel PSD/GO	Irajá Abreu PSD/TO	Izaque Silva PSDB/SP	Jerônimo Goergen PP/RS	João Daniel PT/SE

				
Jony Marcos PRB/SE	Jorge Boeira PP/SC	Josué Bengtson PTB/PA	Lázaro Botelho PP/TO	Luana Costa PSB/MA





## Membros Suplentes

Afonso Motta PDT/RS, Alceu Moreira PMDB/RS , Beto Mansur PRB/SP, Beto Rosado PP/RN, Beto Salame PP/PA, Bohn Gass PT/RS, Cajar Nardes PODE/RS , Carlos Bezerra PMDB/MT , Carlos Henrique Gaguim PODE/TO , Carlos Manato SD/ES, Carlos Marun PMDB/MS, Carlos Melles DEM/MG, Daniel Vilela PMDB/GO, Davidson Magalhães PCdoB/BA, Diego Andrade PSD/MG , Diego Garcia PHS/PR, Eli Corrêa Filho DEM/SP, Expedito Netto PSD/RO, Fausto Pinato PP/SP, Hélio Leite DEM/PA, João Rodrigues PSD/SC, Kaio Maniçoba PMDB/PE (\*), Luciano Ducci PSB/PR, Luiz Fernando Faria PP/MG, Magda Mofatto PR/GO, Marcos Montes PSD/MG, Mário Heringer PDT/MG , Miguel Lombardi PR/SP, Moses Rodrigues PMDB/CE, Nelson Marquezelli PTB/SP, Nilton Capixaba PTB/RO, Nivaldo Albuquerque PRP/AL, Pepe Vargas PT/RS, Professor Victório Galli PSC/MT, Reinhold Stephanes PSD/PR , Remídio Monai PR/RR, Ronaldo Martins PRB/CE, Tereza Cristina S.PART/MS, Uldurico Junior PV/BA, Walter Alves PMDB/RN, Zé Carlos PT/MA

(\*) = deputado(a) não está no exercício do mandato

# MARÇO

## **Agricultura e Defesa do Consumidor vão acompanhar Operação Carne Fraca**

24/03/2017 - As suspeitas na área de fiscalização sanitária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apuradas pela Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, serão acompanhadas na Câmara pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Defesa do Consumidor. Já foi protocolado pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

*Cleia Viana / Câmara dos Deputados*



*Deputado Sergio Souza, novo presidente da Comissão de Agricultura*

O novo presidente da Comissão de Agricultura, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), anunciou que pretende trazer o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, para debater causas e efeitos da investigação policial. Ele também pretende realizar audiência pública com entidades representativas do setor de frigoríficos.

Souza disse estar preocupado principalmente com as consequências da Operação Carne Fraca para as cadeias produtivas de aves e de suínos. “Defendemos o

aprofundamento das investigações e que sejam punidos exemplarmente quem deu causa a esse prejuízo para o setor, que é incalculável.”

O presidente da comissão lembrou ainda que a agropecuária responde por 7 milhões de empregos e é fundamental para a balança comercial brasileira. “Souza assume em um momento delicado para a pecuária nacional”, analisou o antecessor no cargo, deputado Lázaro Botelho (PP-TO).

### **Consumidor**

O novo presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), afirmou que a Operação Carne Fraca é prioridade. “Vamos promover audiências públicas e visitas aos frigoríficos, já que isso fere diretamente o direito do consumidor.”

Outros temas que vão merecer a atenção, segundo o presidente, são as cobranças abusivas da parte das empresas de telefonia, a polêmica em torno da cobrança do transporte de bagagens pelas companhias aéreas e a eventual criação de um plano de saúde popular privado – proposta em estudo no governo.

“Sou contra a cobrança por bagagens, que é abusiva. Em relação ao plano de saúde, temos que aguardar a proposta e analisar o caso junto com a Comissão de Seguridade Social e Família”, disse.

Reportagem - Antonio Vital  
Edição - Ralph Machado  
Da Agência Câmara Notícias

## Comissão de Agricultura quer ouvir ministro Blairo Maggi sobre Operação Carne Fraca

30/03/2017 - Operação da Polícia Federal, que investiga esquemas de corrupção para a liberação de produtos em alguns frigoríficos, também é alvo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

*Cleia Viana / Câmara dos Deputados*



*O presidente da Comissão de Agricultura, Sergio Souza (C), sugeriu convite ao ministro Blairo Maggi*

Quatro comissões temáticas da Câmara dos Deputados aprovaram, na manhã desta quarta-feira (29), requerimentos de audiências públicas sobre a Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, que investiga esquemas de corrupção para a liberação de produtos em alguns frigoríficos. Ao todo, oito pedidos de debate foram aprovados.

Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, cinco requerimentos com esse teor foram aprovados. Entre eles, o pedido do presidente da comissão, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), para que o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, compareça ao colegiado para debater os efeitos econômicos e sociais da operação sobre o setor agropecuário nacional.

Souza quer discutir com o ministro, por exemplo, “as possíveis medidas que o Parlamento pode tomar para recuperar a credibilidade do Brasil no mercado nacional e internacional”. Outro requerimento de Souza, aprovado pela comissão, pede debate com representantes do setor, incluindo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

Também foi aprovado pedido do deputado Celso Maldaner (PMDB-SC) de audiência sobre a repercussão da operação, com diversos convidados, incluindo o ministro Blairo Maggi, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e delegado da Polícia Federal.

Já o deputado Assis do Couto (PDT-PR) quer discutir o modelo de inspeção sanitária de produtos de origem animal adotado no País, com Maggi e com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entre outros convidados. O deputado Izaque Silva (PSDB-SP) também pediu que o ministro fosse ouvido pela comissão sobre a operação.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

## **Agricultura aprova proposta que barra importação de café verde do Peru**

30/03/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (29) proposta que barra a importação de café do Peru. O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 383/16 susta resolução do Ministério da Agricultura que libera a compra do produto.

*Reprodução/TV Câmara*



*O parecer do deputado Zé Silva foi favorável ao projeto que susta a norma do governo*

A Resolução 1/16 permite a entrada de grãos verdes do café peruano, que seriam torrados, além de receberem outros benefícios, para a comercialização no País. O autor do projeto que susta a norma, deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES), disse que o produto peruano entra no mercado brasileiro com preço inferior ao café nacional, o que prejudica sobretudo pequenos produtores que investem em cafés especiais.

“Não há negócio que possa sobreviver a tudo isto. Não é justo que todos esses investimentos, inclusive parte deles promovido pelo próprio governo brasileiro ao investir em pesquisa, seja perdido com a mudança nas regras do jogo”, disse o parlamentar.

Relator da matéria, o deputado Zé Silva (SD-MG) apoiou o texto e apresentou um substitutivo para incluir a suspensão de outra norma do Ministério da Agricultura que aprova requisitos para a importação do café peruano (Instrução Normativa nº 6, de 29/15).

### **Tramitação**

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário.

Reportagem – Emanuelle Brasil

Edição - Sandra Crespo

Da Agência Câmara Notícias

# ABRIL

## **Agricultura aprova registro de início de pousio no Cadastro Ambiental Rural**

10/04/2017 - Trata-se da prática de “descansar” o solo das atividades agrícolas, a fim de devolver a vitalidade da terra e evitar queda na produtividade.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou a exigência de que o proprietário ou posseiro rural registre a data de início do pousio no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

*Billy Boss/Câmara dos Deputados*



*Para Lázaro Botelho, a medida poderá facilitar a atuação dos órgãos fiscalizadores*

O pousio consiste em prática de “descansar” o solo das atividades agrícolas, como forma de devolver a vitalidade da terra e evitar queda na produtividade. A lei estabelece que esse período seja de, no máximo, cinco anos. Entretanto, não exige que essa interrupção do plantio seja registrada.

Por sugestão do relator, deputado Lázaro Botelho (PP-TO), o texto aprovado é o substitutivo acatado anteriormente pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao Projeto de Lei 4652/16, do deputado Cleber Verde (PRB-MA).

Originalmente, o projeto exigia que o agricultor registrasse junto ao órgão competente a data de início do pousio, sem mencionar o CAR.

Botelho acredita que a proposta dará maior segurança à aplicação da lei, possibilitando a atuação dos órgãos fiscalizadores. “Apesar de a lei determinar o prazo máximo para o pousio, faltou definir o modo como registrar o início desse período. Caso contrário, a lei poderia servir de subterfúgio para o aumento das terras improdutivas”, explicou.

O relator também considerou menos burocrático fazer o registro no CAR do que em órgão competente.

O substitutivo altera o Código Florestal (Lei 12.651/12) para incluir a exigência.

### **Tramitação**

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Noéli Nobre  
Edição - Sandra Crespo  
Da Agência Câmara Notícias

## **Governo libera milho para o Norte e Nordeste, informa a CAPADR**

10/04/2017 - O Diário Oficial da União de hoje (11/4) publicou a Portaria interministerial de nº 780 que estabelece os parâmetros para liberação de milho dos estoques públicos destinados às regiões Nordeste e Norte. O cereal será comercializado a preços subsidiados na modalidade de “Venda Balcão”, operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Serão atendidos pelo programa, criadores de pequeno porte de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos. Serão disponibilizadas 200 mil t de milho, tendo como teto o valor de R\$ 33,00 por saco de 60 kg.

O deputado Sergio Souza (PMDB-PR), presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento da Câmara Federal, informou que esta decisão do governo federal foi mais uma vitória da comissão, notadamente das bancadas nordestina e nortista, que muito se empenharam para o atendimento dos criadores. Ele lembrou que na semana passada foi criado um grupo de trabalho, por sugestão do deputado Jony Marcos (PRB-SE), membro da Comissão de Agricultura, para acompanhar as ações do Executivo em socorro àquelas regiões afetadas pela seca e que sofre com a falta do milho.

Sergio Souza lembrou que o presidente da República Michel Temer cumpre agora a promessa feita em fevereiro passado, em cerimônia no Palácio do Planalto, de liberar a venda de

milho dos estoques públicos para pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte do Nordeste. O programa permite o acesso de pequenos criadores que usam o milho como ração animal. Normalmente, a liberação dos estoques governamentais acontece em momentos de necessidade do mercado, seja para regular preço ou para garantir o abastecimento.

Por conta da seca que atinge o Nordeste, a ênfase do programa neste momento será para a região. O objetivo do programa é eliminar o intermediário na venda e garantir o acesso ao produto a preços mais favorecidos. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ligada ao Ministério da Agricultura, serão disponibilizadas cerca de 250 mil toneladas de milho para o país todo (sendo que 200 mil só para Norte/Nordeste, que deverão beneficiar cerca de 140 mil criadores.

Por: Tito Matos

Assessoria de Comunicação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

### **Erva-mate. Cultivo em APP aprovado na Comissão de Agricultura**

11/04/2017 - O Projeto de Lei (5650/16) que autoriza o cultivo de erva-mate em Áreas de Preservação Permanente (APP) em pequena propriedade foi encaminhado para análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). A informação é do deputado Sergio Souza (PMDB-PR), presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Capadr) da Câmara Federal.

Aprovado pela Capadr, a proposta tramita em caráter conclusivo e será apreciada também pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania. “O projeto foi pautado e aprovado por nós porque é inegável a contribuição da erva-mate para o desenvolvimento socioeconômico dos estados produtores, como o Paraná, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, entre outros, em cuja cultura predomina a agricultura familiar”, ressaltou.

”O importante a destacar neste projeto é que o seu autor deputado Afonso Hamm (PP-RS) teve o cuidado com a sustentabilidade ambiental, assim o texto estabelece como condições para a atividade a não supressão de novas áreas de vegetação nativa, a conservação da qualidade da água e do solo e a proteção da fauna silvestre”, declarou Sérgio Souza. Ele explicou que o atual Código Florestal não permite a exploração econômica direta em áreas de APP, a não ser naquelas consolidadas.

Relator na comissão, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), recomendou a aprovação da matéria. Ele concordou com o

argumento do deputado Hamm de que, embora importante para a sustentabilidade ambiental, a APP retira do produtor terras para a exploração econômica. APPs são áreas com rígidos limites de exploração, onde não é permitida a exploração econômica direta, segundo o vigente Código Florestal (Lei 12.651/12).

A erva-mate é o principal produto florestal não madeireiro da Região Sul. Constitui alternativa de renda para cerca de 180 mil produtores familiares, distribuídos por 486 municípios. A cadeia produtiva gera cerca de 700 mil empregos, envolvendo mais de 700 empresas beneficiadoras. Dados do IBGE mostram que área plantada em 2014 foi de 70,8 mil hectares e produção de 670 mil t. O maior produtor de erva-mate extrativa foi o PR (86%), seguido de SC (7,6%) e RS (6,1%).

Por: Tito Matos

Assessoria de Imprensa da Presidência da Comissão de Agricultura

### **Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado vão debater cobrança do Funrural**

19/04/2017 - As Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado vão promover no próximo dia três de maio uma audiência pública em conjunto para debater e avaliar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que dia 30 de março passado tornou constitucional a cobrança do Funrural. Os parlamentares que defendem o agronegócio entendem que esta decisão gerou insegurança no setor e poderá levar às ruas, principalmente em Brasília, uma multidão de agricultores em manifestações de protesto.

Requerimentos com essa proposta - de autoria dos deputados Jerônimo Goergen (PP-RS) e Luis Carlos Heinze (PP-RS) - subscritos pelos parlamentares Afonso Hamm (PP-RS), Dulce Miranda (PMDB-TO), Adilton Sachetti (PSB-MT), Nilson Leitão (PSDB-MT) e Valdir Colatto (PMDB-SC), foram aprovados hoje (19) na sessão deliberativa da Comissão de Agricultura da Câmara Federal. No Senado Federal, a iniciativa aprovada foi do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO).

**Saída** - Sergio Souza enfatizou que, desde o julgamento do STF, esse imbróglio do Funrural não saiu mais do radar de todas as cadeias produtivas da agropecuária brasileira que trouxeram essa questão ao Congresso Nacional para que deputados e senadores empreendam gestões em todos os níveis em busca de uma solução. “Claro que vamos fazer de tudo o que estiver ao nosso alcance para pacificar os ânimos e encontrar uma saída e, quem sabe, esse novo tributo não venha a ser instituído, como deseja o setor rural”, ressaltou o deputado.

O deputado Sergio Souza (PMDB-PR), que preside a Comissão de Agricultura da Câmara, apresentou requerimento, hoje aprovado, para promover um fórum na Expoingá, em Maringá

(PR), dia 12 de maio, também sobre a cobrança do Funrural. “Decidi levar este assunto àquela exposição, que é uma grande vitrine, porque esta é uma pauta do momento, assim como lá vamos debater as concessões rodoviárias e ferroviárias, além das reformas da Previdência e a Trabalhista”, explicou.

- “O que nós pedimos nesta hora ao governo é que abra o diálogo para mostrar que o Ministério da Fazenda ou a Receita Federal não pode emitir cobrança sobre o setor, seja do agronegócio, e principalmente do produtor rural, porque vai promover a inviabilização completa do único setor que sobreviveu e que foi superavitário, com mais de 200 milhões de toneladas de grãos na safra 2016/2017” - disse o senador Ronaldo Caiado.

Por: Tito Matos

Assessoria de Imprensa da Presidência da Comissão de Agricultura

## MAIO

### **Agricultura debate obrigatoriedade de empregador rural contribuir para o Funrural**

02/05/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realiza audiência pública conjunta nesta quarta-feira (3) com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para debater os possíveis efeitos no agronegócio brasileiro do recolhimento, por parte do empregador rural pessoa física, de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). O debate atende a requerimentos de diversos parlamentares.

O imposto foi tornado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no final de março obrigando o empregador rural pessoa física a contribuir. O Funrural é uma contribuição social destinada a custear a seguridade geral (previdência). O tributo é cobrado sobre o resultado bruto da comercialização rural e descontado, pelo adquirente da produção, no momento da comercialização. Em 2011, essa contribuição previdenciária foi considerada ilegal pelo STF, o que fez muitos agricultores deixarem de recolher o imposto.

De acordo com o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), um dos deputados que solicitou o debate, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de tornar constitucional a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) caiu “como uma bomba no agronegócio”.

Ele lembra que, por 6 votos a 5, os ministros do STF tornaram válida a taxação do produtor rural pessoa física, em 2,1% sobre a receita bruta da comercialização da produção. “A reação do setor produtivo não poderia ser pior, vez que essa cobrança vai

devastar o orçamento dos produtores rurais, que se apoiaram numa decisão judicial no próprio STF para não recolher essa taxa. E a retroatividade dela representa algo em torno de R\$ 7 bilhões”, afirma o parlamentar.

Da Agência Câmara Notícias

## **Produtores querem rever contribuição de pessoas físicas ao Funrural**

04/05/2017 - Em audiência pública conjunta das comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, ocorrida na quarta-feira (3), produtores defenderam a revisão da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou constitucional a cobrança da contribuição dos empregadores rurais, pessoas físicas, para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

A cobrança estava suspensa desde 2011 por uma liminar da Justiça Federal. Entidades do setor calculam que a cobrança retroativa do Funrural pode representar uma dívida de mais de R\$ 10 bilhões aos agricultores.

*Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados*



*Produtores rurais vieram em caravana para acompanhar a audiência pública*

## **Parcelamento**

Parlamentares defendem o parcelamento das dívidas com o Funrural em até 180 meses, com o perdão de juros e multas. O deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS) disse que Câmara e Senado devem trabalhar alinhados em torno de projetos nesse sentido, apresentados por Heinze e pelo senador Ronaldo

Caiado (DEM-GO). "Os produtores não são relapsos, deixaram de pagar porque tinham decisões judiciais a seu favor, e não por não querer pagar", afirmou Heinze.

O deputado Sérgio Souza (PMDB-PR) adiantou que um grupo de parlamentares da bancada ruralista levará na próxima semana, ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, uma proposta do setor. De acordo com Souza, como resultado dessas negociações deverá ser anunciada "uma solução, que provavelmente será uma medida provisória que venha a acolher a reivindicação do Parlamento e dos produtores".

## **Negociações**

O governo já estuda a edição de uma medida provisória para resolver a questão, segundo o procurador-geral do Ministério da Fazenda, Leonardo Alvim. "Existem as pessoas que pagaram o Funrural e as pessoas que ou não pagaram ou que eram beneficiárias de decisões judiciais que foram revertidas", afirmou. Alvim disse que para esses dois grupos deverá ser editada "a Medida Provisória 766, que está sendo negociada politicamente."

O Funrural surgiu na década de 1960 para ajudar a custear a previdência social do trabalhador rural. A taxação corresponde a 2,1% da receita bruta decorrente daquilo que o produtor pessoa física comercializa.

A audiência pública das comissões de Agricultura da Câmara e do Senado sobre o Funrural foi acompanhada por centenas de produtores rurais, que vieram em caravana dos principais estados produtores do País.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

## Comissão discute os impactos da Reforma da Previdência na área rural

04/05/2017 - A Comissão de Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Desenvolvimento Rural debateu os impactos da reforma da Previdência Social (PEC 287/16) na agricultura familiar e na produção de alimentos durante a audiência pública realizada nesta quinta-feira (27). A proposta para discutir o tema, objeto do Requerimento 328/2017, foi apresentada pelos deputados Assis do Couto (PDT-PR), Pepe Vargas (PT-RS) e Evair Vieira de Melo (PV-ES).

*Cleia Viana/Câmara dos Deputados*



*A Comissão de Agricultura, da Câmara dos Deputados, discutiu as novas regras propostas pelo governo para a Previdência rural*

O deputado Assis do Couto disse que o curto prazo para reunir e analisar o maior número de informações sobre a realidade da agricultura familiar no Brasil deixa espaço para se cometer equívocos econômicos. Segundo ele, situações adversas como as dos produtores do Nordeste Brasileiro não foram consideradas nos debates.

### Aposentadoria

Um dos pontos polêmicos da proposta trata da idade mínima para aposentadoria do trabalhador rural estipulada em 65

anos, para os homens, e 62 anos, para as mulheres, conforme o substitutivo do relator Arthur Maia (PPS/BA).

O convidado Geraldo Almir Arruda, Chefe de Divisão na Coordenação de Legislação e Normas da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, lembrou que a Lei Complementar nº 11, de 1971, estabelecia a idade de 65 anos para aposentadoria dos trabalhadores rurais, homens e mulheres, e em regime diferencial de meio salário mínimo.

### Recolhimento individual

Outro ponto polêmico, segundo a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Jane Berwanger, é substituir a contribuição rural sobre a venda da produção, pela contribuição individual. “Está se trocando uma contribuição certa, na fonte, por uma contribuição duvidosa”. Berwanger explicou que a maioria dos trabalhadores rurais não têm condições de pagar a contribuição individual para a Seguridade Social e sugeriu a contribuição familiar, como alternativa.

Geraldo Almir Arruda argumentou que a individualização e conhecimento prévio do trabalhador rural foi o objetivo da proposição de contribuição individual, por parte do Poder Executivo. Arruda afirmou que não é finalidade do governo aumentar a contribuição para a Previdência com este item da proposta.

Reportagem - Luciana Medeiros

Estagiária de Jornalismo na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

## **Agricultura aprova regras para reciclagem, pela indústria, de carcaças de animais**

04/05/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara aprovou o Projeto de Lei 5851/16, do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que define regras para o aproveitamento de carcaças de animais mortos para fins não comestíveis.

*Lúcio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados*



*O relator, Alceu Moreira, fez mudanças no texto*

O autor observa que não existe lei para regular o descarte de carcaças de animais mortos dentro ou fora dos estabelecimentos de criação e que os métodos hoje utilizados (enterramento, queima a céu aberto, compostagem ou incineração) apresentam riscos ambientais e para a saúde dos trabalhadores e produtores envolvidos.

Pelo texto, os resíduos de animais oriundos de estabelecimentos rurais autorizados poderão ser recolhidos e processados em indústrias não alimentícias gerando proteínas

sólidas, gordura fundida e água. Esses produtos poderão ser utilizados como ingredientes para ração de animais, adubos, biodiesel, produtos de higiene e limpeza, bem como para outros insumos da indústria química.

Relator da matéria, o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) foi favorável ao texto, mas ponderou que o assunto envolve questionamentos sobre o impacto na segurança alimentar, sanidade animal e no comércio internacional de produtos pecuários.

O deputado retirou a possibilidade do uso de carcaça para produção de ração e apresentou uma versão mais geral das regras de manuseio dos resíduos de animais mortos, que podem ser especificadas pelo Executivo.

### **Tramitação**

A proposta ainda será analisada de forma conclusiva pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Emanuelle Brasil

Edição - Rosalva Nunes

Da Agência Câmara Notícias

## Comissão aprova projeto que susta decreto de desapropriação em Quixeramobim

05/05/2017 - Decretos de Dilma Rousseff desapropriaram imóveis rurais para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e terras indígenas.

*Antonio Augusto / Câmara dos Deputados*



*Para Matos, a presidente Dilma assinou os decretos de desapropriação para agradar movimentos sociais*

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (26) proposta que suspende o decreto do Executivo que declara de interesse social, para uso na reforma agrária, a Fazenda Tingui – imóvel rural com área de 1.316 hectares situado no município de Quixeramobim, no Ceará. A desapropriação está prevista no Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 356/16, do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS).

O PDC foi apresentado por Goergen juntamente com outras 28 propostas semelhantes que suspendem decretos assinados pela ex-presidente Dilma Rousseff no dia 1º de abril. As propostas desapropriaram, ao todo, 826,6 mil hectares (o equivalente a 8,26 mil quilômetros quadrados), com o objetivo de promover a reforma agrária e a regularização de territórios quilombolas e terras indígenas.

Para Matos, a presidente Dilma assinou os decretos de desapropriação para agradar movimentos sociais. Goergen argumenta que os decretos possuem vício de origem e de forma por terem sido publicados próximos à data de votação, na Câmara, da admissibilidade do processo de impeachment contra a presidente Dilma.

Ao analisar o PDC 356, o relator, deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), considerou válidos os argumentos de Goergen e defendeu a aprovação da proposta. Matos lembra que, de 2015 e até março de 2016, nenhum imóvel foi desapropriado para a reforma agrária por ser considerado improdutivo.

“Essa falta de ação na reforma agrária no governo da presidente Dilma se tornou motivo do descontentamento de vários movimentos sociais que lutam pela redistribuição de terras no Brasil. Assim, para agradar a esses movimentos, a presidente assinou 25 decretos de desapropriação de imóveis rurais, dos quais 21 deles se referem a áreas declaradas de interesse social para fins de reforma agrária”, observou Matos, criticando os atos da ex-presidente e defendendo a aprovação do PDC.

### Tramitação

Antes de ser votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, o texto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

### **Comissão aprova dispensa de novo georreferenciamento para imóvel rural arrematado**

05/05/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que dispensa a realização de georreferenciamento no imóvel rural cujo registro ou averbação tenha sido resultado de arrematação ou adjudicação (transferência da propriedade de bem penhorado) determinada por sentença judicial, desde que o procedimento já tenha sido realizado anteriormente. Georreferenciar um imóvel é definir a sua forma, dimensão e localização, através de métodos de levantamento topográfico.

*Agência Câmara Notícias*



*Irajá Abreu concordou que os imóveis objeto do projeto já passaram pelo processo de georreferenciamento*

O texto aprovado é o do Projeto de Lei 5032/16, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que recebeu parecer favorável do relator, deputado Irajá Abreu (PSD-TO). O relator concorda que os imóveis objeto do projeto já passaram pelo processo de georreferenciamento, imprescindível para a definição dos limites do imóvel, sendo desnecessária a realização de novo procedimento.

Segundo Irajá, ao alterar a Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73), a proposta não fragiliza a legislação mas apenas diminui a demanda encaminhada ao Incra. “O projeto reduz significativamente o tempo necessário para que o credor possa alienar o imóvel, já que não dependerá de nova análise do Incra sobre uma área já georreferenciada”, sustentou.

O relator, no entanto, rejeitou a emenda apresentada ao colegiado que previa a possibilidade de dispensa do georreferenciamento mesmo que ele não tivesse sido feito anteriormente. Irajá entendeu que, dessa forma, o texto deixa de preservar a Lei dos Registros, que exige o georreferenciamento.

#### **Tramitação**

O projeto tramita em caráter conclusivo e será ainda analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

## **Deputados ouvem ministro da Agricultura sobre a Operação Carne Fraca**

08/05/2017 - O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, mas, após a operação da Polícia Federal, que interditou alguns frigoríficos, vários países anunciaram restrições à importação de carne brasileira.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural discute, nesta quarta-feira (10), as consequências econômicas e sociais da Operação Carne Fraca no setor agropecuário com o ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

A operação, deflagrada pela Polícia Federal em março, apura o envolvimento de fiscais do Ministério da Agricultura em um esquema criminoso envolvendo licenças e fiscalização de frigoríficos. As investigações apontaram diversas irregularidades no controle sanitário de carnes produzidas no País.

O debate com Maggi foi proposto pelos deputados Afonso Hamm (PP-RS), Izaque Silva (PSDB-SP), Herculano Passos (PSD-SP) e Sergio Souza (PMDB-PR).

Para o deputado Afonso Hamm, a manifestação do ministro é importante para esclarecer a população brasileira sobre as medidas tomadas, “passando uma segurança com relação a qualidade da carne distribuída tanto no mercado interno, quanto para a exportação”. Essa também é a opinião do deputado Izaque que espera ainda que Maggi apresente as ações realizadas pelas pastas em relação à operação da Polícia Federal.

Já Sergio Souza quer discutir não só o modelo de controle sanitário e de segurança alimentar, mas, também, as “possíveis medidas que o Parlamento pode tomar com o intuito de recuperar a credibilidade do Brasil no mercado consumidor nacional e internacional”.

A pedido de Herculano Passos, o ministro também deve apresentar os projetos do ministério para este ano.

Da Agência Câmara Notícias

## Exportação ainda não voltou ao nível anterior à Operação Carne Fraca, diz ministro

10/05/2017 - Blairo Maggi, da Agricultura, informou que, na primeira semana após as denúncias, vendas externas de carne caíram 19%; hoje, 75 países compram o produto, dos quais 57 reforçaram a inspeção.

*Billy Boss/Câmara dos Deputados*



*Segundo Blairo Maggi, mesmo com queda, exportações de carne em março superaram as do mesmo período de 2016*

Para Maggi, o fato de alguns países terem passado a fazer a fiscalização de 100% da carne brasileira é natural, porque a operação gerou uma suspeita em relação ao País. A audiência foi realizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para debater as consequências da operação da PF no setor agropecuário.

De acordo com o ministro, na primeira semana após a operação, as exportações caíram 19%, mas, apesar disso, o mês de março fechou com crescimento de 9% em relação ao ano passado. A operação também provocou queda no preço da carne brasileira em alguns mercados.

## Risco pequeno

Blairo Maggi reafirmou à comissão que o anúncio da operação foi feito da forma errada. Segundo ele, nas primeiras horas, o ministério recebeu 328 comunicados oficiais para a obtenção de informações. Maggi destacou que a pasta respondeu de forma rápida os questionamentos, o que minimizou as consequências. A maioria das empresas envolvidas na operação voltou a operar logo após a correção das falhas verificadas.

Devido à operação, o ministério afastou 33 servidores, 16 deles ligados à inspeção de produtos de origem, que foram também denunciados ao Ministério Público e à 14ª Vara Federal de Curitiba. Servidores exonerados de cargos de chefia tiveram bloqueados o acesso aos sistemas informatizados do ministério.

## Preços baixos

Um dos autores do pedido para realização da audiência, o deputado Afonso Hamm (PP-RS) alertou, no entanto, que ainda é preciso retomar a confiança dos compradores. Ele lamentou que a operação da PF ainda tenha reflexos na queda do preço da carne. “Isso é bom para o consumidor, mas péssimo para o produtor rural”, avaliou.

Segundo o deputado, o preço ainda está em torno de 5% a 7% abaixo do que o mercado praticava em março, mas chegou a cair de 15% a 20%. “Hoje melhorou, mas o produtor ainda está recebendo menos. E nas exportações, ainda temos prejuízo. Então, precisamos retomar essa confiança.”

Da Agência Câmara Notícias

## **Agricultura vai propor reestruturação do crédito para baixa renda comprar terras**

16/05/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, deve enviar para a Casa Civil da Presidência da República uma proposta de reestruturação do programa de crédito para a compra de terras por famílias de baixa renda.

*Lúcio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados*



*A Comissão de Agricultura da Câmara deve enviar a proposta de reestruturação do crédito para a Casa Civil da Presidência da República*

A ideia é aumentar o valor máximo do crédito de R\$ 80 mil para R\$ 140 mil e facilitar a renegociação de dívidas de mais de 15 mil famílias.

Raquel Santori, da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, disse que um grupo de trabalho do governo já definiu que é necessário aumentar a renda máxima anual das famílias aceitas no programa, dos R\$ 30 mil atuais para R\$ 35 mil, e do prazo de financiamento de 20 anos para 25 anos.

## **Mudança de paradigmas**

Mas o representante do Ministério da Fazenda, Ivandré da Silva, disse que o País está vivendo uma mudança de paradigmas e que é preciso tratar desigualmente os desiguais.

"Tem um grupamento do programa que é social. Esta parte social tem que ter um olhar diferente. Mas tem uma outra parte do programa, em especial nas regiões Sul e Sudeste, que é a consolidação da agricultura familiar. Essas pessoas, esses agricultores, eles já estão na terra, eles estão produzindo", explica Ivandré.

## **Taxas mais baixas**

Autor do requerimento para a audiência, o deputado Zé Silva (SD-MG) ressaltou, porém, que é importante manter taxas de juros mais baixas para os agricultores familiares.

"O que o Ministério da Fazenda está colocando é que nós teríamos dois eixos. Um eixo ligado ao CADÚnico, que é responsabilidade da Fazenda; mas também que os bancos públicos passem a financiar com o risco deles. Mas as taxas de juros não têm nenhuma possibilidade de aumentar para essas famílias, para esses trabalhadores rurais", afirmou.

Zé Silva lembrou que são necessárias medidas legislativas tanto para a renegociação das dívidas quanto para a individualização dos débitos de agricultores que compraram terras em contratos coletivos. Os deputados querem reestruturar o crédito fundiário antes do anúncio do Plano Safra da Agricultura Familiar em junho.

Da Agência Câmara Notícias

### **Debatedores apresentam sugestões para revitalizar produção de cacau**

23/05/2017 - Opções incluem diversificação de fontes de recursos e promoção de concurso público para o órgão. Brasil, que já foi o segundo maior produtor de cacau do mundo, hoje ocupa sétima posição.

*Lúcio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados*



*Davidson Magalhães teme que o acúmulo de conhecimento proporcionado pelo órgão seja dispersado*

Debatedores apresentaram, nesta terça-feira (23), propostas para revitalizar a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. As opções incluem a diversificação das fontes de financiamento do órgão, para além dos recursos do governo federal; a transformação da comissão em autarquia; e a promoção de concurso público para resgatar a estrutura de pessoal da entidade, que está há mais de 20 anos sem realizar concursos.

Fundada em 1957, a Ceplac é um órgão ligado ao Ministério da Agricultura, que atua em seis estados (Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso) desenvolvendo atividades de pesquisa, extensão rural e ensino agrícola.

O Deputado Davidson Magalhães (PCdoB-BA), que sugeriu o debate, reclama que o órgão vem passando por uma grave crise, com o desmonte da sua estrutura de pessoal e perda de autonomia administrativa. “A Ceplac perdeu importância e recursos do governo federal”, lamenta.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

# JUNHO

## Agricultura aprova exclusão de aditivos da lista de produtos de uso veterinário

02/06/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que exclui os aditivos, os suprlmentos promotores e os melhoradores da produção animal do rol de produtos de uso veterinário.

Agência Câmara Notícias



*O relator, Deputado Zé Silva, fez a alteração na norma legal mais antiga que regulamenta o tema*

O texto aprovado é um substitutivo do Deputado Zé Silva (SD-MG) ao Projeto de Lei [5355/16](#), do Deputado César Halum (PRB-TO). Silva define no Decreto-Lei [467/69](#), que trata da fiscalização de produtos de uso veterinário, que esses suplementos devem ter regulamentação específica.

O texto original alterava a Lei [12.689/12](#), que trata do medicamento genérico de uso em animais. "O substitutivo incide diretamente sobre o Decreto-Lei, norma legal mais antiga e central a regular a matéria, e não sobre a lei que o modificou", afirmou Silva.

Segundo Zé Silva, assim como suplementos alimentares de uso humano não são medicamentos e são regidos por regulamentação específica, o mesmo deve aplicar-se a

produtos para melhoramento da produção animal. "O fato de estarem na legislação sobre medicamentos de uso veterinário causa problemas e pode até mesmo prejudicar as exportações brasileiras."

### Uso veterinário

Conforme a proposta, são considerados produtos de uso veterinário apenas as substâncias químicas, biológicas, biotecnológicas ou preparações manufaturadas aplicadas diretamente ou misturada com os alimentos, destinadas à prevenção, ao diagnóstico, à cura ou ao tratamento das doenças dos animais. Também estão no rol as vacinas, os antissépticos, os desinfetantes, os pesticidas e os produtos de embelezamento de animais.

Já os suplementos promotores, os melhoradores da produção animal e os aditivos – incluídos os antimicrobianos, beta-agonistas (relaxantes musculares, usados principalmente em doenças pulmonares) e anticoccidianos (produto adicionado à ração para prevenção de doença que afeta galinhas) utilizados na fabricação de produtos destinados à alimentação animal – obedecerão a regulamentação específica do setor de alimentação animal.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

### **Comissão aprova projeto que obriga o SUS a comprar de agricultores familiares**

02/06/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei 6647/16, do Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB), que obriga as unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) a comprar alimentos diretamente de agricultores familiares ou das organizações que os reúnam, observados preços compatíveis com o mercado.

*Billy Boss/Câmara dos Deputados*



*Raimundo Gomes de Matos: proposta é inteligente porque otimiza o uso de recursos para compra de alimentos ao focar em agricultores familiares, prioritários das políticas públicas*

O texto acrescenta um inciso à Lei Orgânica da Saúde (8.080/90), na parte que trata dos princípios que norteiam as ações e os serviços públicos de saúde e os privados contratados ou conveniados integrantes do SUS.

Esses princípios incluem, por exemplo, a universalidade de acesso aos serviços de saúde e o direito à informação das pessoas assistidas sobre sua saúde.

Para o relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), a proposta é “inteligente” porque otimiza o uso de

recursos para compra de alimentos ao focar em agricultores familiares, prioritários das políticas públicas no meio rural.

### **Tramitação**

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

## Produtores nordestinos defendem renegociação de dívidas rurais

08/06/2017 - Por causa da seca que se prolonga no Nordeste, os produtores rurais da região querem que o governo renegocie o pagamento das dívidas contratadas a partir de 2012. Essa foi a principal reivindicação feita, em audiência pública, aos Deputados da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Os agricultores manifestaram ainda, na terça-feira (6), o desejo de que soluções mais duradouras, como projetos de irrigação, saiam do papel para que o problema não reapareça de tempos em tempos.

*Fernando Frazão/Agência Brasil*



*Agricultores afetados pela seca reclamam que a lei que prorrogou parte das dívidas impede a obtenção de novos créditos por cinco anos*

Os produtores reclamam que a legislação que prorrogou parte das dívidas impede a obtenção de novos créditos por cinco anos, o que inviabilizaria a retomada do negócio.

Ivandré da Silva, representante do Ministério da Fazenda, lembrou, porém, que cada dívida perdoada tem impacto no Tesouro Nacional e pode afetar o teto de gastos constitucional aprovado no ano passado pelo Congresso. De acordo com Ivandré, desde 2012, foi aprovada uma lei (13.340/16) que ofereceu descontos de até 95% para parcela das dívidas e

editadas outras 17 resoluções do Conselho Monetário Nacional para reestruturar débitos do setor.

Na opinião do deputado Júlio Cesar (PSD-PI), falta uma política que priorize o Nordeste. Segundo ele, em termos financeiros, o Planalto tem privilegiado o Sul e o Sudeste.

“O governo concedeu uma prorrogação para os governadores deixarem de pagar R\$ 36 bilhões durante três anos. Desse montante, apenas R\$ 3 bilhões referem-se ao Nordeste – os R\$ 33 bilhões restantes são do Sul e do Sudeste. Esse é o nível de privilégios que se faz com os estados brasileiros”, criticou



O Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), que propôs a audiência, afirmou que a transposição das águas do Rio São Francisco não vai ser suficiente para garantir o abastecimento humano e do agronegócio. De acordo com ele, outros projetos têm de ser incluídos nos planos plurianuais do País.

Álvaro Tosetto, do Banco do Brasil, sugeriu que o Nordeste também procure novas vocações econômicas, como a geração de energia eólica.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

## Comissão rejeita vincular créditos do BNDES à geração de empregos no campo

08/06/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei 3.615/15, que condiciona os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para compra de máquinas e equipamentos agrícolas à geração de emprego e renda para os trabalhadores rurais.

Lúcio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados



Alceu Moreira: exigência do projeto seria incorporada a outros procedimentos para a liberação de crédito já adotados pelo BNDES, gerando custos operacionais e atraso nas operações

Segundo o autor, Deputado Helder Salomão (PT-ES), o objetivo é proteger o trabalhador rural do eventual desemprego provocado pela mecanização e automação de atividades agrícolas.

### Inoportuna e contraproducente

No entanto, o relator da matéria, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), acredita que a iniciativa é “inoportuna e contraproducente”.

Ele explicou que a exigência do projeto seria incorporada a outros procedimentos para liberação de crédito já adotados pelo BNDES, gerando custos operacionais e atraso nas operações.

Além disso, o Deputado acrescentou que, “no contexto da concorrência do mercado agrícola internacional, a mecanização e automação podem ser condições essenciais para a viabilidade econômica de um empreendimento rural, garantindo a manutenção do seu nível de empregos”.

O projeto altera a Lei 5.662/71, que enquadra o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) na categoria de empresa pública.

### Tramitação

A proposta ainda será analisada de forma conclusiva pela Comissão de Finanças e Tributação (inclusive quanto ao mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

## **Aprovada em comissão suspensão de IPI para embalagem de produtor rural**

20/06/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que suspende a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre embalagens ou acondicionamentos (para transporte) feitos por produtores rurais e silvicultores.

*Antonio Araújo/Câmara dos Deputados*



*No substitutivo, Heinze incluiu a silvicultura entre os setores com suspensão do IPI*

O objetivo do projeto de lei (PL 4719/16) é reduzir o custo de embalagem dos produtores rurais. O texto foi apresentado pelo deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) e recebeu parecer favorável do relator, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

O PL 4719 muda a Lei 10.637/02. O regulamento da norma (Decreto 7.212/10) prevê a suspensão do IPI apenas para a “pessoa jurídica equiparada à industrial”, conceito que abrange, basicamente, alguns tipos de estabelecimentos comerciais e atacadistas, e cooperativas de produtores.

### **Atividade**

Heinze apresentou um substitutivo para incluir a silvicultura (cultivo e comercialização de árvores) entre os beneficiados

pela suspensão do IPI. O setor fabrica celulose, papel e laminados de madeira, entre outros produtos.

“A silvicultura é uma atividade de grande importância ambiental e socioeconômica para nosso país”, disse o relator. “Atualmente ocupa o terceiro lugar em volume de divisas advindas da exportação de produtos do agronegócio, ficando atrás apenas dos complexos soja e carne.”

### **Tramitação**

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora nas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

## **Comissão de Agricultura anula a criação de áreas quilombolas e de reforma agrária**

20/06/2017 - Deputado anuncia recurso ao Supremo Tribunal Federal caso os projetos de decreto legislativo sejam aprovados pelo Congresso.

*Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados*



*Marcon anunciou que recorrerá ao STF*

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara aprovou três propostas de decreto legislativo (PDCs 240/15, 365/16 e 368/16) que sustentam dois decretos assinados pela ex-presidente Dilma Rousseff e uma portaria do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Os decretos de Dilma listam imóveis situados no municípios de Fazenda Nova (GO) e em Açú (RN) para efeito de reforma agrária. A portaria do Incra transforma uma área do município de Sertão (RS) em terra quilombola.

Primeiro parlamentar a analisar um dos projetos de decreto legislativo (PDC 240/15) na Comissão de Agricultura, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) sintetizou a crítica da bancada do agronegócio aos mecanismos de criação de áreas quilombolas e de reforma agrária adotados pelos governos petistas.

“A Constituição não autoriza um órgão do governo a afetar o direito de propriedade. Pode-se reconhecer que houve quilombo, mas não se pode retirar pessoas que estão ali há décadas. Para que isso ocorra, tem que ser outro mecanismo, que tenha abrigo na Constituição e passe pelo Judiciário”, disse.

### **Recurso à Justiça**

Voto vencido na Comissão de Agricultura, o deputado Marcon (PT-RS) disse que já prepara uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ser apresentada ao Supremo Tribunal Federal, caso essas propostas de decreto legislativo sejam aprovadas pelo Congresso.

Os três projetos de decreto legislativo que anulam a criação de áreas quilombola e de reforma agrária ainda serão analisados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes da votação final no Plenário da Câmara.

### **Inconstitucionalidade**

Doutor em sociologia, o professor da Universidade de Brasília Sérgio Sauer não vê problemas jurídicos na portaria do Incra nem nos decretos de Dilma, mas admite impasses que ainda precisam de solução por parte do Supremo.

Da Agência Câmara Notícias

### **Associação de pesca e aquicultura cobra apoio do governo para o setor**

21/06/2017 - O presidente do Coletivo Nacional de Pesca e Aquicultura (Conepe), Agnaldo Hilton dos Santos, disse em audiência pública na Câmara dos Deputados que a falta de dedicação do governo ao setor é um grande empecilho ao funcionamento da atividade. Ele citou como exemplo a mudança da Secretaria de Aquicultura e Pesca, antes no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e agora no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

“A pesca industrial da tainha é uma das maiores formas de renda dos pescadores e, com as novas regras criadas – conseguir a licença por meio de sorteio e avaliação dos barcos –, sobreviver da pesca fica difícil”, disse Agnaldo, durante audiência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. O evento discutiu, em especial, as portarias ministeriais que regulamentam a pesca artesanal.

Para ele, o setor já está cansado. “Desde quando existia o Ministério da Pesca, o nosso setor sofre com a falta de atenção do governo. Já passamos por oito ministros. Queremos um compromisso do governo”, reforçou Agnaldo.

### **Sustentabilidade e parcerias**

O coordenador dos recursos pesqueiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

(Ibama), Henrique Anatole Cardoso Ramos, disse que a área ambiental não quer prejudicar a atividade de pesca.

“Nós queremos garantir a sustentabilidade e a justiça na distribuição desse uso. Queremos que esse recurso, da pesca, seja utilizado ao longo das gerações”, afirmou.

### **Consultoria**

Já a assessora da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, pediu apoio ao órgão. “Nossa intenção não é acabar com a pesca amadora ou profissional. Tudo é discutido e trabalhado. Fazemos parcerias para pesquisas, e agora iremos contratar consultores para termos mais informações para subsidiar os nossos atos”, disse.

Para o professor e membro do Grupo de Estudos Pesqueiros (GEP), da Universidade do Vale do Itajaí, Paulo Ricardo Schwingel, a portaria ministerial não cumpre a função prioritária, que seria a de conservação.

O deputado João Rodrigues (PSD-SC) destacou um dos problemas da portaria ministerial que regulamenta o setor: “Inúmeros pescadores artesanais obtêm da pesca os recursos para sua subsistência. Em virtude da não liberação de algumas licenças, os pescadores perdem a semana de pesca, como, por exemplo, da tainha, que é sazonal”.

Da Agência Câmara Notícias

# JULHO

### **Agricultura suspende desapropriação de cinco fazendas na Paraíba**

03/07/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (28) o Projeto de Decreto Legislativo 357/16, do Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que suspende a desapropriação das fazendas de Macacos, Boi Preto, Pereiros, Pimenta e Logradouro, no município de Souza (PB).

*TV Câmara*



*Deputado Onyx Lorenzoni: relator do PDC 357/16*

A desapropriação foi feita a partir de decreto assinado por Dilma Rousseff e publicado próximos à data de votação, na Câmara, da admissibilidade do processo de impeachment contra a ex-presidente, em abril de 2016.

Ao total, Goergen apresentou 29 projetos para sustar decretos de desapropriação para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e terras indígenas, que totalizam 826,6 mil hectares (o equivalente a 8,26 mil quilômetros quadrados).

Para o relator na comissão, Deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), o decreto afronta princípios básicos da administração

pública e extrapola o poder regulamentar do Executivo. “O texto foi maculado por um claro desvio de finalidade, com propósitos marcadamente ideológicos e visando privilegiar determinado grupo social ante a perspectiva de mudança de governo”, disse.

#### **Tramitação**

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de seguir para o Plenário.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

### **Comissão de Agricultura aprova emendas ao Projeto de Leis de Diretrizes Orçamentárias 2018**

06/07/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou duas emendas para inclusão no anexo de metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2018 - PL 01/2017-CN) na Reunião Ordinária Deliberativa realizada na quarta-feira (05).



*Deputado Sergio Souza: presidente da Comissão*

A primeira emenda, que trata da Implementação da Defesa Agropecuária, promove ações de sanidade para aumentar as áreas agropecuárias livres de doenças e pragas e também ações de vigilância, fiscalização e controle sanitário para garantir a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal.

A segunda emenda aprovada pelo colegiado se dedica ao Fomento do Setor Agropecuário, promovendo a mecanização e a tecnologia por meio de sistemas integrados de produção, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar, a fim de aumentar a capacidade produtiva e ampliar o comércio interno e externo. Essa emenda também se destina à difusão de tecnologias para o desenvolvimento da produção agroenergética.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias aponta metas e prioridades que servem de parâmetro para posterior

elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), a qual será encaminhada pelo Governo para votação no Congresso Nacional em agosto.

Luciana Medeiros  
Estagiária de Jornalismo

## Comissão aprova estímulo à energia renovável em política nacional de irrigação

07/07/2017 - O texto aprovado cita, entre as fontes renováveis, a energia solar, a eólica, a de biomassa, a de biogás e a de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

*Luis Macedo/Câmara dos Deputados*



*Jony Marcos: as energias renováveis, embora ainda apresentem custos mais elevados, têm a vantagem de gastos operacionais menores, com vantagens econômicas no médio e longo prazos*

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (5) proposta que orienta a política nacional de irrigação a estimular a adoção de energias renováveis nos sistemas de irrigação, de modo a compatibilizar a atividade agrícola com a preservação do meio ambiente.

O projeto (PL 6903/17) é oriundo do Senado e foi aprovado na forma de um substitutivo, apresentado pelo Deputado Jony Marcos (PRB-SE). O substitutivo mantém a intenção original do projeto, apenas adaptando a redação para os termos legais.

### Tipos de fontes

O texto aprovado cita, entre as fontes renováveis, a energia solar, a eólica, a de biomassa, a de biogás e a de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Além disso, determina que a

Política Nacional de Irrigação priorizará o desenvolvimento de pesquisas para promover o uso de energias renováveis na agricultura irrigada.

“As energias renováveis, embora ainda apresentem custos de implantação geralmente mais elevados que os da energia elétrica convencional, têm a vantagem de gastos operacionais menores, com vantagens econômicas no médio e longo prazos”, disse Jony Marcos.

O substitutivo estabelece ainda que os produtores que utilizarem este tipo de energia na irrigação poderão ter tratamento prioritário do poder público, como acesso a seguro agrícola e incentivos fiscais.

O projeto altera a Lei 8.171/91, conhecida como Lei da Política Agrícola, e a Lei 12.787/13, que criou a Política Nacional de Irrigação.

### Tramitação

O PL 6903/17 tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

## **Comissão aprova política de estímulo ao empreendedorismo de jovens no campo**

07/07/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta do Senado que cria a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC). O objetivo do PL 6900/17 é estimular o empreendedorismo entre os filhos de agricultores e apoiar iniciativas que deem a eles viabilidade econômica para permanecer no meio rural.

*Agência Câmara Notícias*



*Carlos Melles: medida é de especial interesse para a agricultura familiar, diante da falta de perspectivas para os jovens*

O texto recebeu parecer favorável do relator, deputado Carlos Melles (DEM-MG). Ele destacou a importância do projeto para fixar os jovens no meio rural.

“Considero a medida de especial interesse da agricultura familiar, cujos jovens, diante da falta de perspectivas na área rural, assim como das restrições que enfrentam, enxergam a migração para os centros urbanos uma alternativa atraente”, disse Melles. Ele apresentou uma emenda que promove apenas ajustes de redação no texto.

## **Alvo**

A PNEEJC tem como público alvo jovens com idade entre 15 e 29 anos. A política estrutura-se em quatro conjuntos de ações: educação empreendedora; inserção de jovens empreendedores nos sistemas de produção agropecuários; difusão de tecnologia no meio rural; e capacitação técnica.

Em relação à capacitação, a PNEEJC engloba aspectos como a oferta de conhecimentos relacionados ao empreendimento rural; noções sobre funcionamento do mercado; compreensão das variáveis econômicas determinantes da viabilidade do empreendimento rural; planejamento e viabilidade econômica de projetos e gestão financeira.

## **Tramitação**

O PL 6900/17 tramita em caráter conclusivo e será apreciado agora nas comissões de Educação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

### Comissão quer reverter norma do BC sobre crédito rural

12/07/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural vai pedir ao governo federal que reveja decisões do Banco Central (BC) publicadas em junho que fazem ajustes em normas do Plano Agrícola de 2017/18 e que, na visão de deputados, prejudicam o cooperativismo brasileiro.

*Luis Macedo / Câmara dos Deputados*



*Na reunião, agricultores criticaram as novas regras, mas membros do governo e do BC não cogitaram mudanças*

O governo federal anunciou, para o Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018, a destinação de R\$ 190,25 bilhões. O volume de crédito para custeio e comercialização ficará em R\$ 150,25 bilhões.

Uma das resoluções do BC (4.580/17) ajusta as regras de diversas operações previstas para o crédito rural. Entre elas, o redirecionamento de fonte de recursos para atividades comerciais e industriais de produtos agrícolas e a fixação de limites de financiamento com recursos obrigatórios para regime de integração e para cooperativas de produção.

#### Regras anteriores

O que parlamentares e cooperados querem agora é que voltem as regras anteriores. “O Banco Central, colocando nessa linha,

acha que as cooperativas podem caminhar com suas próprias pernas, porque elas teriam recursos para financiar o setor, mas não têm”, disse o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), um dos parlamentares que solicitaram audiência sobre o assunto, realizada nesta quarta-feira (12) na Comissão de Agricultura. “O agricultor não vai ter competitividade. Não vai conseguir produzir e, se conseguir produzir, vai transferir para o consumidor, que vai ter produtos mais caros na mesa”, disse ainda Colatto.

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) cogitou mesmo a apresentação de um projeto de decreto legislativo para sustar a resolução. “Temos o poder de suspender a decisão do Banco Central, independentemente do presidente da República”, lembrou.

#### Evasão

Na avaliação do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Freitas, a decisão praticamente retira as cooperativas do crédito rural brasileiro. “Não havendo reversão, isso causará evasão de recursos do produtor rural cooperado para o sistema bancário – se eu tiver que tomar esse crédito no mercado e não no crédito rural –, de aproximadamente R\$ 1,5 bilhões no ano”, preocupa-se.

Dados citados por Márcio Freitas apontam a existência de 1,5 mil cooperativas agropecuárias no Brasil, com 1,1 milhão de cooperados. Entre eles, 85% são produtores com áreas inferiores a 100 hectares. “O perfil do produtor que necessita da cooperativa é pequeno. É um produtor que não terá acesso a tecnologia, a informação e a crédito se não for por meio de um sistema organizado”, afirmou.

Da Agência Câmara Notícias

### **Comissão aprova envio de indicação ao governo para melhorar Programa Terra Legal**

17/07/2017 - Programa foi criado em 2009 pelo governo federal para regularizar áreas da União ocupadas por posseiros na Amazônia Legal.

*Antonio Araújo/Câmara dos Deputados*



*Para Balestra, Programa Terra Legal precisa ser mais transparente e efetivo*

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o envio, ao governo, de uma indicação sugerindo alterações no Programa Terra Legal, a fim de torná-lo “mais efetivo e transparente”.

O documento é direcionado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, subordinada à Casa Civil da Presidência da República. A indicação é um tipo de proposição legislativa usada pelos deputados para sugerir a outro poder a realização de atos administrativos ou de gestão.

A indicação foi elaborada pelo deputado Roberto Balestra (PP-GO), que relatou a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) 51/15.

#### **Auditoria**

Apresentada pelo deputado Irajá Abreu (PSD-TO), a PFC 51

solicitou uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em seis processos de regularização fundiária realizadas em áreas do Complexo Divino Pai Eterno, situado no município de São Félix do Xingu (PA). A regularização estava sendo feita no âmbito do Programa Terra Legal. Pela Constituição, cabe ao Congresso Nacional realizar, por meio do TCU, o controle externo das ações do governo.

Criado em 2009 para regularizar áreas da União ocupadas por posseiros dos nove estados da Amazônia Legal, o programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A auditoria foi realizada e o tribunal informou à Comissão de Agricultura não ter encontrado “irregularidade, ilegalidade ou abuso nos atos praticados” pelo ministério e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A investigação gerou o Acórdão 1245/ 2016.

Apesar de o TCU não ter achado irregularidade, Balestra decidiu apresentar a indicação por entender que o Terra Legal deve ser melhorado. “Embora bem-intencionado, o programa vem encontrando enormes dificuldades de execução, seja por conta da falta de pessoal técnico para realizar as vistorias de campo, seja por conta da falta de recursos orçamentários e financeiros”, disse.

Da Agência Câmara Notícias

# AGOSTO

## **Mão de obra deficiente e falta de internet dificultam difusão da agricultura de precisão, dizem especialistas**

15/08/2017 - Modo de produção usa tecnologias como GPS, sensoriamento remoto e análise de imagens obtidas por satélite no campo para aumentar a produtividade e o lucro por meio da detecção de áreas mais ou menos produtivas dentro da mesma plantação.

*Billy Boss - Câmara dos Deputados*



*Tereza Cristina: "Daqui a 30 anos, o Brasil terá a responsabilidade de alimentar 40% do mundo. E isso será feito com o uso dessa tecnologia e o investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico."*

A deficiência na formação de mão de obra e a inexistência de conectividade de internet em grandes áreas do interior do País foram apontadas por especialistas ouvidos em audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural como os principais empecilhos para a difusão da modalidade de produção conhecida como agricultura de precisão (AP) no País.

### **Preocupações**

Deputados da comissão manifestaram preocupação com os custos e a formação da mão de obra. "Como é que nós poderíamos trazer esse processo em um contexto de mão de obra com pouca capacitação no campo?", perguntou o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC).

### **15% dos produtores**

Para difundir essas técnicas, Molin sugere a adoção de incentivos fiscais para baratear equipamentos como GPS, o aumento da área servida por banda larga e melhorias na formação de mão de obra.

### **Formação**

A formação de mão de obra especializada foi um dos principais temas da discussão. O pesquisador Luis Henrique Bassoi, da Embrapa Instrumentação, apontou uma maior interação na atuação de entidades de pesquisa e formadores de mão de obra para difundir o uso da tecnologia.

Ele também considera fundamental o desenvolvimento de tecnologia nacional para facilitar o uso dos softwares e equipamentos pelo homem do campo e baratear a manutenção dessas ferramentas. "A eletrônica precisa de padronização para que os softwares rodem em qualquer computador. Isso tem sido um obstáculo, e muita gente faz até adaptações, com gambiarras, nas cabines dos tratores", disse.

### **Desenvolvimento tecnológico**

Márcio Moreira, presidente da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, afirmou que a tecnologia de precisão é fundamental para o desenvolvimento do setor. A deputada Tereza Cristina (PSB-MS), uma das autoras do pedido de realização da audiência pública, resumiu o problema. "Daqui a 30 anos o Brasil terá a responsabilidade de alimentar 40% do mundo. E isso será feito com o uso dessa tecnologia e o investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico", disse.

Da Agência Câmara Notícias

## **Governo vai reduzir em até 60% valor das multas por crimes ambientais, diz ministro do Meio Ambiente**

17/08/2017 - Em audiência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, anunciou que o governo vai editar, nos próximos dias, decreto que vai permitir redução de até 60% no valor das multas por crimes ambientais.

*Ministro Sarney Filho: "Como enfrentamos uma escassez de recursos, vamos usar da criatividade e a legislação"*



Os valores restantes devidos poderão ser pagos na forma de serviços como reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e regularização fundiária de unidades de conservação, neste caso para a indenização de proprietários ou posseiros atingidos.

De acordo com o ministro, os recursos arrecadados não estarão sujeitos a contingenciamento orçamentário, já que os devedores vão aplicar o valor das multas diretamente nos projetos.

## **Compensação de multas**

O requerimento aprovado pedia esclarecimentos a respeito da indenização a proprietários atingidos pela ampliação de unidades de conservação e outras medidas previstas pelo Código Florestal e ainda não implantadas, como as Cotas de Reserva Ambiental (CRA) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Sarney Filho explicou aos deputados que o ministério está estudando uma maneira de implantar as cotas. “Estávamos esperando, primeiro, a implantação do CAR (Cadastro Ambiental Rural), que já foi feito por 98% dos proprietários. E agora estamos negociando com o Ministério da Fazenda”, disse.

## **Dificuldade no monitoramento**

Raimundo Deusdará Filho, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), estimou que a regulamentação deve ser feita até o final do ano. Em seguida serão feitos testes operacionais, na área de informática

Já o PRA é um termo de compromisso em que o proprietário se compromete a recuperar a área degradada em troca da isenção de autuações por infrações ambientais cometidas antes de 22 de julho de 2008. Produtores rurais reclamam que os programas não estão sendo formalizados.

Para o presidente da Comissão de Agricultura, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), é preciso recompensar o produtor rural que respeitou a área de reserva ambiental.

Da Agência Câmara Notícias

## **Agricultura aprova criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba**

18/08/2017 - A região compreende as áreas produtivas dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O polo agrícola abrange 337 municípios, onde vivem 5,9 milhões de pessoas.

*Billy Boss - Câmara dos Deputados*



*Irajá Abreu: medida melhorará a qualidade de vida da população local*

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 279/16, do Executivo, que autoriza a criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba. A região, considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, compreende áreas de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras.

Pela proposta, a agência será responsável por promover atividades para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário da região, como fortalecer a infraestrutura agrícola a partir da inovação tecnológica e da orientação e apoio ao produtor rural; e articular e elaborar projetos de

assistência técnica, extensão rural e formação a pequenos e médios produtores rurais.

O relator, deputado Irajá Abreu (PSD-TO), apresentou parecer favorável ao texto. “Considerando os grandes desafios para garantir a continuidade do desenvolvimento da região, é essencial a criação de uma entidade sem fins lucrativos, de natureza técnico-científica, voltada à promoção do desenvolvimento agropecuário do Matopiba e consequente melhoria das condições de vida da população local”, defendeu o parlamentar.

### **Tramitação**

A proposta tramita em regime de prioridade e ainda será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário.

Da Agência Câmara Notícias

## **Agricultura aprova suspensão de decreto que alterou regras de registro de pescador artesanal**

18/08/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que susta o Decreto 8.967/17, que retirou do Registro Geral da Atividade Pesqueira o trabalhador de apoio à pesca artesanal, responsável por fazer reparos em embarcações, em redes ou que atua no processamento do produto.

*Cleia Viana/Câmara dos Deputados*



*O relator, João Rodrigues: o decreto é um retrocesso e atinge 800 mil pescadores de todo o País, aumentando a exclusão social desses trabalhadores*

O texto aprovado pelo colegiado é o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 582/17, do deputado Silas Câmara (PRB-AM).

O Decreto 8.967/17 permite, por meio do cruzamento de informações, que o governo verifique a qualquer tempo se os critérios de elegibilidade e permanência dos pescadores profissionais artesanais estão atendidos.

“Vivemos um momento de crise no Brasil. Como esses trabalhadores irão se manter, com a edição deste decreto, que

vem totalmente em hora errada, não ajudando em nada, e sim prejudicando?”, questionou o autor da proposta.

### **Exclusão social**

O relator, deputado João Rodrigues (PSD-SC), apresentou parecer favorável ao texto. Segundo ele, as novas regras prejudicarão os pescadores, pois, para ter acesso ao benefício, terão que comercializar o pescado de forma profissional.

“A medida [o decreto] é um retrocesso e atinge 800 mil pescadores de todo o País, aumentando a exclusão social desses trabalhadores”, destacou o parlamentar.

### **Tramitação**

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (inclusive quanto ao mérito). Depois, o texto segue para o Plenário.

Da Agência Câmara Notícias

### **Comissão de Agricultura instala Subcomissão Permanente de Política Agrícola**

23/08/2017 – O Deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) foi eleito nesta quarta-feira (23) Presidente da Subcomissão Permanente de Política Agrícola (Subpolag) da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

O Deputado disse que a subcomissão assume um compromisso com a política leiteira e também com a agricultura. “ Fui eleito presidente, mas faremos um trabalho colegiado”, afirmou Sávio.

A Subpolag elegeu como 1º vice-presidente o Deputado Celso Maldaner (PMDB-SC).

*Allanderson Pereira de Melo*



*Deputados membros da subcomissão*

A reunião ordinária de Instalação e Eleição, convocada na forma regimental pelo presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Sergio Souza (PMDB-PR), aconteceu na sala de reuniões da Comissão.

### **Propostas da Subpolag**

A Subcomissão Permanente de Política Agrícola, quando criada, apresentava políticas agrícolas mais abrangentes. Neste momento específico, por proposta dos deputados membros, tratará especificamente da cadeia produtiva do leite, a qual se apresentava como subtema no ato da criação da Subpolag.

Esse subtema inclui acompanhar, avaliar e propor medidas sobre a produção de leite no mercado nacional incluindo a fixação de preço justo para os produtores, combater os cartéis na produção dos insumos lácteos, estabelecer mecanismos de proteção do mercado interno de importação de produtos subsidiados e a redefinição da carga tributária sobre leite in natura.

Luciana Medeiros  
Estagiária de Jornalismo

### **Comissão aprova proposta que torna sem efeito desapropriação de fazenda no Paraná**

25/08/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que torna sem efeito a desapropriação, para fins de reforma agrária, da fazenda Prudentina, situada no município Laranjal, no Paraná.

A desapropriação da fazenda Prudentina está prevista em decreto assinado em 2016 pela ex-presidente Dilma Rousseff, juntamente com outros 29 decretos que desapropriam imóveis rurais para fins de reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e terras indígenas.

Por não concordar com as desapropriações, o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) apresentou 29 projetos de decreto legislativo suspendendo os documentos assinados pela ex-presidente. Para Goergen, os decretos não visaram atender aos beneficiados – trabalhadores sem-terra, índios e quilombolas – , “mas apenas marcar a gestão [da presidente afastada] sem a devida análise e discussão do tema”.

Ao defender a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 377/16, que impede a desapropriação da fazenda Prudentina, o relator no colegiado, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), concordou com o autor e disse que os decretos possuem vício de origem e de forma.

“Não podemos concordar com o chamado interesse social em todas as ações do Poder Executivo. A sociedade deve se escorar para impedir a ilegalidade de invasões de terra e oportunizar,

de maneira sórdida, a desapropriação de terras produtivas em todo o país”, disse.

### **Tramitação**

O projeto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, em seguida, pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Da Agência Câmara Notícias

### **Rejeitado projeto que exigia detalhamento de composição em rótulo de ração animal**

25/08/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural rejeitou na quarta-feira (23) proposta que pretendia obrigar fabricantes de ração para animais a informarem no rótulo dos produtos, de forma clara e legível, os tipos e quantidades de nutrientes presentes na fórmula.

*Reprodução/TV Câmara*



*Sachetti: parecer pela rejeição da proposta*

De acordo com o Projeto de Lei 5410/16, do deputado João Derly (Rede-RS), os nutrientes deveriam ser expressos em cinco categorias: macronutrientes, aminoácidos, vitaminas, minerais, e ingredientes proteicos, energéticos e fibrosos.

Ao rejeitar a iniciativa, o relator na comissão, deputado Adilton Sachetti (PSB-MT), disse que os alimentos para animais já seguem regras específicas de rotulagem, previstas na Instrução Normativa 22/09 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A norma estabelece que no rótulo do produto já devem constar

as quantidades de nutrientes, a composição básica qualitativa e seus eventuais substitutos, e o modo de uso.

“Verifica-se, assim, que os dados fornecidos pelo fabricante de rações oferecem aos criadores informações suficientes para a adequada nutrição dos animais”, concluiu o relator.

O projeto será arquivado, a menos que haja recurso para que seja analisado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Da Agência Câmara Notícias

### **Agricultura rejeita aumento da multa para responsável pela contaminação de produtos por agrotóxicos**

25/08/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, rejeitou, na quarta-feira (23), proposta que aumenta a multa para empresas, técnicos e agricultores responsáveis pela contaminação de alimentos e produtos por agrotóxicos.

*Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados*



*Valdir Colatto: "Em vez de contribuir para a resolução dos problemas existentes, a Lei dos Agrotóxicos revelou-se um instrumento burocrático e ineficaz"*

Pela proposta, a multa seria de R\$ 10 mil, quando a infração for cometida por agricultor pessoa física, e de até R\$ 100 mil, quando praticada por empresa ou responsável técnico. A pena seria sucessivamente dobrada nas reincidências.

Atualmente, a Lei dos Agrotóxicos (7.802/89), que o projeto pretende alterar, prevê a multa baseada em um indexador, o chamado Maior Valor de Referência (MVR), que já foi extinto. Com isso, as multas têm sido arbitradas pela Justiça.

### **Lei burocrática e ineficaz**

Foi rejeitado o Projeto de Lei 6042/16, do deputado João Daniel (PT-SE). Relator na comissão, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), disse que, em vez de contribuir para a resolução dos problemas existentes, a Lei dos Agrotóxicos revelou-se um instrumento "burocrático e ineficaz, fazendo com que o registro de defensivos agrícolas se tornasse um processo extremamente lento e oneroso".

Colatto lembrou que há uma comissão especial em funcionamento na Câmara com a missão de analisar o assunto, propondo desde mudanças pontuais até a total reformulação da Lei. O texto principal em discussão é o do Projeto de Lei 6299/02, do Senado.

### **Tramitação**

O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, inclusive quanto ao mérito.

Da Agência Câmara Notícias

## SETEMBRO

### Entidades defendem políticas de valorização do camarão nacional

01/09/2017 - O presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), Itamar de Paiva Rocha, defendeu na quinta-feira (31) a valorização do crustáceo brasileiro.

*Gilberto Nascimento*



*Segundo debatedores, os produtores brasileiros perderam espaço e competitividade nos últimos anos*

O deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES), um dos parlamentares que solicitaram o debate, apontou que o Brasil possui um bom cenário para o desenvolvimento do setor.

“Melhorando nossos incentivos e a nossa tecnologia, temos total capacidade de produzir e consumir sem precisar da importação”, acrescentou o deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), outro idealizador da reunião.

### Pesquisas

Daniel Lanza, professor e doutor em biologia funcional e

molecular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), destacou a importância das pesquisas. “Precisamos entender melhor os agentes patogênicos antes de tomar qualquer decisão em relação a trazer ou não o camarão de fora do País. E esse entendimento só será possível com a pesquisa”, avaliou.

Por sua vez, o professor e doutor em ecologia e recursos naturais da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Pedro Martins, argumentou que a dificuldade de gerenciamento das doenças é um desafio, mas não deve ser motivo para abrir mão do negócio.

### Investimento

O diretor substituto do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Antonio Luiz Machado de Moraes, informou que a política de crédito rural para a safra 2017 e 2018 contempla medidas específicas de apoio à carcinicultura.

Moraes completou que as linhas de financiamento contemplam os produtores pequenos, médios e grandes.

### Crédito

A gerente do Departamento de Agroindústria do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Gisele Ferreira Amaral, explicou que, para a operação de concessão de crédito direto, é analisado o perfil do beneficiário.

No caso do crédito indireto, explicou o gerente substituto de Relacionamento Institucional e Gestão do Crédito Rural, Francisco Nogueira de Barros Lima, o beneficiário pode ir diretamente ao portal do BNDES e solicitar a abertura de financiamento.

Da Agência Câmara Notícias

## **Agricultura aprova prioridade para titulação individual na reforma agrária**

04/09/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou a prioridade para a titulação individual na reforma agrária. A medida está prevista no Projeto de Lei 7000/17, do deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), que altera a Lei da Reforma Agrária (8.629/93). Desde 2014, a lei prevê a titulação individual e a coletiva, sem priorizar nenhuma delas.

*Agência Câmara Notícias*



*Lucio Mosquini: proposta beneficiará o trabalhador rural*

Ainda conforme a proposta, nos casos de titulação coletiva, ela será concedida nominalmente aos beneficiários em formato condominial, respeitada a fração mínima de parcelamento.

O relator na comissão, deputado Lucio Mosquini (PMDB-RO), concordou com o argumento de Hildo Rocha de que o texto vai beneficiar os trabalhadores rurais pessoas físicas, evitando que associações privadas passem a gerir a política de reforma agrária em benefício próprio.

“A proposição favorece o trabalhador rural brasileiro, que terá seu nome no título da propriedade em que trabalhe, ainda que exerça o ofício de forma coletiva”, disse Mosquini. “Como bem

colocado pelo autor do projeto, muitas vezes o Incra tem beneficiado associações privadas com porções significativas de terras, transferindo a gestão do assentamento para essas pessoas jurídicas. Assim, seus líderes passam a escolher aqueles que farão jus a ingressar no assentamento”, afirmou ainda.

### **Tramitação**

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Da Agência Câmara Notícias

### **Subcomissão Especial de Desenvolvimento Sustentável é instalada na Comissão de Agricultura**

*Gabriel Barbosa*



*Deputados membros da subcomissão*

06/09/2017 - O deputado Raimundo Gomes (PSDB-CE) foi eleito presidente da Subcomissão Especial de Desenvolvimento Sustentável (Subdesus) durante a reunião de instalação e eleição convocada pelo presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), nesta terça-feira (05).

O colegiado elegeu como vice-presidente o deputado Valmir Assunção (PT-BA). Nove membros e igual número de suplentes compõem a Subcomissão Especial que passa a funcionar no âmbito da Comissão de Agricultura.

#### **Propostas**

O presidente da Subdesus, deputado Raimundo Gomes, informou que no calendário estabelecido até dezembro a Subdesus vai concentrar esforços em ações voltadas para a política nacional da carcinicultura, técnica de criação de camarões em viveiros, e da cajucultura. “O Congresso nacional

já aprovou o Funcaju. Nós precisamos normatizar e dar apoio a essa cultura visando essencialmente fortalecer a economia e gerar emprego e renda”, ressaltou.

Apesar dos temas destacados, o presidente da Subcomissão Especial enfatizou que outros assuntos destinados ao desenvolvimento sustentável que incentivem o crescimento econômico considerando a inclusão social e a proteção ambiental, também serão pautados no plano de trabalho da Subdesus.

Luciana Medeiros  
Estagiária de Jornalismo

## **Deputados e produtores de vinho colonial defendem isenção de IPI para a bebida**

06/09/2017- Deputados e pequenos produtores defenderam nesta quarta-feira (6), na Câmara dos Deputados, a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a produção de vinho colonial. Atualmente, este produto está sujeito à regra geral de incidência de IPI sobre vinhos, com alíquotas de 10%.

A ideia dos parlamentares – projeto de lei (PL 525/15) em análise na Câmara trata disso – é incluir na lei que trata do vinho em geral (Lei 7.678/88) um item para tratar da isenção e estabelecer também que a comercialização do vinho colonial seja realizada por meio da emissão de nota do talão do produtor rural. Por essa regra, não seria necessária a constituição de empresa para a emissão de nota fiscal.

A chamada Lei do Vinho Colonial (Lei 12.959/14) autorizava esse tipo de comercialização, mas o dispositivo foi vetado pela Presidência da República.

### **Imigrantes**

O vinho colonial é aquele produzido por agricultor familiar conforme características culturais, históricas e sociais. Trata-se de uma produção que chegou ao Brasil com a imigração, principalmente italiana. A Embrapa Uva e Vinho estima que existam mais de 4 mil produtores de vinho colonial em todo o Brasil.

A bebida deve ser elaborada com pelo menos 70% de uvas colhidas no imóvel rural do agricultor e na quantidade máxima de 20 mil litros por ano. Além disso, só podem ser vendidos diretamente ao consumidor final, na sede do imóvel rural onde foi produzido, em associação de produtores rurais ou em feiras da agricultura familiar.

## **Críticas ao veto**

Por esses motivos, para Onyx Lorenzoni, o veto foi equivocado. “O governo colocou um veto desnecessário à venda desse produto pelo talão do produtor, como devem ser todos os produtos com origem na agricultura familiar. Nós queremos que se cancele a exigência de nota fiscal eletrônica. Isso é um disparate”, afirmou.

Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Vinho Colonial de Ijuí (RS), Joaquim Lorenzoni, é difícil para o pequeno produtor arcar com todos os encargos que vigem no negócio de vinho. “Sou um pequeno proprietário”, resumiu.

O presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), Paulo Frizzo, acrescentou que é inviável a atividade do vinho prosperar com o enquadramento tributário que restou após o veto. “Nosso vinho não é industrial, ele tem a sua peculiaridade”, disse.

## **Lei específica**

O coordenador-geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, explicou que qualquer tipo de isenção deve ser tratada em lei específica e não em uma legislação indireta, como a que trata de vinhos.

A sugestão de Mombelli é que os produtores de vinho colonial procurem se enquadrar na Lei do Simples Nacional (Lei Complementar 123/06), a fim de pagar uma alíquota de 0,5%.

Onyx Lorenzoni respondeu que o produtor familiar já é cadastrado em uma categoria específica e não deve mudar para outra. Já o deputado Evair Vieira de Melo disse que uma lei que impede a preservação de costumes e tradições deve ser mudada.

Da Agência Câmara Notícias

### **Comissão aprova suspensão de decreto que desapropriou terreno em Goiás para reforma agrária**

08/09/2017 - O decreto foi assinado pela então presidente Dilma Rousseff e desapropriou um imóvel rural de 744 hectares denominado Fazenda Malhadinha, localizado entre os municípios goianos de Flores de Goiás e de Vila Boa.

*Cleia Viana/Câmara dos Deputados*



*O relator do PDC, deputado Alberto Fraga, disse que as desapropriações foram "políticas"*

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou projeto do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) que suspende um decreto de desapropriação de terra assinado pela ex-presidente Dilma Rousseff. O decreto desapropriou, para fins de reforma agrária, um imóvel rural de 744 hectares denominado Fazenda Malhadinha, localizado entre os municípios goianos de Flores de Goiás e de Vila Boa.

A desapropriação ocorreu no dia 1º de abril de 2016 e fez parte de um conjunto de desapropriações determinadas por Rousseff em abril de 2016, pouco antes de ser afastada da presidência da República pela abertura de processo de

impeachment, autorizada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Favorável à sustação do decreto, o relator do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 373/16, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), disse que as desapropriações tiveram objetivo político, pois a então presidente buscava apoio de movimentos populares contra o seu afastamento. "Note-se que em todo o ano de 2015 e até março de 2016 nenhum imóvel rural havia sido desapropriado pelo governo Dilma para a reforma agrária", disse Fraga.

Além do PDC 373, o deputado Jerônimo Goergen apresentou no ano passado 29 projetos de decreto legislativo suspendendo decretos similares assinados por Rousseff. No conjunto, as desapropriações totalizaram 826,6 mil hectares.

#### **Tramitação**

O PDC 373/16 será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, segue para o Plenário da Câmara.

Da Agência Câmara Notícias

## **Caminhoneiros defendem aumento da altura máxima permitida de carrocerias para transporte de gado**

12/09/2017 - Uma audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados tratou, nesta terça-feira (12), de um problema que incomoda um setor inteiro da economia: a altura dos caminhões de dois andares que transportam gado pelas estradas do País. O debate reuniu fabricantes de carrocerias, caminhoneiros e deputados para discutir um projeto de lei (PL 6392/16) que aumenta em 30 centímetros a altura desse tipo de veículo.

*Cleia Viana/Câmara dos Deputados*



*O deputado Zé Silva (SD-MG) é autor de proposta que eleva em 30 centímetros a altura das carrocerias: "evita maus-tratos a animais e reduz custos ao consumidor"*

Atualmente, uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) estabelece uma altura máxima de 4,4m para as carrocerias nesses casos. A proposta em análise na Câmara modifica o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) para permitir a elevação da altura para 4,7 metros. O texto também prevê treinamento para os motoristas.

Os caminhoneiros e transportadores presentes à audiência reclamaram que a regra atual provoca lesões nos animais e multas aos motoristas, estes muitas vezes acabam fazendo alterações na altura dos caminhões por conta própria e são parados nos postos da Polícia Rodoviária. Ou seja, eles consideram que a altura permitida hoje encarece o frete e, conseqüentemente, o preço da carne na mesa do consumidor.

O projeto que aumenta a altura das carrocerias foi apresentado pelo deputado Zé Silva (SD-MG), que defendeu a mudança, não só para evitar maus-tratos aos animais, como também por uma questão econômica. "A proposta garante um preço mais barato para o consumidor, já que um caminhão de dois andares transporta no mínimo o dobro de animais e, com isso, o frete fica mais barato", sustentou.

### **Análise técnica**

Técnicos do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) se mostraram surpresos com a questão levantada pelos transportadores e disseram estar abertos a estudar sugestões de mudanças na legislação. "Porém é preciso verificar quais são os impactos de elevar em 30 cm a altura do veículo. É necessário haver mais informações para que possamos nos manifestar", ponderou Leonardo da Silva Rodrigues, do Dnit, órgão encarregado da infraestrutura e da segurança viária.

O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) concordou com uma análise técnica do assunto. "A solução tem de ser técnica, científica, e não com base no 'achômetro'", comentou.

Da Agência Câmara Notícias

### **Projeto institui política para estimular a apicultura**

14/09/2017 - A Câmara dos Deputados analisa a instituição de uma política nacional de incentivo à produção de mel e ao desenvolvimento do setor de criação de abelhas. Um projeto de lei neste sentido (PL 6913/17) foi apresentado pelo deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES). O objetivo é dar maior eficiência econômica à apicultura nacional e garantir padrão elevado de qualidade dos produtos e serviços ofertados ao consumidor.

*Agência Câmara Notícias*



*Melo: O objetivo é estabelecer as bases que propiciem à apicultura nacional condições para explorar o imenso potencial existente*

Entre as diretrizes da chamada Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas de Qualidade estão a sustentabilidade ambiental, social e econômica da atividade; a difusão de tecnologias de produção, manejo, colheita e armazenamento; a redução das desigualdades regionais, por meio de incentivos à economia local; e a rastreabilidade dos produtos.

Terão prioridade de acesso às linhas de crédito os agricultores familiares e os pequenos produtores rurais e ainda aqueles

organizados em cooperativas que agreguem valor a produtos apícolas.

### **Cadeia precária**

Evair Vieira de Melo defende a política com o argumento de que a apicultura é uma atividade praticada em todo o País, principalmente por agricultores familiares.

Outras restrições enfrentadas pelo setor, acrescenta, são a falta de assistência técnica e o desconhecimento da população acerca dos benefícios decorrentes do consumo dos produtos apícolas e do papel desempenhado pelas abelhas na produção de alimentos vegetais e na conservação do meio ambiente, por meio da polinização de flores.

Por outro lado, Melo lembra que tem crescido o mercado de serviços prestados pela apicultura. “Com frequência cada vez maior, apicultores são pagos para transferir seus apiários para locais próximos a pomares, como laranjais e regiões produtoras de maçã, a fim de intensificar o processo de polinização e aumentar a produção de frutos”, diz ainda Evair Vieira de Melo.

Além do mel e da cera, os produtos da apicultura incluem própolis, pólen, geleia real e apitoxina (veneno da abelha).

### **Tramitação**

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

## Especialistas pedem revisão do marco legal da vigilância sanitária vegetal

14/09/2017- Decreto que regulamenta a produção de frutas, legumes e verduras no Brasil é de 1934.

*Cleia Viana/Câmara dos Deputados*



*Para Evandro Roman, falta clareza na política sanitária vegetal*

O marco legal da vigilância sanitária vegetal, um decreto de 1934 (24.114/34), precisa ser revisto urgentemente. Essa foi a conclusão da audiência pública que discutiu, nesta quinta-feira (14), a qualidade da produção de frutas e vegetais no Brasil, o que envolve entre outras atividades o controle de pragas nas lavouras.

No debate promovido pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, o diretor do departamento de sanidade vegetal do Ministério da Agricultura, Marcus Vinícius Coelho, disse que a revisão do marco legal do setor é prioridade para a pasta. A norma, segundo ele, foi editada em um período em que o Brasil era importador de alimentos, situação completamente distinta da atual, em que é autossuficiente e exporta vegetais para mais de 120 países.

O grande crescimento da produção, destacou Marcus Vinícius Coelho, exige mudanças, especialmente na previsão de multas para quem descumpra as regras sanitárias. “O capítulo que trata das sanções pela desobediência das regras fitossanitárias, por exemplo, até hoje é regulamentado em ‘cents’, o que torna inviável uma penalização mais efetiva com base nesse decreto”, comentou.

### Competências

Reginaldo Minaré, consultor da área de tecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ressaltou ainda a necessidade de especificar as competências de municípios, estados e a União, na legislação. “Temos uma zona cinzenta de onde termina a competência de um ente e onde começa a de outro. Seria interessante isso ficar muito claro em uma nova estrutura normativa.”

Ele fez um apelo para que a atualização seja feita por meio de projeto de lei a ser analisado pelo Congresso. “É importante que as normas estejam em uma lei e não em decreto, portaria ou instrução normativa, porque necessita ser uma política permanente, com maior garantia jurídica. Não dá para um ministro entrar e querer mudar tudo”, argumentou.

### Foco

Autor do requerimento para realização da audiência, o deputado Evandro Roman (PSD-PR), reclamou da falta de clareza na política sanitária vegetal e da ausência de uma autoridade sanitária específica para a agropecuária.

“Precisamos melhorar o controle sanitário e ampliar o orçamento para termos uma ação com mais foco”, disse Roman, que é coordenador de vigilância sanitária da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Da Agência Câmara Notícias

## Agricultura aprova política de incentivo à cultura de flores e plantas ornamentais

15/09/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou projeto que institui a Política Nacional de Incentivo à Cultura de Flores e de Plantas Ornamentais de Qualidade. O objetivo da proposta é estimular a produção e a comercialização desses produtos no Brasil e no exterior, aproveitando o potencial do País na área.

*Billy Boss/Câmara dos Deputados*



*Raimundo Gomes de Matos: A produção, o comércio e a distribuição de flores e plantas ornamentais se constituem em um dos mais promissores segmentos do agronegócio no Brasil*

A medida está prevista no Projeto de Lei 6912/17, do deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES). O texto foi aprovado com alterações promovidas pelo relator, deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), a partir de sugestões recebidas de secretarias do Ministério do Meio Ambiente. Uma das emendas introduziu as plantas ornamentais no projeto, que inicialmente só abrangia as flores.

### **Mercado**

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Floricultura, o Brasil tem 8,3 mil produtores de flores e quase 15 mil hectares

de área cultivada. São cultivadas cerca de 3 mil variedades e aproximadamente 350 espécies de flores e plantas ornamentais. O setor é responsável por 215 mil empregos diretos, entre produtores, distribuidores e vendedores, entre outras funções.

### **Diretrizes**

A Política Nacional de Incentivo à Cultura de Flores e de Plantas Ornamentais de Qualidade terá como diretrizes a sustentabilidade econômica e socioambiental da atividade; o aproveitamento da diversidade cultural, ambiental, de solos e de climas do País; a adequação da ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais; o estímulo às economias locais; e a redução das desigualdades regionais.

### **Instrumentos**

O texto prevê, como instrumentos da política nacional, o crédito rural para a produção e comercialização; a pesquisa agrícola e o desenvolvimento tecnológico; a assistência técnica e a extensão rural; o seguro rural; a capacitação gerencial e a formação de mão de obra qualificada e o associativismo, entre outros.

Pela proposta, terão prioridade de acesso ao crédito e financiamento os agricultores familiares, de pequeno e médios porte; e os organizados em associações, cooperativas ou arranjos produtivos locais que agreguem valor às flores e plantas ornamentais produzidas por meio de certificações, produção orgânica, selos sociais ou de comércio justo.

### **Tramitação**

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

## **Agricultura aprova proposta que revoga possibilidade de titulação coletiva para reforma agrária**

27/09/2017- A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 584/17, do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que revoga a possibilidade de inscrição, concessão ou titulação coletiva de imóveis para a reforma agrária.

*Luis Macedo/Câmara dos Deputados*



*Amaral concordou com a proposta por considerar que há inconstitucionalidade no decreto*

O texto susta trechos do Decreto 8.738/16, que regulamentou os processos de cadastro e seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. A norma estabelece critérios para ingresso, permanência e emancipação dos agricultores assentados.

O relator na comissão, deputado André Amaral (PMDB-PB), concordou com o argumento de Leitão de que os trechos do decreto que estabelecem titulação de imóveis de forma coletiva seriam inconstitucionais. “A Constituição, no artigo 189, deixa bastante claro que ‘o título de domínio e a concessão

de uso [na reforma agrária] serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos’, não prevendo outra possibilidade”, disse Amaral.

### **Tramitação**

A proposta será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, inclusive quanto ao mérito. Depois, segue para o Plenário.

Da Agência Câmara Notícias

## **Agricultura rejeita CPF de proprietário no Cadastro Ambiental Rural**

27/09/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural rejeitou projeto de lei que inclui o número do Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal (CPF) do proprietário rural ou de seu representante legal na inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A proposta (PL 7145/17), do deputado Franciscano Floriano (DEM-RJ), recebeu parecer pela rejeição do relator na comissão, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC).

*Cleia Viana / Câmara dos Deputados*



*Segundo Colatto a informação do CPF ou do CNPJ já é requerida no preenchimento do módulo de cadastro do CAR*

Colatto argumentou que a informação do CPF ou do CNPJ do proprietário ou do representante legal já é requerida no preenchimento do módulo de cadastro do CAR. “Da mesma forma, sanções penais e administrativas para o declarante que prestar informações total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas estão previstas no Decreto 7.830/12, que dispõe sobre o CAR”, acrescentou.

O projeto altera o Código Florestal (Lei 12.651/12), que define o CAR como registro público eletrônico nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais a partir de 31 de dezembro de 2017, com o objetivo de integrar as informações ambientais

das propriedades rurais para compor base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

A lei atual exige, para inscrição do proprietário no cadastro, sua identificação, a comprovação da propriedade ou posse e a identificação do imóvel, com detalhamento da propriedade.

### **Prodes**

O projeto de Floriano também estabelece que as informações do CAR deverão ser somadas aos dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) para controle e fiscalização do desmatamento ilegal.

Sobre este ponto, Valdir Colatto disse que não há restrição legal para a integração dos dados, cabendo aos órgãos ambientais competentes fazê-la se houver interesse e viabilidade técnica.

“O que não se pode aceitar, em hipótese alguma, é a divulgação individualizada dos dados pessoais do proprietário rural, assim como as do imóvel rural. A disponibilização sem filtros de tais informações pode colocar em risco a segurança dos produtores e também pode ser empregada para prejudicar a competitividade internacional do Brasil”, disse o relator.

### **Tramitação**

A matéria tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

### **Agricultura aprova subvenção para milho usado em ração de suínos e aves produzidos de forma independente**

27/09/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que concede subvenção econômica à compra de milho destinado à alimentação animal, realizada por produtores independentes de aves e suínos, em períodos em que os custos de produção superem os de venda do produto final.

*Arquivo/Laycer Tomaz*



*Para Meurer, a medida evitará que a atividade dos pequenos criadores de animais seja inviável economicamente em certos períodos*

Tal subvenção equivalerá no máximo à diferença entre o preço médio de aquisição do milho na região de produção dos animais e o preço médio do grão nas principais regiões produtoras do País. Os limites, as condições, os critérios e a forma de apuração e de acesso serão estabelecidos em regulamento posterior.

O texto aprovado é um substitutivo apresentado pelo deputado Nelson Meurer (PP-PR) ao Projeto de Lei 5449/16, do deputado Covatti Filho (PP-RS) e outros parlamentares. O projeto original autoriza a subvenção aos produtores rurais em

geral, sem o recorte da suinocultura ou da avicultura independentes.

“A medida é de especial interesse dos criadores independentes de animais, que, diferentemente dos produtores integrados a sistemas agroindustriais, assumem todo o custo com a alimentação dos animais”, explicou Meurer. “Além disso, a nova subvenção é muito oportuna em períodos de grande elevação das cotações do milho no mercado interno, que pode inviabilizar economicamente a atividade de pequenos criadores de animais.”

O substitutivo acrescenta a medida à Lei 8.427/92, que regula as subvenções econômicas nas operações de crédito rural.

#### **Tramitação**

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

## Mercado de animais domésticos cobra legislação específica para o setor



29/09/2017 - Segundo os participantes da audiência, o setor não tem direito a incentivos fiscais e se ressentido da ausência de um órgão que centralize a fiscalização.

O mercado de animais domésticos, ou mercado pet, movimentou 23 bilhões de dólares no Brasil em 2016, de acordo com a Câmara Setorial do setor, que inclui produção de ração, acessórios, petshops, clínicas veterinárias e criatórios (veja quadro).

### Proposta

Representantes do mercado pet apresentaram aos integrantes da comissão uma proposta de projeto de lei que define que espécies animais podem ser criadas e comercializadas. O texto ainda centraliza a fiscalização no Ministério da Agricultura e define responsabilidades e atribuições para cada segmento do setor, com o objetivo de dar segurança jurídica aos criadores, produtores, veterinários e comerciantes.

A Lei complementar 140/11, por exemplo, conferiu aos estados a competência para autorizar criatórios, mas vários deles não tem legislações sobre o assunto, o que acaba provocando situações como a dos criadores de tartarugas nativas do Rio Grande do Sul.

A falta de um marco regulatório, segundo ele, faz com que criadores de diversas espécies deixem de investir, por temor de prejuízos decorrentes da edição de normas de órgãos ambientais sem discussão prévia com o setor.

### Marco regulatório

A audiência pública foi pedida pelo deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que se comprometeu com representantes do segmento a apresentar um projeto de marco regulatório baseado na proposta apresentada pela câmara setorial.

Além de regras de funcionamento, responsabilidades e atribuições de um órgão fiscalizador, Alceu Moreira defende também uma definição legal de animais domésticos que permita incentivos tributários para o setor. "Os animais de estimação são classificados como hobby, então, produtos como ração, pagam um tributo elevadíssimo, o que impede as pessoas, muitas vezes, de tratar o animal com o alimento adequado", disse.

### Espécies

A importância de um marco regulatório foi defendida pelo presidente da Comissão de Agricultura, deputado Sergio Souza (PMDB-PR). "Este é um mercado que cresce cada vez mais, e em cada bairro existem clínicas, criatórios, lojas de acessórios, daí a necessidade de regulamentação", justificou.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

# OUTUBRO

## Lentidão na regularização fundiária na Amazônia piora conflitos agrários, dizem debatedores

04/10/2017- Representantes do governo federal e dos trabalhadores rurais concordam que quanto mais lento é o processo de regularização fundiária, mais aumenta o número de áreas ocupadas e, conseqüentemente, pioram os conflitos agrários. O assunto foi discutido em audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara. Pará e Rondônia foram citados como os estados onde os conflitos são mais graves atualmente.

*Cleia Viana/Câmara dos Deputados*



*Lucio Mosquini: governo precisa priorizar regularização fundiária*

Diretor do Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio, do Ministério do Planejamento, Antônio Roberto Ferreira, resumiu os benefícios da titulação definitiva de terras. "A regularização é a garantia para o setor produtivo ter acesso a financiamentos e ter condição de melhorar a qualidade da produção", disse.

Superintendente da Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, José Dumont Teixeira, apresentou as metas do programa Terra Legal, que regulariza a situação de ocupantes

de áreas públicas: pouco mais de 5 mil títulos entregues até o final deste ano e 15 mil até o final de 2018. Ele reconheceu que o andamento dos processos precisa avançar, mas informou que isso depende da ampliação do orçamento e do quadro de pessoal.

Secretário de Formação e Organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Carlos Augusto Silva, destacou a redução de até 80% no orçamento de alguns programas ligados à reforma agrária, nos últimos três anos.

Arantes informou que está em andamento uma licitação para contratar serviços de georreferenciamento em todos os estados do país. O georreferenciamento é o levantamento topográfico da área rural e uma das condições para a entrega dos títulos definitivos de propriedade. O técnico do Inbra também sugeriu que as bancadas dos estados da Amazônia na Câmara se mobilizem para destinar recursos para a regularização fundiária.

O deputado Lucio Mosquini (PMDB-RO), que propôs a realização do debate, defendeu melhor condução do processo de regularização fundiária na Amazônia Legal. "Quando o governo entender que o incentivo da documentação é uma solução para os conflitos agrários, nós vamos melhorar as condições de vida das pessoas da Amazônia Legal. Agora, o que falta hoje? É o governo encarar isso, encarar com seriedade, encarar como prioridade", argumentou.

Da Agência Câmara Notícias

### **Comissão permite porte de arma para proprietários e trabalhadores rurais maiores de 21 anos**

04/10/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, nesta quarta-feira (4), proposta que permite a concessão de licença para o porte de arma de fogo para proprietários e trabalhadores rurais maiores de 21 anos. O objetivo, segundo o texto, é proporcionar a defesa pessoal, familiar ou de terceiros, assim como a defesa patrimonial.

*Alex Ferreira / Câmara dos Deputados*



*O deputado Alberto Fraga, relator na comissão*

Conforme a proposta, a licença será concedida mediante requerimento, com a apresentação dos seguintes documentos: documento de identificação pessoal; comprovante de residência ou de trabalho em área rural; e nada consta criminal. O comprovante de residência poderá ser substituído pela declaração de duas testemunhas e o nada consta criminal, pela declaração da autoridade policial local.

O relator alterou o projeto original, que permitia a concessão de porte rural de arma de fogo para maiores de 25 anos. Além disso, procurou deixar claro que a licença não será “uma análise subjetiva ao direito de legítima defesa por parte da autoridade competente pela emissão do porte”.

Segundo João Daniel (PT-SE), países como os Estados Unidos vêm com frequência os resultados do uso irrestrito das armas de fogo. “Esta semana mais um atentado ocorreu, levando à morte 59 pessoas em Las Vegas, por um único atirador que usou as prerrogativas de ter direito a portar arma de fogo”, destacou.

#### **Validade**

Conforme o texto aprovado, a licença para o porte rural de arma de fogo terá validade de dez anos e será restrita aos limites da propriedade rural, condicionada à demonstração simplificada, à autoridade responsável pela emissão, de habilidade no manejo.

A arma licenciada será cadastrada e registrada no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), da Polícia Federal. O extravio, furto ou roubo deverá ser imediatamente comunicado à unidade policial mais próxima, que providenciará sua comunicação ao Sinarm.

#### **Tramitação**

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

### **Comissão aprova proposta que permite aos presídios a compra direta de produtos da agricultura familiar**

18/10/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei 7803/17, do deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB), que permite aos estabelecimentos penais a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar.

*Agência Câmara Notícias*



*O deputado Lucio Mosquini, relator na comissão*

A proposta altera a Lei de Licitações (8.666/93), dispensando a licitação para a aquisição, por estabelecimentos penais, de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local e que os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pela legislação.

O parecer do relator, deputado Lucio Mosquini (PMDB-RO), foi favorável à proposta. “Ao viabilizar hipótese de dispensa de licitação para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura

familiar, a norma impulsiona as vendas de um setor que, por ser de menor porte, nem sempre teria condições de participar em iguais condições nos certames licitatórios”, disse.

O parlamentar ressaltou que lógica semelhante existe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), “que têm apresentado significativos resultados, tanto para melhoria da qualidade da alimentação dos consumidores, quanto para crescimento da agricultura familiar brasileira”.

#### **Tramitação**

A proposta ainda será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

### Comissão de Agricultura aprova quatro emendas à LOA

18/10/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou quatro emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA), PLN 20/2017. Os temas aprovados abrangem assistência técnica e extensão rural, fomento agropecuário, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e aquisição e distribuição de alimentos. A Comissão recebeu oitenta e duas sugestões de emendas.

Agência Câmara Notícias



Deputado Sergio Souza (ao centro), presidente da Comissão de Agricultura

Para o deputado Zé Silva (SD-MG), as emendas apresentadas pela Comissão priorizaram temas fundamentais para o agronegócio brasileiro. O deputado Heitor Schuch (PSD-RS) disse que a Comissão soube compactar os principais temas tratados em reuniões e audiências públicas. “Localizou-se bem as lacunas no orçamento”, ressaltou.

#### Propostas

A primeira emenda trata da viabilização da Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (ATER) aos agricultores familiares, incluindo mulheres agricultoras, comunidades indígenas e quilombolas, além da formação e

capacitação de agentes de ATER e da produção de conhecimentos tecnológicos apropriados à agricultura familiar.

A segunda emenda aprovada pela Comissão destina-se ao fomento do setor agropecuário. A proposta visa à promoção e à participação em exposições e feiras agropecuárias. Ela também trata de infraestrutura como incentivo ao pequeno e médio produtor rural mediante aquisição de patrulhas mecanizadas, construção e conservação de estradas vicinais - não pavimentadas - que interligam áreas rurais.

Já a terceira emenda dedica-se ao financiamento de pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a geração de conhecimento e viabilização de soluções inovadoras para a agropecuária, incluindo a agricultura familiar.

O objetivo da quarta emenda é aportar recursos para fortalecer o programa de aquisição e estocagem de alimentos ou sementes produzidos pela agricultura familiar.

#### Tramitação

As emendas aprovadas por unanimidade pelo colegiado serão encaminhadas para a Comissão de Orçamento, responsável pela análise das propostas orçamentárias.

A LOA estima as receitas e fixa as despesas do Governo para o ano subsequente, compreendendo as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de acordo com as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública propostas no Plano Plurianual (PPA).

Luciana de Medeiros Santos  
Estagiária de Jornalismo

### **Comissão ouve lideranças sobre arrendamento de terras indígenas, medida criticada por ONG e associações**

19/10/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural discutiu nesta quarta-feira, em audiência pública na Câmara dos Deputados, a possibilidade de arrendamento de terras indígenas para fazendeiros e mineradoras e formas de financiamento da produção agrícola indígena.

*Will Shutter/Câmara dos Deputados*



*O debate discutiu ainda o financiamento da produção em terras indígenas*

Durante a audiência, o presidente do fórum de caciques do Mato Grosso do Sul, Jucelino Custódio, criticou entidades, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que são contrárias a parcerias econômicas em terras indígenas.

“O modelo de parceria foi adotado porque não conseguimos crédito. O índio entra com a terra e a mão de obra, e todo o custeio é feito por fazendeiros. Neste ano tivemos projeto que investiu R\$ 800 mil em máquinas. Projetos indígenas, com

dinheiro do índio”, disse Arnaldo Zunizakae, representante da etnia Pareci, de Mato Grosso.

Nilson Leitão (PSDB-MT), um dos deputados que sugeriram o debate, disse que os índios têm de ser ouvidos nos projetos de desenvolvimento em suas terras. “Não cabe mais ficar apenas debatendo deputado contra deputado”, afirmou.

#### **Críticas**

Mais de 30 lideranças indígenas de todas as regiões do País foram ouvidas. Convidado, o Conselho Indigenista Missionário não mandou representante – em nota, o Cimi disse que o arrendamento “é uma tática da bancada ruralista para tomar posse das terras indígenas”.

Um grupo de indígenas contrários ao arrendamento de terras queixou-se da dificuldade de acesso ao debate na Comissão de Agricultura. Segundo Keenan Kaingang, senhas foram distribuídas de forma a privilegiar os favoráveis às parcerias com fazendeiros e mineradoras.

Chegou a haver confronto entre indígenas e a Polícia Legislativa. Na confusão, houve quebra de vidros em uma das entradas da Câmara e o lançamento de bombas de efeito moral.

Da Agência Câmara Notícias

# NOVEMBRO

## **Comissão de Agricultura debate o sistema nacional de defesa agropecuária**

07/11/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural debateu o aprimoramento do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária com ênfase em sanidade animal, durante a audiência pública realizada dia 24 de outubro.

*Will Shutter/Câmara dos Deputados*



*Deputado Evandro Roman, autor do requerimento que solicitou a audiência*

Segundo o autor da proposição, deputado Evandro Roman (PSD-PR), para fomentar o comércio exterior de proteína animal “são necessários serviços veterinários bem estruturados, capacitados e aptos para detecção e adoção precoce das medidas de controle e erradicação de doenças.”

### **Responsabilidade compartilhada**

O presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa), Inácio Afonso Kroetz, explicou que a sanidade animal no Brasil é baseada em responsabilidades compartilhadas entre os serviços veterinários estaduais, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e o setor privado, que precisa de certificação para

comercializar os produtos e abrir mercados em conformidade com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

A padronização e a harmonia dos procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar são fundamentais para o sistema nacional de defesa agropecuária, segundo o secretário de Defesa Agropecuária Substituto do MAPA, Jorge Caetano Júnior. Ele defende o avanço tecnológico tanto para a produção agropecuária quanto para a defesa sanitária e fitossanitária.

Para o diretor substituto do Departamento de Saúde Animal do MAPA, Ronaldo Carneiro, o equilíbrio, a comunicação e a transparência entre os órgão e entidades responsáveis pela sanidade animal e saúde vegetal são indispensáveis. “ Se um vai mal, todos vão mal. Se todos vão bem, o progresso é certo”, destacou.

### **Ameaças e demandas**

Para os debatedores, as zoonoses são as principais ameaças da cadeia produtiva pecuária e aviária que podem impactar a exportação brasileira. Segundo explanações, ainda existe demanda por reforços para o sistema nacional de defesa agropecuária, incluindo a fiscalização de fronteiras.

Luciana Medeiros  
Estagiária de Jornalismo

## **Comissão de Agricultura aprova projeto de lei que institui o Patrimônio Verde**

10/11/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei nº 7.578/2017 que institui o programa de operação e registro de ativos de natureza intangível originários da atividade de conservação florestal, denominado Patrimônio Verde, na quarta-feira (08).

Segundo o autor do projeto, deputado Zé Silva (SD/MG), o Patrimônio Verde vai “ajudar o país a cumprir os compromissos assumidos na Convenção do Clima de Paris”. A proposta objetiva diminuir a pressão sobre as florestas nativas do Brasil, por meio da precificação – definição de valor financeiro – das áreas de preservação permanente (APPs) de propriedades rurais.

Para o relator, deputado Raimundo Gomes (PSDB/CE), trata-se de um incentivo ao uso sustentável das posses e propriedades rurais. Isso porque, ao precificar a vegetação nativa, abre-se margem para que se obtenha contraprestação financeira pela área preservada. Segundo ele, o Patrimônio Verde é uma forma do proprietário rural não arcar sozinho com o ônus da preservação ambiental. “É um meio para que se possa comercializar um bem intangível que, apesar de localizado em uma propriedade, a todos beneficia”, declarou.

O presidente da Comissão, deputado Sergio Souza (PMDB/PR), ressaltou que o Projeto de Lei nº 7.578/17 está em conformidade com a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 23), que acontece nesta semana na Alemanha, para promover os objetivos do Acordo de Paris.

## **Tramitação**

O projeto, aprovado por unanimidade pelo colegiado, tramita em caráter conclusivo e segue para análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Comissão de Finanças e Tributação; e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Luciana Medeiros  
Estagiária de Jornalismo

### **Comissão altera limite de leite vendido por agricultor familiar ao governo**

21/11/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei 6.901/17, do Senado, que altera o limite de leite vendido por agricultor familiar ao governo pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Pela proposta, o limite deverá garantir a compra de, no mínimo, 150 litros de leite diários de cada agricultor familiar.

*Zeca Ribeiro*



*Walter Alves: valores atuais são incapazes de incentivar a agricultura familiar*

O limite estabelecido hoje na Lei 12.512/11 é de R\$ 4 mil semestrais para cada produtor de leite. A lei estabeleceu regras do PAA, programa que autorizou a compra direta, pelo governo, dos produtos dos agricultores familiares, dispensando-se a licitação.

Segundo o autor da proposta, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o limite atual desestimula o produtor e não viabiliza a ampliação da capacidade produtiva.

O parecer do relator, deputado Walter Alves (PMDB-RN), foi favorável ao projeto. “Realmente, a fixação dos limites da maneira atual apresenta diversos problemas”, concordou. “O valor é irrisório e não é capaz de incentivar a agricultura familiar ou de garantir a segurança alimentar das populações vulneráveis.”

Além disso, Alves aponta que os valores não são corrigidos desde julho de 2012. “Na época da implantação, o valor de R\$ 4 mil por semestre já se mostrava insuficiente para atender as necessidades dos produtores”, afirmou. “Passados cinco anos, a inflação acumulada no período, medida pelo IPCA, já atinge 38,6%, o que, por si só, deveria elevar o limite para mais de R\$ 5.545”, completou o relator.

#### **Tramitação**

A proposta será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

## **Agricultura aprova renegociação de dívidas de produtores do Proálcool**

28/11/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural ou agroindustrial contratadas por produtores rurais e suas cooperativas ao amparo do Programa Nacional do Álcool (Proálcool).

*Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados*



*Roberto Balestra: inúmeros produtores que aderiram ao Proálcool encontram-se hoje em sérias dificuldades financeiras*

A medida está prevista no Projeto de Lei 3982/15, do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), que estabelece as seguintes condições:

- atualização do saldo devedor a ser renegociado pelos encargos de normalidade, com expurgo de multas ou quaisquer encargos por inadimplemento;
- rebate na data da renegociação de 50% sobre os saldos devedores atualizados;
- prazo de pagamento do valor renegociado de até 15 anos, com até três anos de carência;

- taxa efetiva de juros de 3% ao ano;
- bônus de adimplência de 15% sobre o valor das parcelas pagas até a data de vencimento.

### **Dificuldades**

O relator na comissão, deputado Roberto Balestra (PP-GO), recomendou a aprovação da matéria. Ele lembrou que, passados mais de 40 anos do lançamento do Proálcool, inúmeros agricultores que aderiram à produção do biocombustível encontram-se em sérias dificuldades financeiras.

Segundo Balestra, mais recentemente o endividamento dos produtores e cooperativas foi agravado pelo controle governamental sobre o preço da gasolina, ao qual se vincula o mercado de etanol.

### **Fundos constitucionais**

Ainda segundo o projeto, a União e os fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) ficam autorizados a assumir os ônus decorrentes da renegociação de dívidas referentes às operações efetuadas com recursos controlados do crédito rural.

### **Tramitação**

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

### **Comissão de Agricultura aprova preço mínimo por região produtiva**

28/11/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou projeto de lei que estabelece que os preços mínimos de produtos agrícolas serão definidos por regiões com semelhante custo de produção, incluindo os custos variáveis (despesas com mão de obra, sementes, adubos, entre outros).

*Gilmar Felix/Câmara dos Deputados*



*O relator do projeto, deputado Reinhold Stephanes, apresentou substitutivo mudando a fixação de preços por estado, como previa o projeto original, para região produtiva*

O projeto (PL 7698/17) é de autoria do deputado Covatti Filho (PP-RS) e foi aprovado na forma de um substitutivo apresentado pelo relator, o deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR).

O texto original estabelece que os preços mínimos – definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do governo federal – serão fixados por estado, observado os custos de produção locais. Stephanes disse que a proposta acaba não abarcando as diferenças de custo que ocorrem em uma mesma unidade da federação.

“Dentro de uma mesma unidade federada existem, em não raras oportunidades, estruturas topográficas, de clima e de tipo de solo completamente diversas, impactando distintamente custos fixos e variáveis”, disse.

A melhor saída, segundo ele, é determinar a fixação dos preços mínimos por região produtiva – que pode até abranger mais de um estado.

A PGPM fornece um conjunto de instrumentos para garantir a renda dos produtores contra as variações de preço no mercado. Entre estes estão a compra do excedente de produção e o financiamento da estocagem sempre que o preço de mercado se situar abaixo do ‘pisso’ determinado pelo governo.

#### **Tramitação**

O PL 7698/17 tramita de forma conclusiva e será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

## **Agricultura aprova inclusão de erva-mate em política de preços mínimos do governo**

28/11/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou projeto de lei do deputado Covatti Filho (PP-RS) que insere a erva-mate na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do governo federal.

*Cleia Viana / Câmara dos Deputados*



*Heitor Schuch: garantia de preço mínimo é fundamental para que produtores consigam arcar com custos de produção*

O projeto (PL 7569/17) recebeu parecer favorável do deputado Heitor Schuch (PSB-RS). Ele explicou que a erva-mate é um dos principais segmentos da agricultura no sul do País, onde é dominada por pequenos produtores.

“É fundamental que os produtores possam receber, por meio das Políticas de Garantia de Preços Mínimos, o suporte de preços para sua comercialização, principalmente nos períodos de preços deprimidos, quando não conseguem arcar com os custos de produção”, disse Schuch.

A PGPM fornece um conjunto de instrumentos para garantir a renda dos produtores contra as variações de preço no mercado. Entre os quais estão a compra, pelo governo, de parte da produção, e a subvenção ao frete de escoamento da safra. O

objetivo é assegurar preços de comércio compatíveis com o custo de produção.

Segundo a proposta aprovada, o Conselho Monetário Nacional definirá, anualmente, os preços mínimos para a erva-mate.

Da Agência Câmara Notícias

# DEZEMBRO

### **Comissão de Agricultura aprova projeto que cria programa de qualidade na cadeia produtiva do leite**

06/12/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei nº 6.420/16, proposto pelo deputado Alceu Moreira (PMDB/RS), que institui o Programa de Qualidade na Produção, no Transporte e na Comercialização de Leite e dá outras providências, durante a reunião ordinária desta quarta-feira (06).

*Billy Boss - Câmara dos Deputados*



*Celso Maldaner (PMDB-SC), relator do PL nº 6.420/2016*

Para o relator, deputado Celso Maldaner (PMDB-SC), que apresentou parecer favorável ao projeto, “a proposição busca preservar a saúde pública e ampliar os mercados interno e externo, com benefícios econômicos e sociais para todos os integrantes da cadeia produtiva leiteira”.

O Programa, apresentado no PL, estabelece que somente as propriedades que estiverem cadastradas no órgão federal de inspeção de produtos de origem animal e regularizadas com as

obrigações sanitárias estipuladas pela legislação em vigor poderão ser fornecedoras de leite cru.

Em relação ao transporte, o Programa determina que as transportadoras de leite cru, na qualidade de pessoas físicas ou jurídicas, estejam diretamente vinculadas aos estabelecimentos de processamento ou postos de refrigeração de leite, limitando as atividades prestadas ao serviço de transporte.

Segundo o deputado Alceu Moreira, o Projeto de Lei nº 6.420/16 resultou de amplas discussões com representantes das etapas da produção leiteira. “O projeto adveio da necessidade de combater as fraudes no leite cru praticadas por transportadores de leite, onde são utilizadas substâncias para mascarar a falta de qualidade ou aumentar o volume do leite cru”, afirmou.

#### **Tramitação**

O Projeto de Lei, aprovado por unanimidade pelo colegiado, tramita em caráter conclusivo e segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Luciana Medeiros  
Estagiária de Jornalismo

## **Agricultura aprova política nacional de manejo sustentável de palmeiras nativas**

07/12/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou parecer apresentado pela deputada Luana Costa (PSB-MA) a projeto que institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio de Espécies Nativas da Flora Brasileira.

*Luis Macedo / Câmara dos Deputados*



Luana Costa, relatora do PL  
2.334/2015

Um dos pontos principais do texto aprovado é a proibição de derrubada ou uso predatório de nove espécies vegetais de ocorrência espontânea no território nacional: babaçu, juçara (nativa da Mata Atlântica), açazeiro, guariroba, pequi, mangabeira, araticum, baru e castanheira do Brasil.

Essas espécies têm importância econômica, social, cultural e ambiental para as populações locais.

A derrubada das árvores será permitida apenas se elas estiverem em área onde serão realizadas obras

ou serviços de utilidade pública ou interesse social; quando houver autorização ou expresse reconhecimento do órgão ambiental competente, e desde que para corte seletivo de espécie com capacidade de rebrota; para controle fitossanitário, ou para estimular a reprodução das espécies.

O parecer foi apresentado ao Projeto de Lei 2334/15, do deputado João Marcelo Souza (PMDB-MA). O texto tramita apensado a outras cinco propostas (PLs 3567/15, 4337/16,

4690/16, 6209/16 e 6672/16), que também tratam da proteção ou estímulo a palmeiras nativas. Luciana Costa decidiu apresentar um substitutivo que engloba todas as proposições.

### **Finalidade**

A versão aprovada determina que a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio de Espécies Nativas da Flora Brasileira terá como objetivos proteger a flora nativa; estimular o plantio e o manejo sustentável de espécies; promover a pesquisa científica e o desenvolvimento de métodos racionais de cultivo; e estimular a valorização econômica e a abertura de novos mercados para os subprodutos das espécies da flora nativa.

Para atingir esses objetivos, a política de manejo contará com instrumentos a pesquisa, assistência técnica e extensão rural; o crédito rural sob condições favorecidas; e a certificação de origem e de qualidade dos produtos destinados à comercialização.

### **Fundos**

A Política de Manejo Sustentável também contará com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), instituído pela Lei 11.284/06. O fundo estimula atividades florestais sustentáveis no Brasil e é gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro.

### **Tramitação**

O PL 2334/15 (e os apensados) tramita em caráter conclusivo e será analisado ainda pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

## Comissão de Agricultura rejeita projeto que proíbe abate de cavalos

11/12/2017 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural rejeitou, nesta quarta-feira (6), o projeto que proíbe o abate de equinos, equídeos, mulas e jumentos em todo o território nacional (PL 5949/13). Hoje o abate é permitido pela Lei 7.291/84.

*Cardoso Jr. ressaltou a exportação de carne de equídeos feita pelo Brasil*



*Luis Macedo / Câmara dos Deputados*

O relator da proposta, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), ressaltou que, apesar de não ser hábito no Brasil, outros países consomem carne de cavalo. “No mundo, almôndegas, salame, mortadela, salsicha, sashimi e carne defumada estão

entre as iguarias elaboradas com a carne equina”, afirmou o parlamentar ao recomendar a rejeição do projeto.

“Em 2015, os frigoríficos brasileiros exportaram 2.800 toneladas de carne equina, 30% a mais do que em 2014, sobretudo para países europeus e asiáticos”, contabilizou.

Para o autor do projeto, deputado Ricardo Izar (PP-SP), o abate desses animais é cruel e geralmente ocorre quando eles ficam velhos para serem usados como montaria ou tração.

### Voto em separado

Segundo Cardoso Jr., no entanto, diversos especialistas argumentam que o abate de equídeos que não servem mais para o trabalho é uma medida aconselhável do ponto de vista humanitário e sanitário, por reduzir o risco de abandono e evitar que se tornem vetores de doenças.

O deputado Valmir Assunção (PT-BA) discordou do relator e apresentou voto em separado. “O parecer livra os donos dos animais da obrigação de prestar a devida assistência e cuidado merecidos pelos mesmos após longos anos de trabalho”, criticou.

### Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

## PROPOSIÇÕES

### Proposições apreciadas pela CAPADR

<b>Tipo de Proposição</b>	<b>Total de Proposições</b>
Principal	
<b>PDC</b>	<b>17</b>
<b>PL</b>	<b>42</b>
<b>PLP</b>	<b>1</b>
<b>PFC</b>	<b>3</b>
<b>REQ</b>	<b>171</b>
<b>INC</b>	<b>1</b>
Apensado	
<b>PL</b>	<b>5</b>
<b>PDC</b>	<b>3</b>
<b>Total Geral</b>	<b>243</b>

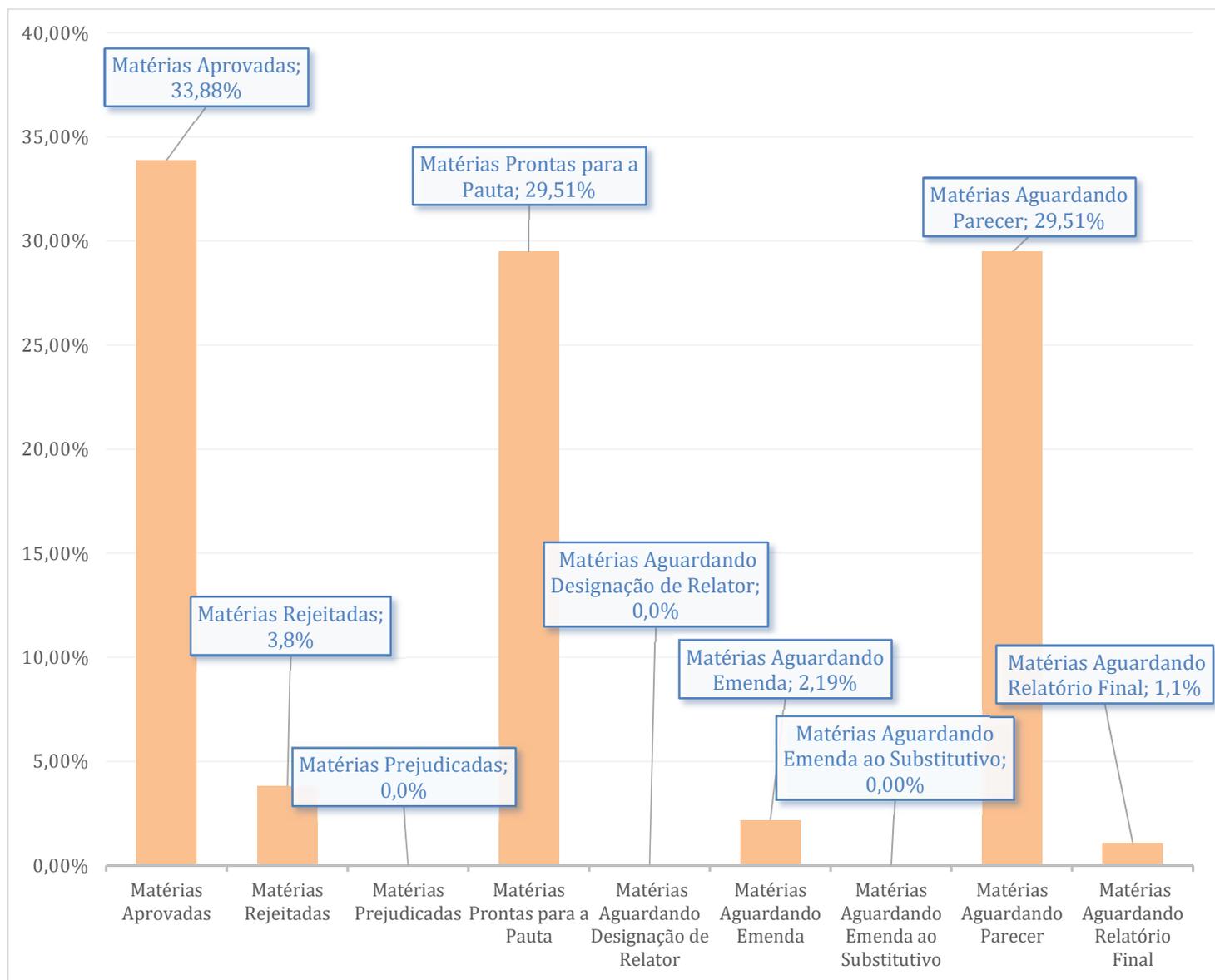
### Resultado das Proposições apreciadas na CAPADR

Tipo de Proposição	Resultado		
	Aprovados	Rejeitados	Prejudicados
PDC	16	1	0
PL	41	6	0
PLP	1	0	0
PFC	3	0	0
INC	1	0	0
<b>Total por Resultado</b>	<b>62</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>69</b>		

## Reuniões realizadas pela CAPADR

Tipo de Reuniões	Total de Reuniões
Comissão	
<b>Audiência Pública</b>	<b>31</b>
<b>Reunião com Ministro</b>	<b>3</b>
<b>Encontro</b>	<b>2</b>
<b>Seminário</b>	<b>4</b>
<b>Mesa Redonda</b>	<b>5</b>
<b>Fórum de Debates</b>	<b>1</b>
<b>Audiência Pública Conjunta</b>	<b>5</b>
<b>Reunião Deliberativa Ordinária</b>	<b>23</b>
<b>Reunião Deliberativa Extraordinária</b>	<b>3</b>
<b>Reunião de Instalação e Eleição</b>	<b>1</b>
Subcomissão - Subpolag	
<b>Reunião de Instalação e Eleição</b>	<b>1</b>
<b>Reunião Deliberativa Ordinária</b>	<b>1</b>
Subcomissão - Subdesus	
<b>Reunião de Instalação e Eleição</b>	<b>1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>81</b>

### Gráfico do resultado das Proposições apreciadas na CAPADR



## MATÉRIAS APRECIADAS

### Matérias Aprovadas

#### Projeto de Decreto Legislativo - PDC

##### **PDC-319/2016** - CARLOS ZARATTINI

Susta o ato do Poder Executivo que determina a extinção do desconto sobre as tarifas para o suprimento de energia elétrica às cooperativas de eletrificação rural enquadradas como permissionárias de serviço de distribuição de energia elétrica.

Parecer do Relator, Dep. Nelson Marquezelli (PTB-SP), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 29/03/17.

##### **PDC-383/2016** - EVAIR DE MELO

Susta a Resolução nº 1, de 9 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2016, que aprova os requisitos fitossanitários para importação de grãos (Categoria 3, Classe 9) de café (*Coffea Arábica L.*), produzidos no Peru.

Parecer do Relator, Dep. Zé Silva (SD-MG), pela aprovação deste e do **PDC 387/2016**, apensado, com substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 29/03/17.

##### **PDC-586/2017** - EVAIR VIEIRA DE MELO

Susta a Instrução Normativa n.º 7, de 17 de fevereiro de 2017, que aprova os requisitos fitossanitários para importação de grãos (Categoria 3, Classe 9) de café (*Coffea canephora L.*) produzidos no Vietnã.

Parecer do Relator, Dep. Zé Silva (SD-MG), pela aprovação deste, e do **PDC 589/2017**, apensado, na forma do substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 05/04/17.

##### **PDC-356/2016** - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Tingui, situado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará".

Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado João Daniel, em 26/04/17.

##### **PDC-240/2015** - LUIS CARLOS HEINZE

Susta os efeitos da Portaria nº 531, de 5 de outubro de 2015, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - que "declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Mormaça", a área situada no Município de Sertão, Estado do Rio Grande do Sul."

Parecer do Relator, Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Marcon, em 24/05/17.

#### **PDC-368/2016 - JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Conceição ou Impertinente, situado no Município de Fazenda Nova, Estado de Goiás".

Parecer do Relator, Dep. Roberto Balestra (PP-GO), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/05/17.

#### **PDC-365/2016 - JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Areia Branca/Futuro, situado no Município de Açú, Estado do Rio Grande do Norte".

Parecer do Relator, Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS), pela aprovação.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Ronaldo Martins e Heitor Schuch, em 13/06/17.

#### **PDC-573/2016 - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

Aprova o texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, celebrado em Seul, em 12 de novembro de 2012.

Parecer do Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/06/17.

#### **PDC - 357/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Macacos, Boi Preto, Pereiros, Pimenta e Logradouro, situado no Município de Sousa, Estado da Paraíba".

Parecer do Relator, Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 28/06/17.

#### **PDC-582/2017 - SILAS CÂMARA**

Suste os efeitos do Decreto N. 8.967, de 23 de janeiro de 2017, da Presidência da República.

Parecer do Relator, Dep. João Rodrigues (PSD-SC), pela aprovação deste, e pela rejeição do **PDC 601/2017**, apensado.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 09/08/17.

**PDC-377/2016 - JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Prudentina, situado no Município de Laranjal, Estado do Paraná".

Parecer do Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS), pela aprovação.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Valmir Assunção e João Daniel, em 23/08/17.

**PDC - 373/2016 - JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Malhadinha, situado nos Municípios de Flores de Goiás e de Vila Boa, Estado de Goiás".

Parecer do Relator, Dep. Alberto Fraga (DEM-DF), pela aprovação.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Zé Silva, Heitor Schuch e Marcon, apresentou voto em separado o Deputado João Daniel, em 30/08/17.

**PDC - 584/2017 - NILSON LEITÃO**

Susta a aplicação dos artigos 6º, caput e § 1º; 25, § 2º; 26, § 2º e 31, todos do Decreto do 8.738, de 03 de maio de 2016, como objetivo de revogar a possibilidade de inscrição, concessão ou titulação coletiva de imóveis para a reforma agrária.

Parecer do Relator, Dep. André Amaral (PMDB-PB), pela aprovação.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado João Daniel, apresentou voto em separado o Deputado João Daniel, em 20/09/17.

**Projeto de Lei - PL**

**PL-5106/2016 - CARLOS HENRIQUE GAGUIM**

Torna obrigatória a utilização de percentuais mínimos de energia oriunda de fontes renováveis em projetos de irrigação pública

Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 29/03/17.

**PL-5650/2016 - AFONSO HAMM**

Autoriza o plantio de erva-mate em Área de Preservação Permanente na pequena propriedade ou posse rural familiar.

Parecer do Relator, Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 29/03/17.

**PL-4652/2016 - CLEBER VERDE**

Altera a Lei nº 12.727 de 17 de Outubro de 2012, que Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Parecer do Relator, Dep. Lázaro Botelho (PP-TO), pela aprovação deste, e do Substitutivo 1 da CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 05/04/17.

**PL-4131/2015 - AUGUSTO CARVALHO**

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para fins de conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal e das regiões abrangidas pelo Cerrado, pela manutenção de áreas cobertas por florestas.

Parecer do Relator, Dep. Luiz Cláudio (PR-RO), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 19/04/17.

**PL-5851/2016 - VALDIR COLATTO**

Disciplina o aproveitamento de carcaças de animais de produção e resíduos animais no campo para fins não comestíveis.

Parecer do Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela aprovação parcial da Emenda 1/2016 da CAPADR.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 19/04/17.

**PL-5032/2016 - CARLOS BEZERRA**

Acrescenta parágrafo ao artigo 225 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências", para dispensar a realização de novo georreferenciamento de imóvel rural arrematado ou adjudicado.

Parecer do Relator, Dep. Irajá Abreu (PSD-TO), pela aprovação deste, e pela rejeição da Emenda 1/2016 da CAPADR.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 26/04/17.

**PL-5058/2016 - IRAJÁ ABREU**

Institui o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas e altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para excluir da área tributável dos imóveis rurais as áreas degradadas em recuperação ou efetivamente recuperadas

Parecer do Relator, Dep. Lázaro Botelho (PP-TO), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 26/04/17.

**PL-7790/2014 - IRAJÁ ABREU**

Acresce o § 9º ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, para dispensar a apresentação de carta de anuência de confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais.

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), pela aprovação do Projeto de Lei e pela rejeição da Emenda 1/2015 da CAPADR.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado João Daniel, apresentou voto em separado o Deputado Padre João, em 24/05/17.

**PL-3082/2015 - EVAIR DE MELO**

Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Produção de Frutas in Natura e de Produtos Derivados  
Parecer do Relator, Dep. Zé Silva (SD-MG), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo 1 da CDEICS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/05/17.

**PL-5352/2016 - HELDER SALOMÃO**

Altera os artigos 14 e 20 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos.

Parecer do Relator, Dep. Heitor Schuch (PSB-RS), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/05/17.

**PL-5355/2016 - CÉSAR HALUM**

Altera a Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012, que "estabelece o medicamento genérico de uso veterinário".

Parecer do Relator, Dep. Zé Silva (SD-MG), pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/05/17.

**PL-6647/2016 - RÔMULO GOUVEIA**

Acrescenta inciso XIV ao art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar que a aquisição de gêneros alimentícios por unidades integrantes do Sistema Único de Saúde seja promovida mediante compra direta junto a agricultor familiar, empreendedor familiar rural ou organizações que os congreguem, observados preços compatíveis com o mercado.

Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 24/05/17.

**PL-4719/2016 - JERÔNIMO GOERGEN**

Acrescenta parágrafo 8º ao Art. 29, da Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

Parecer do Relator, Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS), pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 31/05/17.

**PL - 1712/2015 - EVAIR DE MELO**

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição às importações nos casos que menciona.

PARECER DO RELATOR, DEP. CARLOS MELLES (DEM-MG), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 28/06/17.

**PL - 4672/2016 – AFONSO MOTTA**

Altera o art. 12 da Lei nº 8.212 e o art. 11 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contratação de empregados, em épocas de safra, por segurados especiais do Regime Geral de Previdência Social.

PARECER DO RELATOR, DEP. WALTER ALVES (PMDB-RN), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 28/06/17.

**PL - 6925/2017 – ZÉ SILVA**

Altera o art. 15 da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para estabelecer novo prazo para o credenciamento de Entidade Executora do Pronater.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 28/06/17.

**PL - 5247/2016 – WEVERTON ROCHA**

Acrescenta-se o artigo 5ºA a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 05/07/17.

**PL - 6900/2017 – SENADO FEDERAL - JOSÉ AGRIPINO**

Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) e define seus princípios, objetivos e ações.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO CARLOS MELLES (DEM-MG), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 05/07/17.

**PL - 6903/2017 – SENADO FEDERAL - FLEURY**

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO JONY MARCOS (PRB-SE), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 05/07/17.

**PL - 6901/2017 – SENADO FEDERAL – CÁSSIO CUNHA LIMA**

Altera o art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para dispor sobre o limite de aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO WALTER ALVES (PMDB-RN), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 30/08/17.

**PL - 7000/2017 – HILDO ROCHA**

Altera o art. 18 da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO LUCIO MOSQUINI (PMDB-RO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Marcon, em 30/08/17.

**PL - 6912/2017 – EVAIR VIEIRA DE MELO**

Institui a Política Nacional de Incentivo à Floricultura de Qualidade.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDAS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/09/17.

**PL - 5449/2016 – COVATTI FILHO**

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para prever a subvenção econômica a produtores para a equalização do preço de aquisição de milho destinado à alimentação animal, em períodos de elevação dos custos de produção para patamares superiores aos de venda do produto final.

PARECER DO RELATOR, DEP. NELSON MEURER (PP-PR), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 20/09/17.

**PL - 2053/2015 – ROBERTO BALESTRA**

Dispõe acerca da constituição de imóvel rural ou fração deste como patrimônio de afetação, institui a cédula imobiliária rural, e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. LÁZARO BOTELHO (PP-TO), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDAS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 27/09/17.

**PL 2421/2015 – DR. JORGE SILVA**

Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.

PARECER DA RELATORA, DEPUTADA DULCE MIRANDA (PMDB-TO), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DA EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 04/10/17.

**PL 4720/16 - JERÔNIMO GOERGEN**

Altera a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO AFONSO HAMM (PP-RS), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 04/10/17.

**PL 6717/2016 – AFONSO HAMM**

Disciplina sobre o porte rural de arma de fogo.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO ALBERTO FRAGA (DEM-DF), PELA APROVAÇÃO DESTES, COM SUBSTITUTIVO, PELA REJEIÇÃO DA EMENDA AO SUBSTITUTIVO 1 (ESB 1 CAPADR) E PELA APROVAÇÃO PARCIAL DA EMENDA AO SUBSTITUTIVO 2 (ESB 2 CAPADR).

Aprovado o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado João Daniel, em 04/10/17.

**PL - 7417/2017 – ZÉ SILVA**

Altera a Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, que autoriza a instituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDAS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 10/10/17.

**PL - 7803/2017 – RÔMULO GOUVEIA**

Altera o art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para permitir aos estabelecimentos penais a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

PARECER DO RELATOR, DEP. LUCIO MOSQUINI (PMDB-RO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 10/10/17.

**PL-7578/2017 - ZÉ SILVA**

Institui o Patrimônio Verde e dá outras providências.

Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 08/11/17.

**PL-2334/2015 - JOÃO MARCELO SOUZA**

Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio da Palmeira do Babaçu (*Orbignya martiana*) e dá outras providências

Parecer da Relatora, Dep. Luana Costa (PSB-MA), pela aprovação deste, do PL 3567/2015, do PL 4337/2016, do PL 4690/2016, do PL 6209/2016, e do PL 6672/2016, apensados, com substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 22/11/17.

**PL-3982/2015 - JOVAIR ARANTES**

Autoriza a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural ou agroindustrial contratadas por produtores rurais e suas cooperativas ao amparo do Programa Nacional do Alcool - Proálcool.

Parecer do Relator, Dep. Roberto Balestra (PP-GO), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 22/11/17.

**PL-7569/2017 - COVATTI FILHO**

Dispõe sobre a inclusão da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) na Política de Garantia de Preços Mínimos.

Parecer do Relator, Dep. Heitor Schuch (PSB-RS), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 22/11/17.

**PL-7698/2017 - COVATTI FILHO**

Altera o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, para estabelecer que os preços mínimos deverão ser fixados por unidade da federação.

Parecer do Relator, Dep. Reinhold Stephanes (PSD-PR), pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 22/11/17.

**PL-6380/2016 - JERÔNIMO GOERGEN**

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a importação e a receita bruta de vendas no mercado interno de produtos destinados à alimentação bovina e bubalina, e dá outras providências

Parecer do Relator, Dep. Evair Vieira de Melo (PV-ES), pela aprovação.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 06/12/17.

#### **PL-6420/2016 - ALCEU MOREIRA**

Institui o Programa de Qualidade na Produção, no Transporte e na Comercialização de Leite e dá outras providências.  
Parecer do Relator, Dep. Celso Maldaner (PMDB-SC), pela aprovação.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 06/12/17.

#### **Projeto de Lei Complementar – PLP**

##### **PLP- 279/2016 – PODER EXECUTIVO**

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba.  
PARECER DO RELATOR, DEP. IRAJÁ ABREU (PSD-TO), PELA APROVAÇÃO.  
Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 09/08/17.

#### **Proposta de Fiscalização e Controle – PFC**

##### **PFC - 51/2015 – IRAJÁ ABREU**

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, por intermédio do Tribunal de Contas da União - TCU, promova a fiscalização e suspensão dos atos administrativos praticados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL - Programa Terra Legal, referentes aos processos: 56426.001965/2012-15; 56426.000019/2012-51; 56426.001964/2012-71; 56426.000028/2012-42; 56462.000011/2012-95; 56462.000010/2012-41.  
Conclui pelo encaminhamento de Indicação à Casa Civil da Presidência da República.  
APROVADO POR UNANIMIDADE O RELATÓRIO FINAL, EM 28/06/17.

#### **Indicação**

**INC 3548/2017 - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR FATOS RELATIVOS À FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E AO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NOS TERMOS QUE ESPECIFICA**

Sugere a criação da Subcomissão (permanente) de Conflitos Fundiários no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - (CAPADR) da Câmara dos Deputados.  
Recebido pela CAPADR, em 07/06/17.

## **Matérias Rejeitadas**

### **Projeto de Decreto Legislativo - PDC**

#### **PDC-601/2017 - SABINO CASTELO BRANCO**

Susta o § 12 do art. 1º do Decreto nº 8967/2017, de 13 de março de 2017, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.  
Apensado ao **PDC - 582/2017**  
Rejeitada em 09/08/2017

### **Projeto de Lei - PL**

#### **PL-3615/2015 - HELDER SALOMÃO**

Inclui dispositivo no art. 5º da Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, que enquadra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico na categoria de empresa pública e dá outras providências, para condicionar seus financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas à geração de emprego e renda para as trabalhadoras e os trabalhadores rurais.  
Rejeitada em 31/05/17.

#### **PL - 5410/2016 - JOÃO DERLY**

Torna obrigatória a exposição nos rótulos das rações animais de todos os nutrientes contidos em suas composições, com as respectivas quantidades.  
Rejeitada em 23/08/17.

#### **PL - 6042/2016 - JOÃO DANIEL**

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para atualizar as penalidades aplicáveis aos casos de infração às disposições legais.  
Rejeitada em 23/08/17.

#### **PL - 7145/2017 - FRANCISCO FLORIANO**

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e dá outras providências, para aperfeiçoar a sistemática adotada pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Rejeitada em 20/09/17.

**PL-5949/2013 - RICARDO IZAR**

Dispõe sobre a proibição de abate de equinos, equídeos, mulas e jumentos em todo o Território Nacional e dá outras providências.

Rejeitada em 06/12/17.

**PL-8311/2017 - BOHN GASS**

Inclui os §§ 6º e 7º no art. 6º da Lei n.º 13.288, de 16 de maio de 2016, que "dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências".

Rejeitada em 06/12/17.

## **Matérias em apreciação**

### **Aguardando Parecer**

**PDC 355/2016 - JERÔNIMO GOERGEN** - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Monge Belo, localizados nos Municípios de Anajatuba e Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão

**PDC 361/2016 - JERÔNIMO GOERGEN** - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda São João, situado no Município de Nova Alvorada do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul

**PDC 364/2016 - JERÔNIMO GOERGEN** - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Marfim e Maratoan, situado no Município de Lago Verde, Estado do Maranhão".

**PDC 367/2016 - JERÔNIMO GOERGEN** - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Bela Vista, situado no Município de Jacundá, Estado do Pará".

**PDC 370/2016 - JERÔNIMO GOERGEN** - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Caldeirão, Data São Gonçalo, situado no Município de Chapadinha, Estado do Maranhão".

**PDC 378/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Padre Cicero/Conquista, situado no Município de Açailândia, Estado do Maranhão

**PDC 419/2016** - CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Susta a Portaria nº 566, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Justiça, que declara de posse permanente do grupo indígena Avá-Canoeiro do Araguaia a Terra Indígena TAEGO ÁWA, localizada no estado de Tocantins.

**PDC 785/2017** - ASSIS MELO - Susta os efeitos da Instrução Normativa nº 37, de 05 de setembro de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**PDC 840/2017** - MARCO MAIA - Susta o Decreto nº 9.186, de 1º de novembro de 2017 que dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

**PFC 61/2011** - LUIS CARLOS HEINZE - Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte da Fundação Nacional do Índio - Funai - no que diz respeito à demarcação de terras indígenas no País.

**PFC 39/2015** - SERGIO SOUZA - Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para realização de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), para verificar, nos 10 últimos anos, se o volume de valores arrecadados com a cobrança da taxa Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante-AFRMM a sua aplicação através do Fundo da Marinha Mercante-FMM, atendem o objetivo da legislação pertinente, face a falta da transparência de como os recursos são arrecadados e aplicados.

**PFC 90/2016** - VALDIR COLATTO - Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e, por extensão, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no que diz respeito à identificação, delimitação e demarcação das terras destinadas à ampliação dos limites do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina.

**PFC 93/2016** - SERGIO SOUZA - Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para continuidade da fiscalização e controle diante das informações prestadas a esta Comissão Parlamentar pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº1717-26/2016 no sentido de: (i) requisitar informações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre eventuais Fundos de Investimentos registrados naquele órgão de controle que tenham como objeto de investimentos as empresas apontadas pelo TCU como as principais receptoras de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no período de 2005-2014, conforme discriminado na Tabela 10 do Acórdão nº1717-26/2016 do TCU; (ii) requisitar informações à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sobre eventuais investimentos realizados de

forma direta ou indireta, nesta última hipótese por meio de Fundos de Investimentos, por Entidades de Previdência Complementar em proveito das empresas apontadas pelo TCU como as principais receptoras de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no período de 2005-2014, conforme discriminado na Tabela 10 do Acórdão nº1717-26/2016 do TCU.

**PFC 102/2017** - MARCON - Requer que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle visando verificar os procedimentos do Ministério da Agricultura no cumprimento de sua atribuição de inspeção dos produtos de origem animal no país.

**PL 3723/2008** - PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às sociedades cooperativas em geral no âmbito federal.

PL 5770/2009

**PL 6947/2010** - LUIS CARLOS HEINZE - Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para modificar a composição e as atribuições do Conselho Nacional de Política Agrícola.

**PL 3778/2012** - IRACEMA PORTELLA - Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas "in natura".

**PL 5191/2013** - ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - Dispõe sobre a produção de cerveja artesanal.

**PL 6325/2016** - PEDRO UCZAI - Acresce dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, para incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre suas prioridades.

**PL 6575/2013** - SENADO FEDERAL - MOZARILDO CAVALCANTI - Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências.

**PL 7576/2014** - CARLOS BEZERRA - Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para estabelecer a obrigatoriedade de informação das condições que especifica ao consumidor de produtos orgânicos.

**PL 7586/2014** - JORGE TADEU MUDALEN - Dispõe sobre a normatização das feiras livres espalhadas em todo o país quanto à disposição dos produtos, conservação, identificação, informação quanto à origem, e sistema de produção agro ecológico ou convencional e dá outras providências.

PL 6629/2016

**PL 206/2015** - POMPEO DE MATTOS - Proíbe a fabricação, comercialização e utilização, em todo o Território Nacional, de redes de pesca, com malha inferior a 05 e dá outras providências.

**PL 1486/2015** - AFONSO FLORENCE - Dispõe sobre o Estatuto das Populações Extrativistas, institui o Dia Nacional do Extrativismo e dá outras providências.

**PL 1655/2015** - CARLOS MELLES - Autoriza a destinação de parte dos recursos do Funcafé para a participação em fundo garantidor de risco de crédito para cafeicultores e suas cooperativas.

**PL 1670/2015** - ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - Institui o Sistema Brasileiro de Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiagro e a Taxa de Vigilância Agropecuária Internacional; estabelece sanções administrativas e penais; altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009; e dá outras providências.

PL 1928/2015

**PL 3428/2015** - JULIO LOPES - Altera a Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), no que trata do Usucapião Administrativo.

PL 7162/2017

**PL 3710/2015** - JHC - Altera dispositivos nas Leis federais nº 12.865/2013 e 12.999/2014 para prorrogar a vigência do pagamento da subvenção de tratam essas Leis.

**PL 4314/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Altera os artigos 14, 51 e 851 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA

**PL 4576/2016** - EDINHO BEZ - Altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro 2003, para dispor sobre a comercialização direta aos consumidores de produtos orgânicos.

**PL 4673/2016** - AFONSO MOTTA - Altera o art. 12 da Lei nº 8.212 e o art. 11 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o exercício de atividade remunerada, em período de entressafra ou defeso, por segurados especiais do Regime Geral de Previdência Social.

**PL 4959/2016** - SARNEY FILHO - Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e à Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

**PL 5651/2016** - TEREZA CRISTINA - Altera a Lei n.º 12.350, de 20 de dezembro de 2010, para ampliar o regime de suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre a venda no mercado interno de aves e reprodutores suínos.

**PL 5843/2016** - LUCIO MOSQUINI - Regulamenta o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, que trata das terras devolutas da União, e dá outras providências.

**PL 6466/2016** - MARINALDO ROSENDO - Dispõe sobre a proibição de as instituições financeiras, que operam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, condicionarem a concessão de financiamentos no âmbito do Programa, à prestação, pelo mutuário, de qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços.

**PL 6913/2017** - EVAIR VIEIRA DE MELO - Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas de Qualidade.

**PL 7266/2017** - ZECA DO PT - Altera a Lei nº 9.393, de 1996, e dá outras providências.

**PL 7392/2017** - MISAEL VARELLA - Altera o art. 98 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que "Dispõe sobre a política agrícola".  
PL 7394/2017  
PL 7439/2017  
PL 9122/2017

**PL 7469/2017** - FERNANDO MONTEIRO - Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que "Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências", para permitir a repactuação das dívidas de operações de crédito rural, com recursos oficiais, contratadas até 31 de dezembro de 2016, concedendo carência de três anos.

**PL 7734/2017** - PODER EXECUTIVO - Altera a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural e a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

**PL 7740/2017** - COVATTI FILHO - Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender o mecanismo de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros aos bancos privados e às confederações de cooperativas de crédito rural.

**PL 7779/2017** - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR FATOS RELATIVOS À FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E AO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NOS TERMOS QUE ESPECIFICA - Altera o Código Penal para tipificar expressamente a transmissão irregular de lotes da Reforma Agrária.

**PL 8104/2017** - JOSI NUNES - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e o inciso IX do art. 3º da Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, que dispõe sobre a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, para dispor

sobre a identificação dos veículos de fiscalização agropecuária por dispositivos de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente.

**PL 8353/2017** - HEULER CRUVINEL - Dispõem sobre concessão isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para veículos adquiridos por Produtores Rurais, e demais providencias como dispõe.

PL 8604/2017

**PL 8426/2017** - AUGUSTO CARVALHO - Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

**PL 8875/2017** - ROGÉRIO SILVA - Altera o art. 3º da Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, que "acresce e altera dispositivos da Lei no 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências", para autorizar a equalização de taxas de juros praticadas em financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para aquisição e modernização de aviões agrícolas.

**PL 8891/2017** - ONYX LORENZONI - Altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, para isentar da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) o vinho colonial produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural de acordo com as características culturais, históricas e sociais da vitivinicultura da agricultura familiar, na forma definida pela Lei nº 12.959, de 19 de março de 2014.

**PL 8926/2017** - LUIS CARLOS HEINZE - Altera o artigo 11º da lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que "Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências".

**PL 9025/2017** - NILTO TATTO - Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para incluir nas políticas nacionais de habitação de interesse social mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.

PL 9026/2017

**PL 9033/2017** - ROBERTO SALES - Dispõe sobre a criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Produtos Orgânicos, cuja arrecadação será destinada a um Fundo Especial para a Agricultura Orgânica, que fornecerá financiamento subsidiado para a expansão da agricultura orgânica.

**PL 9050/2017** - PAULO PIMENTA - Altera a Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para destinar preferencialmente à reforma agrária os imóveis rurais perdidos em favor da União, em razão da prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira.

**PL 9136/2017** - ZÉ GERALDO - Altera o Art. 72, da Lei nº 9.605, de 1998, e dá outras providências.

**PL 9153/2017** - WALTER ALVES - Dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital na venda de bovinos, caprinos e ovinos de pequenos produtores rurais, proprietários de terra de até 4 (quatro) módulos fiscais.

**PLP 356/2017** - ZÉ SILVA - Altera a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, para dispor sobre o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e repasse de parte dos recursos do FUNRURAL para a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER.

### **Aguardando Vistas**

**PL 8212/2014** - ANDRÉ DE PAULA - Acrescenta o inciso VI e altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal".

**PL 2404/2015** - ZÉ SILVA - Dispõe sobre a elaboração e comercialização de queijos artesanais e dá outras providências.

**PL 8411/2017** - CARLOS BEZERRA - Altera os arts. 6, 15, 16 e 18 da Lei 11.952, de 25 de junho de 2009.

### **Pronta para Pauta**

**PDC 358/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Trapiá/Sítio Trapiá, situado nos Municípios de Canindé e Itatira, Estado do Ceará

**PDC 359/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Curitiba, situado no Município de Iramaia, Estado da Bahia

**PDC 362/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Complexo Nascimento, situado no Município de Japoatã, Estado de Sergipe

**PDC 363/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Lagoa dos Bois/Tunisia, situado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará

**PDC 369/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Vera Cruz/Primavera, situado no Município de Carmolândia, Estado de Tocantins".

**PDC 371/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Conjunto Serro Azul, situado no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia".

**PDC 372/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Ambrósio ou Moreira, situado no Município de Unaí, Estado de Minas Gerais".

**PDC 374/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Lagoa da Vaca, situado nos Municípios de Manari e Inajá, Estado de Pernambuco, e Mata Grande, Estado de Alagoas".

**PDC 375/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Riacho do Mato, situado no Município de São João D'Aliança, Estado de Goiás".

**PDC 376/2016** - JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Barra, situado no Município de Adustina, Estado da Bahia".

**PDC 635/2017** - JOSUÉ BENGTON - Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 19 de abril de 2007, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Apyterewa, localizada no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará

**PDC 780/2017** - BETO ROSADO - Susta o art. 6º do Decreto nº 80.583, de 20 de outubro de 1977, que dispõe sobre a obrigatoriedade de iodação do sal destinado à alimentação animal.

**PL 1587/2011** - ZÉ SILVA - Altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.  
PL 7468/2014

**PL 6796/2013** - JHONATAN DE JESUS - Altera o art. 19 da Lei nº 11.952, de 25 de julho de 2009, que "Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências."  
PL 6835/2013

**PL 1016/2015** - JÚLIA MARINHO - Altera a Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968, para definir atividades e atribuições profissionais do zootecnista, e dá outras providências.

**PL 3415/2015** - EVAIR DE MELO - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Agricultor Familiar no Entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

**PL 4547/2016** - RÔMULO GOUVEIA - Regula a importação de carnes e derivados.

**PL 4732/2016** - ALCEU MOREIRA - Concede descontos para as cooperativas de eletrificação rural na compra de energia.  
PL 7493/2017

**PL 7155/2017** - COVATTI FILHO - Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 2017.

**PL 7678/2017** - CONCEIÇÃO SAMPAIO - Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para permitir que produtos extrativos de origem animal recebam a subvenção econômica de que trata essa Lei.

**PL 7780/2017** - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR FATOS RELATIVOS À FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E AO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NOS TERMOS QUE ESPECIFICA - Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para que as atividades do Incra em imóveis que se pretende destinar à reforma agrária somente sejam permitidas, em caso de disputa judicial sobre o bem, após a imissão na posse por decisão colegiada.

**PL 8749/2017** - DR. SINVAL MALHEIROS - Eleva a Aquishow - Evento de Pesca e Piscicultura à condição de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

## REQUERIMENTOS

### APROVADOS E IMPLEMENTADOS

#### **REQ 324/2017** – SÉRGIO SOUZA

Requer que seja realizada audiência pública com o objetivo de debater os efeitos econômicos e sociais da Operação "Carne Fraca" sobre o setor agropecuário nacional, bem como discutir possíveis medidas que possam atenuar os impactos negativos que já estão sendo experimentados por aquele setor.

Aprovado em 29/03/17.

#### **REQ 328/2017** – ASSIS DO COUTO

Requer a realização, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de reunião de audiência pública para debater a respeito dos impactos da Reforma da Previdência na agricultura familiar e na produção de alimentos.

Aprovado em 29/03/17.

#### **REQ 329/2017** – ASSIS DO COUTO

Requer a realização de audiência pública para debater a respeito do modelo de inspeção sanitária de produtos de origem animal adotado no país, inclusive sobre a inaplicabilidade do SUASA, bem como quanto à operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal.

APROVADO EM 29/03/17.

#### **REQ 330/2017** – JOÃO DANIEL

Requer para realização de Seminário em Aracaju para debater as políticas públicas para os territórios Quilombolas de Sergipe.

APROVADO EM 29/03/17.

#### **REQ 333/2017** – HERCULANO PASSOS

Requer a realização de Audiência Pública para a apresentação dos Programas e Projetos do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para o ano de 2017, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro.

APROVADO EM 29/03/17.

**REQ 335/2017 – ZÉ SILVA**

Requer a realização de Audiência Pública para a aplicabilidade da Lei 13.340, de 28 de setembro de 2016.

Aprovado em 29/03/17.

**REQ 336/17 - Zé Silva**

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 6392, de 2016, que altera o art. 99 e acrescenta o art. 145 B da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor do transporte de semoventes.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 339/2017 – IZAQUE SILVA**

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços para debater sobre a corrupção de carne deflagrada pela Polícia Federal.

Aprovado em 29/03/17.

**REQ 340/2017 – PEPE VARGAS**

Requerem a realização de Audiência Pública para debater e realização do Censo Agropecuário 2017, em todo o território nacional.

Aprovado em 29/03/17.

**REQ 341/2017 – DAVIDSON MAGALHÃES**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir e o projeto de revitalização da CEPLAC e a situação da produção do cacau no país.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 343/2017 – ALCEU MOREIRA**

Requer a realização de encontro desta Comissão no Município de Triunfo/RS, em data a ser definida, para debater sobre o zoneamento para cultura da Soja.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 344/17 - Luis Carlos Heinze e outros**

Requer realização de audiência pública para debater as dificuldades de comercialização e a queda nos preços do arroz.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 345/17** - LUÍS CARLOS HEINZE e outros

Requer realização de audiência pública para debater políticas de comercialização do trigo - safra 2017 - e as dificuldades do setor.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 346/2017** - LUIZ NISHIMORI

Requer a realização Audiência Pública, para discutir o Projeto de Lei nº4.576, de 2016, altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro 2003, para dispor sobre a comercialização direta aos consumidores de produtos orgânicos.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 348/2017** - JONY MARCOS

Requer a criação de Grupo de Trabalho da Comissão de Agricultura e Política Rural para acompanhar as ações do Governo Federal que anunciou a liberação de milho dos estoques públicos nos municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão".

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 350/2017** - LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater a decisão do STF que declarou constitucional a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 351/2017** - JERÔNIMO GOERGEN

Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) requer a realização de audiência pública de emergência nesta Comissão, convidando os Excelentíssimos Senhores Ministros, Henrique Meireles / Ministro da Fazenda e Dyogo Henrique de Oliveira / Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do representante da Receita Federal do Brasil, para debater a mudança na forma de cobrança do Funrural, dentre outros temas correlacionados ao assunto.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 353/2017** - Raimundo Gomes de Matos

Requer realização de Audiência Pública para discutir as diretrizes operacionais de financiamento à Carcinicultura.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 354/2017** – RAIMUNDO GOMES DE MATOS

Requer a realização de audiência pública para debater a situação da renegociação das dívidas dos produtores rurais atingidos pela estiagem na Região Nordeste.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 358/2017** - Nilson Leitão

Requer inclusão do REQ359/2017 na Ordem do Dia para apreciação imediata.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 359/2017** - Nilson Leitão

Solicita realização de Mesa Redonda no Estado de Mato Grosso na cidade de SINOP para esclarecer a logística e outras demandas sobre as obras da BR 163 e os impactos sobre e escoamento da Safra.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 360/2017** – AFONSO HAMM

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Seguridade Social, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Pecuária, convidando o Sr. Ministro da Agricultura, Bairo Maggi.

Aprovado em 19/04/2017.

**REQ 361/2017** – JERÔNIMO GOERGEN

Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) requer a realização de audiência pública nesta Comissão, convidando os Excelentíssimos Srs. Evaristo Eduardo de Miranda - pesquisador da Embrapa, Sr. José Sarney Filho - Ministro do Meio Ambiente, Sr. Aldo Rebelo - Relator do Projeto de Lei n. 12.651/12 - e o Sr. Bairo Maggi - Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para discutir os 5 anos de aprovação do Código Florestal e sua aplicação, dentre outros temas correlacionados ao assunto.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 362/2017** – NILSON LEITÃO

Requer a realização de Audiência Pública para debater os 5 (cinco) anos de Código Florestal - Lei 12.615/2012.

Aprovado em 19/04.

**REQ 366/2017** - Raimundo Gomes de Matos

Requer realização de Audiência Pública para discutir as questões relativas a produção brasileira do Caju.

Aprovado com a inclusão de representante do ministério do planejamento.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 367/2017** - Evair Vieira de Melo

Requer a realização de Audiência Pública para análise dos critérios econômicos adotados para a autorização da importação de leite e impactos dessas políticas na cadeia produtiva.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 368/2017** - Alberto Fraga

Requer a realização de audiência pública conjunta para debater as questões referente as invasões de propriedades rurais.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 369/2017** – SÉRGIO SOUZA

Requer realização de Fórum da Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural durante Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Maringá-EXPOINGÁ na cidade de Maringá/PR para debater as concessões das rodovias e ferrovias no Paraná e a reforma previdenciária e trabalhista em tramitação no Congresso Nacional, bem como as novas normas RIISPOA e FUNRURAL.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 373/2017** – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer aditamento ao Requerimento nº 350/2017, referente ao pedido de Audiência Pública destinada a debater a decisão do STF que declarou constitucional a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 376/2017** – ZÉ SILVA

Requer que seja realizada reunião de Mesa Redonda em Almenara-MG, para discutir Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 380/2017 - Tereza Cristina**

Requer a realização de audiência pública para debater o tema: Agricultura de Precisão - uma forma racional de produzir alimentos, com sustentabilidade e competitividade.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 385/2017 – EVAIR VIEIRA DE MELO**

Solicita realização de Mesa Redonda no Estado da Bahia, no Município de Itamaraju, para debater questões da política agropecuária.

Aprovado em 26/04/17.

**REQ 386/2017 - Evair Vieira de Melo**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o impacto causado pelas restrições dispostas na Portaria MMA 445, de 17 de dezembro de 2014 e ouvir as partes afetadas a fim de encontrar soluções para os problemas causados pela mesma à cadeia produtiva pesqueira no Espírito Santo.

Aprovado em 26/04/17.

**REQ 387/2017 – JOÃO DANIEL**

Requer para realização de Seminário em Porto da Folha para debater a situação socioeconômica, ambiental e as políticas públicas previstas para o desenvolvimento município de Porto da Folha.

Aprovado em 26/04/17.

**REQ 388/2017 – DAVIDSON MAGALHÃES**

Requer a inclusão de representante da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) durante a Audiência Pública para discutir projeto de revitalização da CEPLAC e a situação da produção do cacau no país, aprovada pelo REQ 341/2017.

Aprovado em 26/04/17.

**REQ 392/2017 – EVAIR VIEIRA DE MELO**

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo propondo a extensão dos benefícios de autorização a renegociação previstos na Resolução BACEN nº 4.565, de 27 de abril de 2017, a todos os Municípios do Estado do Espírito Santo.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 395/2017 - Alceu Moreira**

Requer a realização de audiência pública, em data a ser definida, para debater sobre a cadeia produtiva de animais de estimação.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 396/2017 - Bohn Gass**

Solicita que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em conjunto com a CMADS, os representantes dos seguintes órgãos públicos: Fundação Nacional de Saúde, FIOCRUZ, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ASSEMAE e AESB para debatermos a situação do Saneamento Ambiental Rural em especial os setores de água e esgoto.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 397/2017 – SÉRGIO SOUZA**

Requero, nos termos regimentais, em complemento ao Requerimento 369/2017, a participação da ALCOPAR - Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná no Fórum da Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural durante Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Maringá-EXPOINGÁ na cidade de Maringá/PR.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 398/2017 - Luiz Cláudio**

Requer nos termos regimentais convidar os órgãos e as entidades Ministério da Agricultura, EMBRAPA, SEBRAE, APEX, CNC, BSCA, ABIC e ABICS, para realização de mesa redonda, no município de Rolim de Moura, estado de Rondônia, objetivando a discussão da produção cafeeira no Estado de Rondônia e Região Norte.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 399/2017 - Luiz Cláudio**

Requer nos termos regimentais convidar os órgãos e as entidades Ministério da Agricultura, EMBRAPA, CONAB, IBGE para realização de audiência pública, objetivando a avaliação de políticas para planejamento das safras no país.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 399/2017 - Luiz Cláudio**

Requer nos termos regimentais convidar os órgãos e as entidades Ministério da Agricultura, EMBRAPA, CONAB, IBGE para realização de audiência pública, objetivando a avaliação de políticas para planejamento das safras no país.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 404/2017** - Evair Vieira de Melo

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os riscos zoossanitários advindos da importação de camarões de origem equatoriana.

Aprovado em 24/05/17.

**REQ 410/2017** – SÉRGIO SOUZA

Requeiro, nos termos regimentais, em complemento ao Requerimento 361/2017 e 362/2017, a participação do Prefeito de Uberaba - MG Paulo Piau para debater os 5 (cinco) anos de Código Florestal - Lei 12.615/2012.

Aprovado em 24/05/17.

**REQ 411/2017** - Bohn Gass

Requer a inclusão de convidado à Audiência Pública aprovada no REQ 396/2017.

Aprovado em 24/05/17.

**REQ 412/2017** – SÉRGIO SOUZA

Requer que seja realizada audiência pública conjunta da Comissão de agricultura, Pecuária e abastecimento rural -CAPADR e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária-CRA do Senado Federal, com o objetivo de apresentar o plano estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Febre Aftosa - PNEFA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Aprovado em 24/05/17.

**REQ 414/2017** - Carlos Melles e outros

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria, Comércio e Serviços para discutir e avaliar a Política Cafeeira ao longo dos últimos anos e proposições que tramitam no Congresso Nacional.

Aprovado em 31/05/17.

**REQ 415/2017** – RAIMUNDO GOMES DE MATOS

Requer a inclusão de representante do Banco do Brasil para participar de audiência pública para debater a situação da renegociação das dívidas dos produtores rurais atingidos pela estiagem na Região Nordeste.

Aprovado em 31/05/17.

**REQ 416/2017** - JOÃO RODRIGUES E MARCON

Requer a realização de Audiência Pública para debater as Portarias que regulamentam a pesca artesanal, que tem gerado inúmeros conflitos.

Aprovado em 31/05/17.

**REQ 418/2017** - Raimundo Gomes de Matos

Requer a inclusão da Confederação Nacional da Indústria, do Ministério do Planejamento e da Câmara Setorial da Cajucultura do Piauí como participantes da Audiência Pública para discutir as questões relativas a produção brasileira do Caju.

Aprovado em 31/05/17.

**REQ 421/2017** - Evair Vieira de Melo - (REQ 404/2017)

Requer o aditamento de convidados para debater os riscos zoossanitários advindos da importação de camarões de origem equatoriana.

Aprovado em 07/06.

**REQ 422/2017** - EVAIR VIEIRA DE MELO

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo propondo a inclusão de Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Estado de Espírito Santo no Art. 1º, Parágrafo Único, da Portaria SE/MAPA nº 1.258, de 1º de junho de 2017.

Aprovado em 07/06/17.

**REQ 423/2017** - Evandro Roman

Requer a realização de Audiência Pública para debater o aprimoramento do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária com ênfase em Sanidade Vegetal.

Aprovado em 07/06.

**REQ 424/17** - Evandro Roman

Requer a realização de Audiência Pública para debater o aprimoramento do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária com ênfase em Sanidade Animal.

Aprovado com a inclusão do Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Sr. Benedito Fortes de Arruda.

Aprovado em 07/06.

**REQ 425/2017 - Heitor Schuch**

Requer a realização de audiência pública para debater o Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

Aprovado em 13/06/17.

**REQ 426/2017 - Onyx Lorenzoni**

Solicita realização de Audiência Pública para debater a situação dos produtores de Vinho Colonial e as medidas para viabilizar a sua produção e comercialização no contexto produtivo da agricultura familiar.

Aprovado em 13/06/17 com a inclusão da EMBRAPA uva e vinho.

**REQ 431/2017 - Evandro Roman**

Requer o aditamento ao REQ 423/2017, para incluir o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG) Júlio Augusto Kämpf.

Aprovado em 28/06/17.

**REQ 435/2017 - Domingos Sávio**

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR para debater os problemas que afetam a cadeia produtiva do leite, especialmente a importação de leite e derivados.

Aprovado com a inclusão da FETAG, CONTRAF/RS, Instituto Gaúcho do Leite, Associação dos Pequenos Industrialistas de Leite e CONSELEITE.

Aprovado em 05/07/17.

**REQ 436/2017 - Valdir Colatto**

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos do Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018 para o cooperativismo brasileiro e a exigibilidade dos depósitos à vista à agricultura.

Aprovado em 05/07/17 com a inclusão da CONTAG.

**REQ 438/2017 - Marcon**

Requerer a realização de Audiência Pública para debater a execução dos programas de compras públicas de alimentos, no âmbito do PAA e do PNAE.

Aprovado com a inclusão da Organização das Cooperativas Do Brasil - OCB.

Aprovado em 05/07/17.

**REQ 441/2017 - Sergio Souza**

Requer, nos termos regimentais, em complemento ao REQ436/2017, a participação do Secretário estadual da Agricultura do Paraná Norberto Ortigara, Secretário-Adjunto de Política Agrícola e Meio Ambiente Ivandré Montiel da Silva e o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura Neri Geller.

Aprovado em 05/07/17.

**REQ 444/2017 - Lucio Mosquini**

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR para debater o andamento dos processos de regularização fundiária na Amazônia Legal

Aprovado, com a inclusão da CONTAG.

Aprovado em 09/08/17.

**REQ 447/2017 - Valdir Colatto**

Requer a convocação do senhor José Sarney Filho, ministro de estado do Meio Ambiente, para prestar esclarecimento a esta Comissão sobre a falta de regulamentação das Cotas de Reserva Ambiental-CRA e o Programa de Regularização Ambiental-PRA e criação de Parques Florestais, indenizações e administração pela União de Unidade de Conservação Brasil.

Aprovado em 09/08/17.

**REQ 456/2017 - Heitor Schuch**

Requer a realização de Audiência Pública para debater a importação de leite em pó e a perda de competitividade do produtor nacional de lácteos.

Aprovado em 09/08/17.

**REQ 457/2017 - Domingos Sávio**

Requer a inclusão da Associação Brasileira dos Produtores de Leite - ABRALEITE em Audiência Pública.

Aprovado em 09/08/17.

**REQ 466/2017** - Afonso Hamm

Requer a realização de encontros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural nas cinco regiões do país para debater o Projeto de Lei 6717/2016 que disciplina sobre o porte rural de arma de fogo.

Aprovado em 23/08/17.

**REQ 470/2017** - Evair Vieira de Melo

Solicita realização de Mesa Redonda no Estado do Espírito Santo, no Município de Santa Tereza, para debater os impactos e as questões da importação de leite.

Aprovado em 13/09/17.

**REQ 476/2017** - Lucio Mosquini

Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública decorrente do REQ444/2017 de autoria do deputado Lucio Mosquini.

Aprovado em 20/09/17.

**REQ 478/2017** - Nilson Leitão e outros

Requer a realização de Audiência Pública para debater a produção agrícola indígena.

Aprovado com a inclusão da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e Lideranças Indígenas.

Aprovado em 20/09/17.

**REQ 479/2017** - Mário Heringer

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir ato do Conselho de Administração de Defesa Econômica (CADE) que autoriza, sem restrições, a operação de aquisição das participações do Grupo Vale junto à Vale Fertilizantes S/A pela empresa Mosaic Fertilizantes do Brasil LTDA.

Aprovado em 20/09/17.

**REQ 480/2017** - Luiz Cláudio

Requer nos termos regimentais a alteração da localização de realização da mesa redonda, aprovada pelo REQ398/2017, para o município de Alta Floresta D'Oeste, estado de Rondônia, objetivando a discussão da produção cafeeira no Estado de Rondônia e Região Norte.

Aprovado em 20/09/17.

**REQ 484/2017** - André Amaral

Requer a realização de um seminário para debater sobre a instituição do dia 6/6/2017 como o Dia Nacional da Vaquejada, dos Rodeios e dos esportes equestres.

Aprovado em 10/10/17.

**REQ 485/2017** - Evandro Roman

Requer a realização de Audiência Pública para debater a produção de Vinho Colonial no Paraná, especialmente na região de Irati.

Aprovado em 08/11/17.

**REQ 486/2017** - Adilton Sachetti

Requer a inclusão de convidado na audiência pública objeto do REQ478/17, que objetiva debater a produção agrícola indígena.

Aprovado em 04/10/17.

**REQ 491/2017** - Alceu Moreira

Requer a realização de audiência pública, em data a ser definida, para debater a defesa comercial da cadeia produtiva do arroz no MERCOSUL.

Aprovado em 08/11/17.

**REQ 498/2017**- Raimundo Gomes de Matos

Requer a realização de Audiência Pública para debater as propostas de revitalização e reestruturação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS, e os reflexos para a piscicultura e perímetros irrigados do Nordeste.

Aprovado em 08/11.

**REQ 502/17** - Jerônimo Goergen

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, para tratar da revisão dos critérios de cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).

Aprovado em 08/11/17.

**REQ 521/17** - do Sr. Sergio Souza - (REQ 517/2017) - que "requeiro, em complemento ao Requerimento 517/2017 a adição de participantes conforme indicações".

Aprovado em 13/12/17.

## **APROVADOS, MAS NÃO IMPLEMENTADOS**

**REQ 325/2017** – SÉRGIO SOUZA

Requer que seja realizada audiência pública com o objetivo de debater os efeitos econômicos e sociais da Operação "Carne Fraca" sobre o setor agropecuário nacional, bem como discutir possíveis medidas que possam atenuar os impactos negativos que já estão sendo experimentados por aquele setor.

Aprovado em 29/03/17.

**REQ 326/2017** – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater o acesso ao crédito rural por produtores familiares.

Aprovado em 29/03/17.

**REQ 327/2017** – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater o acesso ao crédito rural.

Aprovado em 29/03/17.

**REQ 334/2017** – ZÉ SILVA

Requer a realização de Audiência Pública para a aplicabilidade da Lei 13.340, de 28 de setembro de 2016.

Aprovado em 29/03/17.

**REQ 337/2017** – ZÉ SILVA

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir questões relativas ao Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2018; e Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/2018.

Aprovado em 29/03/17.

**REQ 347/2017** – JERÔNIMO GOERGEN

Expedição de CONVITE ao Excelentíssimo Senhor Ministro Henrique Meireles - Ministro da Fazenda do Brasil, para que preste esclarecimentos a essa Comissão sobre o reflexo na agroindústria, referente a retirada da desoneração da folha de pagamento, dentre outros temas correlacionados ao assunto.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 352/2017 – LUIZ CLÁUDIO**

Requer nos termos regimentais convidar o Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Senhor Antonio Fernandes Toninho Costa, para em audiência pública, prestar esclarecimentos no âmbito desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, sobre a atual situação da legislação aplicada pela FUNAI na autorização de concessão de financiamentos a empresas e produtores rurais em áreas limítrofes de terras indígenas.

Aprovado em 05/04/17.

**REQ 355/2017 – BOHN GASS**

Requerer a realização de Audiência Pública para debater o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA, publicada por meio do Decreto Nº 9.013/2017.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 356/2017 – JOÃO DANIEL**

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência a realização de audiência pública para discutir as ações do Governo Federal no combate à seca no Nordeste, tanto no que concerne às ações estruturantes, como no atendimento emergencial às famílias e o socorro aos rebanhos que estão sendo dizimados, principalmente os dos pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 364/2017 – MARCON**

Requer realização de audiência pública para debater os impactos da PEC nº 287 de 2016 sobre os trabalhadores e as trabalhadoras rurais do Brasil.

Aprovado em 19/04/17.

**REQ 370/2017 – JOÃO DANIEL**

Requer a realização de audiência pública para debater os conflitos no Campo no Brasil.

Aprovado em 19/04/17

**REQ 375/2017 – ZÉ SILVA**

Requer que seja realizada reunião de Mesa Redonda em Iturama-MG, para discutir Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Aprovado em 19/04/17

**REQ 377/2017 – ZÉ SILVA**

Requer que seja realizada reunião de Mesa Redonda em Januária-MG, para discutir Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Aprovado em 19/04/17

**REQ 378/2017 – ZÉ SILVA**

Requer que seja realizada reunião de Mesa Redonda em Montes Claros-MG, para discutir Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Aprovado em 19/04/2017.

**REQ 379/2017 – ZÉ SILVA**

Requer que seja realizada reunião de Mesa Redonda em Teófilo Otoni-MG, para discutir Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Aprovado em 19/04/2017.

**REQ 382/2017 – ZÉ SILVA**

Requer a realização de Audiência Pública conjunta nas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Comissão de Seguridade Social e Família para discutir o Projeto de Lei nº 2404, de 2015, que dispõe sobre a elaboração e comercialização de queijos artesanais e dá outras providências.

Aprovado em 26/04/17.

**REQ 383/2017 – EVAIR VIEIRA DE MELO**

Solicita realização de Mesa Redonda no Estado do Espírito Santo, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, para debater os impactos das políticas de importação de leite.

Aprovado em 26/04/17.

**REQ 384/2016 – ALCEU MOREIRA**

Requeiro, nos termos regimentais, em complemento ao Requerimento 382/2017, para sugerir participantes à audiência pública, para debater a regulamentação do queijo serrano e o Projeto de Lei de número 2.404, de 2015

Aprovado em 26/04/17.

**REQ 389/2017 – SÉRGIO SOUZA**

Requer que seja realizada Audiência Pública para debater as propostas do Plano Agrícola e Pecuário-PAP 2017/18.

Aprovado em 26/04/17.

**REQ 390/2017 – EVAIR VIEIRA DE MELO**

Requer a realização de Audiência Pública para que seja apresentado o Balanço Social da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 391/2017 – TEREZA CRISTINA**

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – SISBOV.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 393/2017 – EVAIR VIEIRA DE MELO**

Requer a realização de Audiência Pública para debater "A crise hídrica no Estado do Espírito Santo".

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 395/2017 – ALCEU MOREIRA**

Requer a realização de audiência pública, em data a ser definida, para debater sobre a cadeia produtiva de animais de estimação.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 400/2017 – ZÉ SILVA**

Requer que seja realizada reunião de Mesa Redonda em Delfinópolis-MG, para discutir a situação das balsas, o baixo nível da represa e o escoamento da produção.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 402/2017** – SÉRGIO SOUZA

Requer a realização de Fórum de Debates para discutir o retorno da cobrança do FUNRURAL- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural sobre a receita bruta da agropecuária e seus desdobramentos na cadeia produtiva do agronegócio.

Aprovado em 10/05/17.

**REQ 401/2017** – DAVIDSON MAGALHÃES

Requer a realização de Audiência Pública para discutir formas ou plano de renegociação da dívida referente aos créditos rurais contratados pelos agropecuaristas do estado entre os anos de 2012 a 2016.

Aprovado em 24/05/17.

**REQ 403/2017** – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer realização de audiência pública para debater a decisão do STF que declarou constitucional a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural.

Aprovado em 24/05/17.

**REQ 405/2017** – EVAIR VIEIRA DE MELO

Requer a realização de Audiência Pública para que se possa discutir as Políticas Nacionais do Café.

Aprovado em 24/05/17.

**REQ 406/2017** – EVAIR VIEIRA DE MELO

Requer o aditamento da apresentação da Embrapa Tec ao Requerimento 390/2017.

Aprovado em 24/05/17.

**REQ 407/2017** – EVANDRO ROMAN

Requer sejam convidados membros da Egrégia Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara de Deputados da República do Paraguai para, em comitiva, virem acompanhar os trabalhos de modernização logística do setor agropecuário brasileiro.

Aprovado em 24/05/17.

**REQ 408/2017** – JOÃO DANIEL

Requer para realização de Seminário para debater a REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA no município de São Cristóvão em Sergipe.  
Aprovado em 24/05/17.

**REQ 417/2017 – SÉRGIO SOUZA**

Requer que seja realizada audiência pública para avaliar o mercado interno de carnes diante das recentes alterações na conjuntura da cadeia produtiva de aves, suínos e bovinos.  
Aprovado em 31/05/17.

**REQ 419/2017 – JERÔNIMO GOERGEN**

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para tratar sobre a cobrança do Funrural.  
Aprovado em 07/06/17.

**REQ 420/2017 – JERÔNIMO GOERGEN**

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para tratar os efeitos do episódio JBS no mercado de carne brasileiro.  
Aprovado em 07/06/17.

**REQ 425/2017 – HEITOR SCHUCH**

Requer a realização de audiência pública para debater o Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, que "Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais".  
Aprovado em 13/06/17.

**REQ 428/2017 – ANDRÉ AMARAL**

Requer a realização de um seminário para debater sobre o arranjo agrícola nos municípios banhados pela transposição do rio São Francisco no estado da Paraíba.  
Aprovado em 13/06/17.

**REQ 429/2017 – SÉRGIO SOUZA**

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública "para avaliar as boas práticas para produção agrícola sustentável".

Aprovado em 13/06/17.

**REQ 430/2017 – ALCEU MOREIRA**

Requer a realização de audiência pública, em data a ser definida, para debater procedimentos a serem adotados e estabelecer diretrizes específicas para o registro de produtos biológicos, para uso em controle biológico de pragas na agricultura.

Aprovado em 13/06/17.

**REQ 432/2017 – Evair Vieira de Melo**

Requer a realização de Audiência Pública para que se possa discutir a importância do Cooperativismo na produção do café, o papel do cooperativismo na produção, comercialização e na abertura de novos mercados e homenagem aos 60 anos da Cooxupé.

Aprovado em 28/06/17.

**REQ 433/2017 – Celso Maldaner**

Solicita que sejam convidados para participar de audiência pública, o Ministro do Meio Ambiente, Ministro da Agricultura e a Presidente do IBAMA - para debaterem junto aos pares desta Comissão sobre os vetos a duas propostas que reduzem limites de unidades de conservação (UCs) no Pará e em Santa Catarina e recursos oferecidos pela Noruega destinados a Floresta Amazônia.

Aprovado em 28/06/17.

**REQ 439/2017 – SÉRGIO SOUZA**

Requer seja aprovada a produção do Relatório Semestral da Comissão de Agricultura.

Aprovado em 05/07/17

**REQ 454/2017 – ZÉ CARLOS**

Requer a realização de audiência pública conjunta das comissões especificadas a seguir, para debater o cenário atual das políticas públicas de Educação do Campo e suas perspectivas.

Aprovado em 09/08/17.

**REQ 476/2017 – LÚCIO MOSQUINI**

Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública decorrente do Requerimento nº444/2017 de autoria do deputado Lucio Mosquini.

Aprovado em 20/09/2017.

**REQ 443/2017** - Sr. Afonso Hamm

Requer a realização de mesa redonda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debater o Projeto de Lei 6048/2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura e o projeto piloto de modernização da ovinocultura por meio do Plano Agro Mais do Ministério da Agricultura, durante a Expointer 2017, em Esteio, no Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 09/08/2017.

**REQ 445/2017** - Sr. Lucio Mosquini

Solicita que seja convidado para participar de audiência pública, o Secretário de Aquicultura e Pesca, Dayvson Franklin de Souza - para debater junto aos pares desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR sobre as políticas públicas para melhoria na produção de peixe em cativeiro no Brasil.

Aprovado em 09/08/2017.

**REQ 449/2017** - Sr. Domingos Sávio

Solicita realização de Audiência Pública para discussão da segurança alimentar da população, em especial dos alimentos de origem vegetal.

Aprovado em 09/08/2017.

**REQ 452/2017** - Sr. Alceu Moreira **(REQ 6779/2017)**

Requer a manifestação de apoio desta Comissão ao Requerimento nº. 6779/2017, que requer a criação de comissão externa para avaliar a situação da agropecuária e da estrutura fundiária no Brasil.

Aprovado em 09/08/2017.

**REQ 455/2017** - Sr. Nilson Leitão

Requer a realização de Audiência Pública para debater o escoamento da Safra no Estado de Mato Grosso pela BR 242.

Aprovado em 09/08/2017.

**REQ 458/2017** - Sr. Lucio Mosquini

Solicita que seja convidado para participar de audiência pública, o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Leonardo Góes Silva - para debater junto aos pares desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR sobre as invasões de terras e a criação de novos assentamentos rurais na Região Norte.

Aprovado em 23/08/2017, com alteração de abrangência: de "na região norte" para "em todo brasil".

**REQ 459/2017** - Sr. Lucio Mosquini

Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública decorrente do Requerimento nº 444/2017 de autoria do deputado Lucio Mosquini.

Aprovado em 23/08/2017.

**REQ 460/2017** - Sr. Evair Vieira de Melo

Requer a realização de Audiência Pública para debater as dificuldades e se levar as telecomunicações, internet e celular para o campo e buscar soluções para esta situação".

Aprovado em 23/08/2017, com a inclusão de convite ao presidente executivo do sinditelebrasil, Eduardo Levy Cardoso Moreira, e um representante da telebras.

**REQ 462/2017** - Sr. Raimundo Gomes de Matos

Requer realização de Seminário, na cidade de Fortaleza, Ceará, para a apresentação do Programa Agro+ INVESTIMENTOS, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando a atração de recursos estrangeiros para o Agronegócio do Ceará e do Nordeste Brasileiro.

Aprovado em 23/08/2017.

**REQ 463/2017** - Sr. Nilson Leitão

Requer a realização de Audiência Pública para debater a paralisação dos caminhoneiros e as consequências no escoamento da Safra.

Aprovado em 23/08/2017.

**REQ 464/2017** - Sr. Alceu Moreira

Requer a realização de audiência pública, em data a ser definida, para debater o projeto de lei 525/2015, de minha autoria, bem como para estabelecer o tratamento tributário para o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural.

Aprovado em 23/08/2017.

**REQ 465/2017** - Sr. Zé Silva

Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir o aumento de aplicação de multas ambientais para produtores rurais do Triângulo Mineiro.

Aprovado em 23/08/2017, com alteração de abrangência: de "do triângulo mineiro" para "de todo brasil". Inclusão de convite ao presidente do Ibama e ao sr. Vitor Hugo Burko.

**REQ 471/2017** - Sr. Beto Faro

Requer realização de audiência pública para debater os profundos cortes nas dotações para as áreas agrícola, agrária, segurança alimentar e da área socioambiental, processadas pelo governo Temer via a proposta de Lei Orçamentária para 2018.

Aprovado em 13/09/2017.

**REQ 472/2017** - Sr. Beto Faro

Requer realização de audiência pública para debater a compatibilização da legislação nacional ao Código Internacional de Conduta para a Distribuição e Utilização dos Agrotóxicos Subscrito pelo Brasil em 1998, e promulgado pelo Decreto nº 5.360, de 2005.

Aprovado em 13/09/2017 .

**REQ 473/2017** - Sr. Davidson Magalhães

Requer a realização de visita técnica in locu para discutir a situação dos pescadores e das pescadoras da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-34 e região.

Aprovado em 13/09/2017 .

**REQ 474/2017** - Sr. Zé Silva

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o programa de apoio à produção de biocombustíveis "Selo Combustível Social.

Aprovado em 13/09/2017.

**REQ 475/2017** - Sr. Zé Silva

Requer que seja realizada reunião de Mesa Redonda em Uberaba-MG, para discutir Propostas de Adequação à Legislação Ambiental  
Aprovado em 13/09/2017.

**REQ 487/2017** - Sr. Bohn Gass

Requer a realização de Audiência Pública para debater alternativas de captação financeira e de sustentabilidade orçamentaria para a Política Nacional de ATER para Agricultura Familiar e Reforma Agrária em todo o território nacional  
Aprovado em 04/10/2017.

**REQ 489/2017** - Sr. Sergio Souza - (PL 7740/2017)

Requer que seja realizada audiência pública para debater o PL 7740/2017 QUE" Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender o mecanismo de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros aos bancos privados e às confederações de cooperativas de crédito rural.  
Aprovado em 10/10/2017.

**REQ 490/2017** - Sr. Alceu Moreira

Requer a realização de audiência pública, em data a ser definida, para debater o projeto de lei 5191/2013, que dispõe sobre a produção de cerveja artesanal  
Aprovado em 08/11/2017.

**REQ 495/2017** - Sr. Jerônimo Goergen

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, para discutir a revisão dos critérios do zoneamento agrícola da soja na safra de 2018/2019".  
Aprovado em 08/11/2017, com inclusão da revisão dos critérios do zoneamento agrícola do milho.

**REQ 496/2017** - Sr. Jerônimo Goergen

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, para discutir os impactos e alternativas a um eventual aumento do PIS e da Cofins no setor agropecuário".  
Aprovado em 08/11/2017.

**REQ 503/2017** - Sr. Evandro Roman

Requer a realização de Audiência Pública para debater o aperfeiçoamento da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, da Secretaria de Defesa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Aprovado em 08/11/2017.

**REQ 504/2017** - Sr. Nelson Marquezelli

Requer a realização de Audiência Pública com finalidade de esclarecer os motivos que levaram o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Goiás a propor ação civil pública contra fazendeiro de Jussara, no noroeste de Goiás, que capta água do Rio Araguaia para ser usada na agricultura.

Aprovado em 08/11/2017.

**REQ 500/2017** - Sr. Sergio Souza

Requer a realização de Audiência Pública para debater as melhorias na divulgação da eficiência no uso de combustíveis como incentivo ao consumo de etanol.

Aprovado em 08/11/2017.

**REQ 510/2017** - Sr. Bohn Gass

Requer a realização de Audiência Pública para apresentar e discutir os principais temas abordados na 23ª Sessão da Conferência da Partes (COP 23) realizada em Bonn, na Alemanha.

Aprovado em 06/12/2017.

**REQ 511/2017** - Sr. Valdir Colatto e outros

Requer, nos termos do art. 29, inciso I, do Regimento Interno, seja constituída Subcomissão Permanente para tratar das condições sociais no meio rural; vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; padronização e inspeção de produtos vegetais e animais; padronização, inspeção e fiscalização do uso de defensivos agrotóxicos nas atividades agropecuárias; e meteorologia e climatologia.

Aprovado em 06/12/2017.

**REQ 512/2017** - Sr. Lucio Mosquini

Requer a realização de Mesa Redonda no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, em Porto Velho no Estado de Rondônia com vistas a promover debates acerca da violência no campo decorrente dos conflitos agrários.

Aprovado em 06/12/2017.

**REQ 513/2017** - Sr. Valdir Colatto e outros

Requer audiência pública conjunta nas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) para tratar de assuntos concernentes à Pesca no país. Assim como, a mudança da pasta e sua vinculação à Presidência da República.

Aprovado em 06/12/2017.

**REQ 514/2017** - Sr. Sergio Souza

Requer seja aprovada a produção do Relatório anual da Comissão de Agricultura.

Aprovado em 06/12/2017.

**REQ 515/2017** - Sr. Jerônimo Goergen

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, para tratar da inclusão da cebola e do alho na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum (LETEC).

Aprovado em 06/12/2017.

**REQ 516/2017** - Sr. Carlos Henrique Gaguim

Requer a realização de Visita Técnica, com urgência, para a fiscalização da Fazenda Santo Hilário, situada no município de Araguatins, no Tocantins.

Aprovado em 06/12/2017.

**REQ 329/2017** - Sr. Assis do Couto

Requer a realização de audiência pública para debater a respeito do modelo de inspeção sanitária de produtos de origem animal adotado no país, inclusive sobre a inaplicabilidade do SUASA, bem como quanto à operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal.

Aprovado em 29/03/2017.

**REQ 330/2017** - Sr. João Daniel

Requer para realização de Seminário em Aracaju para debater as políticas públicas para os territórios Quilombolas de Sergipe

Aprovado em 29/03/2017.

**REQ 461/2017** - Sr. Jerônimo Goergen

Requer a realização de mesa de debates na EXPOINTER 2017, para debater o endividamento do setor agropecuário.

Aprovado em 23/08/2017.

**REQ 468/2017** - Sr. Zé Carlos

Requer a realização de Audiência Pública para debater a execução de políticas públicas para as populações extrativistas.

Aprovado em 13/09/2017.

**REQ 482/2017** - Sr. Evair Vieira de Melo

Solicita a realização de audiência pública para debater os evidentes abusos de autoridade da Vigilância Sanitária, praticados de forma arbitrária, injusta e unilateral, durante o Rock in Rio, descartando produtos artesanais de boa qualidade e no prazo de validade.

Aprovado em 27/09/2017, com a inclusão de participantes.

**REQ 483/2017** - Sr. Evair Vieira de Melo

Requer a inclusão de convidados na audiência pública de que trata o REQ 482/2017.

Aprovado em 27/09/2017.

**REQ 488/2017** - Sr. Evair Vieira de Melo

Requer o aditamento de convidados para audiência sobre abusos da vigilância sanitária no Rock in Rio.

Aprovado em 04/10/2017.

**REQ 469/2017** - Sr. Valdir Colatto

Requeiro que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para tratar da regulamentação do artigo 42 do Código Florestal.

Aprovado em 13/09/2017.

**REQ 497/2017** - Sr. Valdir Colatto

Requer a inclusão de convidado que especifica na audiência pública a ser realizada para debater "a regulamentação do artigo 42 do Código Florestal", solicitada por meio do Requerimento nº 469 de 2017.

Aprovado em 08/11/2017.

**REQ 518/17** - Sr. Jerônimo Goergen

Solicito seja convidado o Sr. Marcos Pereira, Ministro da Indústria Comércio Exterior e Serviços, a fim de prestar esclarecimentos à Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a liberação das importações de leite do Uruguai pelo Governo.

Aprovado em 13/12/2017.

**REQ 519/17** - Sr. Jerônimo Goergen

Solicito seja convidado o Sr. Aloyzio Nunes, Ministro das Relações Exteriores, a fim de prestar esclarecimentos à Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a estipulação de cotas de importação para o leite, arroz e trigo do MERCOSUL.

Aprovado em 13/12/2017.

**REQ 520/17** - Sr. Diego Garcia

Requer a realização de visita técnica dos membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural ao Município de Pinhão - PR.

Aprovado em 13/12/2017.

## REUNIÕES

### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Tema: Debater a realização do Censo Agropecuário 2017, em todo o território nacional.

Data: 18/04/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

#### Convidados

*José Garcia Gasques* - Coordenador Geral de Estudos e Análises da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SPA/MAPA;

*Willy Gustavo de La Piedra Mesones* - Assessor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, da Casa Civil da Presidência da República;

*Antônio Carlos Simões Florido* - Gerente do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE;

*Fernando Gaiger Silveira* - pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA;

*Mauro Eduardo Del Grossi* - professor da Universidade de Brasília, integrante do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Agronegócios - PROPAGA.

Autores do Requerimento nº **340/2017**: Deputados Pepe Vargas - PT/RS, Beto Faro - PT/PA, Marcon - PT/RS, Valmir Assunção - PT/BA, Zeca do PT - PT/MS, Bohn Gass - PT/RS, Zé Carlos - PT/MA, João Daniel - PT/SE, Zé Silva - SD/MG e Evair Vieira de Melo - PV/ES.

**Tema:** Debater a respeito dos impactos da Reforma da Previdência na agricultura familiar e na produção de alimentos.

Data: 27/04/2017

Local: Plenário 9 do Anexo II

#### Convidados

*Jane Berwanger* - Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP;

*Geraldo Almir Arruda* - Chefe de Divisão na Coordenação de Legislação e Normas da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda;

*Evandro José Morello* - Assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG.

Autores do Requerimento nº 328/2017: Deputados Assis do Couto - PDT/PR, Pepe Vargas - PR/RS e Evair Vieira de Melo - PV/ES.

**Tema:** Debater os possíveis efeitos no agronegócio brasileiro do recolhimento, por parte do empregador rural pessoa física, de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).

Data: 03/05/2017

Local: Auditório Petrônio Portela, Senado Federal

**Participação:**

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal - CRA.

**Convidados**

*Deputado Nilson Leitão* - Presidente da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA);

*Maurício Negreiros Velloso* - Representante da Associação Nacional da Pecuária Intensiva (ASSOCON);

*Julio Cesar Busato* - Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA);

*Marcos da Rosa* - Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA BRASIL);

*Péricles Salazar* - Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO);

*Jeferson da Rocha* - Presidente da Comissão de Direito Agrário e Questões do Agronegócio da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina (OABSC);

*Valdecir Sovernigo* - Representante da A Voz do Campo;

*Paulo Storbel* - Advogado da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR);

*Ernani Polo* - Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Agricultura (CONSEAGRI);

*Nabhan Garcia* - Representante do FUNRURAL NÃO;

*Sávio Rafael Pereira* - Secretário Substituto de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

*Leonardo de Andrade Rezende Alvim* - Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Tributária e Previdenciária da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda (MF);

*Chico Maia* - Representante Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISSUL).

Autores do Requerimento nº **350/2017**: Deputados Luis Carlos Heinze - PP/RS, Adilton Sachetti - PSB/MT, César Messias - PSB/AC, Dilceu Sperafico - PP/PR, Domingos Sávio - PSDB/MG, Evair Vieira de Melo - PV/ES, Heuler Cruvinel - PSD/GO, Lázaro Botelho - PP/TO, Nilson Leitão - PSDB/MT e Zé Silva - SD/MG.

Autor do Requerimento nº **351/2017**: Deputado Jerônimo Goergen - PP/RS.

Autores do Requerimento nº **373/2017**: Deputados Luis Carlos Heinze - PP/RS, Afonso Hamm - PP/RS, Adilton Sachetti - PSB/MT, Dulce Miranda - PMDB/TO, Nilson Leitão - PSDB/MT e Valdir Colatto - PMDB/SC.

Autor do Requerimento nº **8/2017**: Senador Ivo Cassol.

Autor do Requerimento nº **9/2017**: Senador Ronaldo Caiado.

**Tema:** Debater a Reestruturação do Crédito Fundiário.

Data: 16/05/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

**Convidados**

*Ivandrê Montiel da Silva* - Secretário-adjunto de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Fazenda;

*Ana Amélia de Carvalho Palmeira* - Gerente da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil;

*Máximo Antônio Cavalcante Sales* - Gerente Executivo do Banco do Nordeste - Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar;

*Raquel Santori* - Subsecretaria de Reordenamento Agrário da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - Casa Civil;

*Rodrigo Ramiro* - Coordenador-Geral de Planejamento e Participação Social do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG.

Autor do Requerimento nº **335/2017** - Deputado Zé Silva - SD/MG.

**Tema:** Discutir o projeto de revitalização da CEPLAC e a situação da produção do cacau no país.

Data: 23/05/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

**Convidados**

*Juvenal Maynard Cunha* - Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC;  
*Edmir Celestino de Almeida Ferraz* - Diretor Substituto da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC;  
*José Bezerra da Rocha* - Vice-presidente da Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária - ANTEFFA;  
*Eduardo Brito Bastos* - Diretor Executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau - AIPC;  
*Eduardo Sales* - Deputado Estadual da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.  
Autor dos Requerimentos nº **341/2017** e nº **388/2017** - Deputado Davidson Magalhães - PCdoB/BA.

**Tema:** Debater os 5 anos de aprovação do Código Florestal - Lei 12.651/2012 e sua aplicação.

Data: 25/05/2016

Local: Plenário 2 do Anexo II

#### **Convidados**

*Cel. Coaraci Nogueira de Castilho* - Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

*Raimundo Deusdará Filho* - Diretor do Serviço Florestal Brasileiro, representando o Ministério do Meio Ambiente;

*Maurício Antônio Lopes* - Presidente da EMBRAPA;

*José Aldo Rebelo Figueiredo* - Ex-deputado, relator do projeto de lei que instituiu o Código Florestal;

*Evaristo Eduardo de Miranda* - Chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite;

*Assuero Doca Veronez* - Vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

*Leonardo Papp* - Consultor Ambiental da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB;

*Victor Hugo Burko* - Advogado;

*Paulo Piau Nogueira* - Prefeito de Uberaba/MG.

Autor do Requerimento nº **361/2017** - Deputado Jerônimo Goergen - PP/RS.

Autores do Requerimento nº **362/2017** - Deputados Nilson Leitão - PSDB/MT e Sérgio Souza - PMDB/PR.

**Tema:** Debate sobre o Projeto de Lei nº 4.576, de 2016, que altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para dispor sobre a comercialização direta aos consumidores de produtos orgânicos.

Data: 30/05/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

**Convidados**

*Pedro Alves Correa Neto* - Secretario Substituto de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo - SMC / MAPA;  
*Carlos Alexandre de Oliveira Gomes* - Coordenador de pós registro da Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX/Anvisa;  
*Mary Stela Bischof* - Engenheira Agrônoma do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; e  
*Ana Paula Vendramini Maniero* - Gerente de Negócios da Associação Brasileira de Automação - GS1 Brasil.

Autor do Requerimento nº **346/2017**: Deputado Luiz Nishimori - PR/PR.

**Tema:** Debater a situação da renegociação das dívidas dos produtores rurais atingidos pela estiagem na Região Nordeste.

Data: 06/06/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

**Convidados**

*Ivandrê Montiel da Silva* - Secretário-Adjunto de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Fazenda;  
*Zerbini Guerra de Medeiros* - Superintendente de Administração e Recuperação de Créditos do Banco do Nordeste - BNB;  
*Ricardo Rios* - Superintendente Nacional de Agronegócio da Caixa Econômica Federal;  
*José Ramos Torres de Melo Filho* - Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do CEARÁ - FAEC;  
*Mário Antônio Pereira Borba* - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba e Vice-Presidente da CNA; e  
*Álvaro Schwerz Tosetto* - Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil S/A.

Autores do Requerimento nº **354/2017**: Deputados Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE, Zé Silva - SD/MG, Evair Vieira de Melo - PV/ES e Jony Marcos - PRB - SE.

Autor do Requerimento nº **415/2017**: Deputado Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE.

**Tema:** Apresentar o plano estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Febre Aftosa (PNEFA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Data: 07/06/2017

Local: Plenário 13, Senado Federal

**Participação:**

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal.

**Convidado**

*Guilherme Henrique Figueiredo Marques* - Diretor do Departamento de Saúde Animal/MAPA;

*Décio Coutinho* - Consultor de Defesa Agropecuária da CNA;

*Antônio José Camardelli* - Representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes/ABIEC;

*Rui Eduardo Saldana Vargas* - Vice-Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal/ABPA;

*Francisco Olavo Pugliesi de Castro* - Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso/FAMATO;

*Daniella Soares de Almeida Bueno* - Diretora Técnica do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso/INDEAMT.

Autores do Requerimento nº **412/2017**: Deputado Sérgio Souza - PMDB/PR e Deputada Dulce Miranda - PMDB/TO.

**Tema:** Debater as Portarias que regulamentam a pesca artesanal, que tem gerado inúmeros conflitos.

Data: 20/06/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

**Convidados**

*Danielle Blanc* - Assessora da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC;

*Henrique Anatole Cardoso Ramos* - Coordenador dos Recursos Pesqueiros do IBAMA;

*Paulo Ricardo Schwingel* - professor e membro do Grupo de Estudos Pesqueiros - GEP, da Universidade do Vale do Itajaí; e

*Aginaldo Hilton dos Santos* - representante do coletivo nacional de pesca e aquicultura.

Autores do Requerimento nº **416/2017**: Deputados João Rodrigues - PSD/SC e Marcon - PT/RS.

**Tema:** Saneamento Ambiental Rural em especial os setores de Água e Esgoto.

Data: 27/06/2017

Local: Plenário 10 do Anexo II

**Participação:**

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

**Convidados**

*Alberto Venturieri* – Coordenador Geral de Engenharia Sanitária da Fundação Nacional de Saúde - Funasa;

*André Fenner* – Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; e

*Francisco Lopes* – Secretário Executivo da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – Assemae.

Autor do Requerimento nº **160/2017** - CMADS: Deputado Nilto Tatto - PT/SP.

Autor do Requerimento nº **396/2017** - CAPADR: Deputado Bonh Gass - PT/RS.

**Tema:** Debater as questões referentes às invasões de propriedades rurais e à escalada da violência no campo.

Data: 27/06/2017

Local: Plenário 4 do Anexo II

**Participação:**

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

**Convidados**

*Cel. Julian Rocha Pontes* – Chefe de Gabinete de Ordem Pública do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais – CNCG, representando o Cel. PM Marco Antônio Nunes de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais - CNCG;

*Franklimberg Ribeiro de Freitas* – Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, representante também o Ministro da Justiça e Segurança Pública - MJ;

*Dom Enemésio Lazzaris* – Presidente da Comissão Pastoral da Terra; e

*Valdir Correia* – Assessor da Ouvidoria Agrária Nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Autores do Requerimento nº **193/2017** - CSPCCO: Deputados Alberto Fraga - DEM/DF e Subtenente Gonzaga – PDT/MG.

Autores do Requerimento nº **204/2017** - CSPCCO: Deputados Glauber Braga - PSOL/RJ e Subtenente Gonzaga – PDT/MG.

Autor do Requerimento nº **368/2017** - CAPADR: Deputado Alberto Fraga - DEM/DF.

**Tema:** Discutir as questões relativas à produção brasileira do Caju.

Data: 11/07/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

### **Convidados**

*José Ismar Girão Parente* - Presidente da Câmara Setorial do Caju do Ceará;

*Vitor Hugo de Oliveira* - Chefe da Secretaria de negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

*Antônio José Gomes Teixeira de Carvalho* - Sindicato das Indústrias de Beneficiamento de Castanha de Caju e Amêndoas Vegetais do Estado do Ceará - Confederação Nacional da Indústria;

*Aurino Antônio Nunes Guimarães* - representante da Câmara Setorial da Cajucultura do Piauí; e

*Flávio Saboya* - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará - FAEC, representando a CNA.

Autor dos Requerimentos nº **366/2017** e nº **418/2017**: Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS - PSDB/CE.

**Tema:** Debater os impactos do Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018 para o cooperativismo brasileiro e a exigibilidade dos depósitos à vista à agricultura.

Data: 12/07/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

### **Convidados**

*Cláudio Filgueiras* - Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e do Proagro, representando o Presidente do Banco Central - BACEN;

*Wilson Vaz de Araújo* - Diretor do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA;

*Francisco Erismá* - Secretário-Adjunto de Política Agrícola e Meio Ambiente substituto;

*Norberto Ortigara* - Secretário Estadual de Agricultura do Paraná;

*Antoninho Rovarís* - Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG; e

*Márcio Freitas* - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB.

Autor do Requerimento nº **436/2017**: Deputado Valdir Colatto - PMDB/SC.

Autor do Requerimento nº **441/2017**: Deputado Sérgio Souza - PMDB/PR

**Tema:** Debater o Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, que 'Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

Data: 13/07/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

**Convidados**

*Carlos José de Carvalho* - Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor público Agrícola do Brasil - FASER;

*José Carlos Zukowski* - Subsecretário, em exercício, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

*Antoninho Rovaris* - Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Na Agricultura - CONTAG; e

*Marcos Rochinski* - Coordenador Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF BRASIL

Autor do Requerimento nº **425/2017** - Deputado HEITOR SCHUCH - PSB/RS.

**Tema:** Agricultura de Precisão - uma forma racional de produzir alimentos, com sustentabilidade e competitividade.

Data: 10/08/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

**Convidados**

*José Paulo Molin* - Presidente da Associação Brasileira de Agricultura de Precisão;

*Luís Henrique Bassoi* - Pesquisador da Embrapa Instrumentação - EMBRAPA;

*Márcio Albuquerque Moreira* - Presidente da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão - CBAP; e

*João Alfredo Saraiva Delgado* - Diretor Executivo de Tecnologia da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ.

Autor do Requerimento nº **380/2017** - Deputada Tereza Cristina - PSB/MS.

**Temas:**

- Debater os problemas que afetam a cadeia produtiva do leite, especialmente a importação de leite e derivados. (Requerimento nº 435/17)
- Analisar os critérios econômicos adotados para a autorização da importação de leite e impactos dessas políticas na cadeia produtiva. (Requerimento nº 367/17)
- Debater a importação de leite em pó e a perda de competitividade do produtor nacional de lácteos. (Requerimento nº 456/17)

Data: 15/08/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

### **Convidados**

*Gustavo Cupertino* - Diretor do Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade (DAC) da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI/MAPA;

*Vicente Nogueira Netto* - Coordenador da Câmara do Leite da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);

*Vasco Praça Filho* - Presidente da Cooperativa Agropecuária Vale do Paracatu - COOPERVAP;

*Fernando Taveira Menocci* - Presidente do G100;

*Geraldo Borges* - Presidente da ABRALEITE;

*Rodrigo Alvim* - Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite (CNPL) da Confederação Nacional da Agricultura (CNA);

*Darlan Palharini* - Secretário Executivo do Sindilat/RS;

*Paulo do Carmo Martins* - Chefe-Geral da Embrapa Gado de Leite;

*Herlon Brandão* - Diretor de Estatística e Apoio à Exportação da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC;

*Mário Augusto Ribas do Nascimento* - Vice-presidente do Instituto Gaúcho do Leite - IGL;

*Marcelo Costa Martins* - Diretor-Executivo da Viva Lácteos;

*Pedrinho Signori* - Representante da FETAG/RS; e

*Marcos Rochinski* - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF BRASIL.

Autor do Requerimento nº 435/17: Deputado Domingos Sávio - PSDB/MG.

Autor do Requerimento nº 367/17: Deputado Evair Vieira de Melo - PV/ES.

Autor do Requerimento nº 456/17: Deputado Heitor Schuch - PSB/RS.

**Tema:** Debater políticas de comercialização do trigo - safra 2017 - e as dificuldades do setor.

Data: 17/08/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

**Convidados**

*José Maria dos Anjos* - Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento da Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA;

*Pedro Miguel da Costa e Silva* - Diretor do Departamento Econômico da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministro das Relações Exteriores;

*Ana Paula de Jesus Kowalski* - Assessora Técnica da Federação da Agricultura do Paraná – FAEP;

*Robson Mafioletti* - Superintendente da Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR) e representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;

*Alan Fabrício Malinski* - Assessor Técnico da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

*Hamilton Guterres Jardim* - Presidente da Comissão do Trigo da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL;

*Nelson Morro* - representante da Associação Brasileira da Indústria do Trigo – ABITRIGO; e

*Roberto Queiroga* - representante da Associação das Empresas Cerealistas do Rio Grande do Sul (ACERGS) e da Associação das Empresas Cerealistas do Paraná – ACEPAR.

Autor do Requerimento nº **345/17**: Deputado Luís Carlos Heinze - PP/RS.

**Tema:** Debater a execução dos programas de compras públicas de alimentos, no âmbito do PAA e do PNAE

Data: 22/08/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

**Convidados**

*Everton Augusto Paiva Ferreira* - Subsecretário de Agricultura Familiar da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário;

*Marisson Marinho* - Gerente de Apoio aos Negócios e à Comercialização de Empreendimentos Familiares da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;

*Karine Silva dos Santos* - Coordenadora-geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - PNAE/FNDE;

*Antoninho Rovaris* - Secretário de Política Agrícola da CONTAG;

*Bruno Eduardo Pilon* - Coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, representando a Via Campesina;

*Alexandre Bergamin* - Coordenador da FETRAF/Santa Catarina, representando a CONTRAF BRASIL; e

*Jose Paulo de Almeida* - Diretor do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Autor do Requerimento nº **438/17**: Deputado Marcon - PT/RS.

**Tema:** Discutir e avaliar a Política Cafeeira ao longo dos últimos anos e proposições que tramitam no Congresso Nacional.

Data: 24/08/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

**Participações:**

Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria, Comércio e Serviços

**Convidados**

*Neri Geller* - Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa;

*Eduardo Von Glehn Nobre* - Coordenador do Agronegócio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC;

*Silas Brasileiro* - Presidente Executivo do Conselho Nacional do Café - CNC;

*Pedro Miguel da Costa e Silva* - Membro do Conselho Deliberativo de Política do Café e Diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores;

*José Marcos Rafael Magalhães* - Membro do Conselho Deliberativo de Política do Café e Presidente da Minasul;

*Aguinaldo José de Lima* - Membro do Conselho Deliberativo de Política do Café e Diretor de Relações Institucionais da ABICS;

*Mônica Avelar Antunes Netto* - representante do Ministério da Fazenda no Conselho Deliberativo de Política do Café;

*Marcos Antônio Matos* - Diretor-geral do Conselho Dos Exportadores De Café Do Brasil - CECAFE;

*Wilson Oliveira* - Diretor Regional da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;

*Breno Pereira Mesquita* - Presidente da Comissão Nacional do Café, representando a CNA;

*Sérgio Rosa Ferrão* - representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG no Conselho Deliberativo de Política do Café;

*Nelson Carvalhaes* - Presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - CECAFE; e

*Antônio Carlos Arantes* - Presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Autor do Requerimento nº **414/17** - CAPADR: Deputado Carlos Melles - DEM/MG.

Autor do Requerimento nº **322/17** - CFT: Deputado Carlos Melles - DEM/MG.

Autor do Requerimento nº **106/17** - CDECS: Deputado Covatti Filho - PP/RS.

**Tema:** Discutir as diretrizes operacionais de financiamento à Carcinicultura e os riscos zoossanitários advindos da importação de camarões de origem equatoriana.

Data: 31/08/2017

Local: Plenário 9 do anexo II

#### **Convidados**

*João Crescêncio Aragão Marinho* - Secretário Substituto da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC;

*Itamar de Paiva Rocha* - Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC;

*Dr. Daniel Lanza* - Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;

*Gisele Ferreira Amaral* - Gerente do Departamento de Agroindústria do BNDES;

*Romildo Carneiro Rolim* - Diretor Financeiro e de Crédito do Banco do Nordeste;

*Giovanni Chaves* - Gerente de Divisão, da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil;

*Antonio Luiz Machado de Moraes* - Diretor Substituto do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

*Cristiano Peixoto Maia* - Presidente da Associação Cearense de Criadores de Camarão - ACCC; e

*DR. Pedro Martins* - Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA.

Autor do Requerimento nº **353/17**: Deputado Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE;

Autor dos Requerimentos nº **404/17** e nº **421/2017**: Deputado Evair Vieira de Melo - PV/ES.

**Tema:** Debater a situação dos produtores de Vinho Colonial e as medidas para viabilizar a sua produção e comercialização no contexto produtivo da agricultura familiar.

Data: 06/09/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

#### **Convidados**

*Paulo Frizzo* - Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES;

*Joaquim Lorenzoni* - Presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Vinho Colonial de Ijuí-RS;

*Helinton José Rocha* - Coordenador de Produção Integrada da Cadeia de Produção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

*Fernando Mombelli* - Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil - RFB;

*Alexandre Hoffmann* - Chefe Adjunto de Transparência de Tecnologia da Embrapa Uva e Vinho.

Autores do Requerimento nº **426/17**: Deputados Onyx Lorenzoni - DEM/RS e Evair Vieira de Melo - PV/ES.

**Tema:** Debater o Projeto de Lei 6.392, de 2016, que altera o Art. 99 e acrescenta o Art. 145-B da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor do transporte de semoventes.

Data: 12/09/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

#### **Convidados**

*Wilson Jose Catiste* - Diretor da Vilas Empreendimentos Rodoviários; *JORGE Augusto da Conceição* - Analista de Infraestrutura, representando o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);

*Leonardo da Silva Rodrigues* - Coordenador de Operações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

*Luiz Paulo Dias de Freitas* - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários, Caminhoneiros e Carreiros de Iturama e Região - SINTRACAR; e

*Anderson Golfão* - Prefeito de Iturama-MG.

Autor do Requerimento nº **336/17**: Deputado Zé Silva SD/MG.

**Tema:** Debater o aprimoramento do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária com ênfase em Sanidade Vegetal.

Data: 14/09/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

**Convidados**

*Marcus Vinicius Segurado Coelho* - Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SDA/MAPA; GRAZIELA COSTA ARAÚJO, Gerente Geral de Toxicologia Substituta da ANVISA;

*Reginaldo Minaré* - Consultor da área de tecnologia da CNA, e Assessor Técnico da RAPROSOJA Brasil;

*Alexandre de Lima Schramm* - Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola - SINDAG;

*Anaximandro Almeida* - Consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja - ABRASS;

*Leonardo Minaré Braúna* - Biólogo representando a Associação Brasileira dos Produtores de Soja – Aprosoja; e

*Sílvia Fagnoni* - Diretora Executiva do SINDIVEG.

Autor dos Requerimentos nº 423/17 e nº 431/17: Deputado Evandro Roman - PSD/PR.

**Tema:** Discutir o impacto causado pelas restrições dispostas na Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014, e ouvir as partes afetadas a fim de encontrar soluções para os problemas causados pela mesma à cadeia produtiva pesqueira no Espírito Santo.

Data: 19/09/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

**Convidados**

*José Amaury da Silva Maia* - Diretor do Departamento e Ordenamento da Pesca, representando a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC;

*Ugo Eichler Vercillo* - Diretor do Departamento de Conservação e Manejo de Espécies do Ministério do Meio Ambiente; e

*Rosana Subirá* - Coordenadora Geral de Manejo para Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Autor do Requerimento nº 386/17: Deputado Evair Vieira de Melo - PV/ES.

**Tema:** Debater sobre a cadeia produtiva de animais de estimação.

Data: 28/09/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

**Convidados**

*José Edson Galvão de França* - Presidente da Câmara Setorial Pet e Representante da Cadeia Produtiva Pet;

*Felipe Weber Mendonça Silva* - Engenheiro de Aquicultura;

*Wanderson Alves Ferreira* - Vice-presidente da Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais - Anclipeva BRASI; e

*Thiago Santos Fraga Rodrigues* – Advogado.

Autor do Requerimento nº **395/2017**: Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS.

**Tema:** Debater sobre o cenário atual das políticas públicas de educação no campo e suas perspectivas.

Data: 28/09/2017

Local: Plenário 9 do anexo II

**Participações:**

Comissão de Educação, Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

**Convidados**

*Divina Bastos* - Coordenadora-Geral de Políticas de Educação do Campo – MEC;

*Nara Maria Pimentel* - Coordenadora-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino-SESU/MEC;

*Clarice Aparecida dos Santos* - Representante do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC);

*Edgar Kolling* - Representante do MST;

*Edjane Rodrigues Silva* - Representante da CONTAG;

*Adair Pozzebon* - Representante da UNEFAB;

*Geovane Barbosa do Nascimento* - Representante do CONIF; e

*Ewerton Giovanni dos Santos* - Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA

Autor do Requerimento nº **454/17** - CAPADR: Deputado Zé Carlos - PT/MA.

Autores do Requerimento nº **357/17** - CE: Deputados Zé Carlos - PT/MA e Odorico Monteiro - PSB/CE.

Autor do Requerimento nº **82/17** - CDHM: Deputado Padre João - PT/MG.

Autor do Requerimento nº **391/17** - CFFC: Deputado Padre João - PT/MG.

**Tema:** Debater o andamento dos processos de regularização fundiária na Amazônia Legal.

Data: 03/10/2017

Local: Plenário 10 do anexo II

**Convidados**

*Rogério Papalardo Arantes* - Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária no DF do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);

*José Dumont Teixeira* - Superintendente da Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SERFAL/SEAD;

*Antônio Roberto dos Santos Ferreira* - Diretor do Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - DECIP/MP;

*Cletho Muniz de Brito* - Superintendente do INCRA - SR-17/RO; e

*Carlos Augusto Santos Silva* - Secretário de Formação e Organização da CONTAG.

Autor dos Requerimentos nº **444/17**, nº **459/17** e nº **476/17**: Deputado Lucio Mosquini - PMDB/RO.

**Tema:** Discutir ato do Conselho de Administração de Defesa Econômica (CADE) que autoriza, sem restrições, a operação de aquisição das participações do Grupo Vale junto à Vale Fertilizantes S/A pela empresa Mosaic Fertilizantes do Brasil LTDA.

Data: 17/10/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

**Convidados**

*Patrícia Samensato Cabral* - Coordenadora-Geral de Análise e Antitruste do Conselho de Administração de Defesa Econômica - CADE; e

*Reginaldo Minaré* - Consultor da área de Tecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

Autor do Requerimento nº **479/17**: Deputado Mário Heringer - PDT/MG.

**Tema:** Debater a produção agrícola indígena.

Data: 18/10/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

**Convidados**

*Patricia Metzler Saraiva* - Coordenadora de Indicação Geográfica do MAPA;

*Rodrigo Paranhos* - Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da FUNAI;

*Terezinha Aparecida Borges Dias* - Pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia;

*Denis Lerrer Rosenfield* - Consultor da Área de Assuntos Fundiários da CNA;

Daniel de Andrade Oliveira Barral - Procurador-Geral Federal Substituto da AGU;

*Juan Felipe Negret Scalla* - Coordenador-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

*Arnaldo Zunizake* - representante da etnia Paresi, da Aldeia Bacaval em Mato Grosso; e

Lideranças indígenas.

Autor do Requerimento nº **478/17**: Deputado Nilson Leitão - PSDB/MT.

Autor do Requerimento nº **486/17**: Deputado Adilton Sachetti - PSB/MT.

**Tema:** Debater o aprimoramento do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária com ênfase em Sanidade Animal.

Data: 24/10/2017

Local: Plenário 16 do anexo II

**Convidados**

*Jorge Caetano Júnior* - Secretário de Defesa Agropecuária Substituto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SDA/MAPA;

*Ronaldo Carneiro* - Diretor Substituto do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

*Janaína Gonçalves Garçone Moura* - Diretora do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

*José Luis Ravagnani Vargas* - Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

*Inácio Afonso Kroetz* - Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária - FONESA;  
*Luciano Vacari* - Diretor Executivo da Associação dos Criadores de Mato Grosso - ACRIMAT;  
*Nilo Chaves de Sá* - Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos - ABCS; e  
*Cláudio Regis Depes* - Médico Veterinário, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV;  
Autor do Requerimento nº **424/17**: Deputado Evandro Roman - PSD/PR.

**Tema:** Debater as dificuldades de comercialização e a queda nos preços do arroz e debater a defesa comercial da cadeia produtiva do arroz no Mercosul.

Data: 21/11/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

#### **Convidados**

*Sávio Rafael Pereira* - Secretário Substituto de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SPA/MAPA;

*Fabio Fernandes* - Diretor do Departamento de Produtos de Origem Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DIPOV/MAPA;

*Rodrigo Martins Vargas* - Assessor da Gerência-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

*Alan Silveira dos Santos* - Gerente de Operações da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;

*Ivandrê Montiel* - Secretário Adjunto de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Fazenda - SPE/MF;

*Marco César Saraiva da Fonseca* - Diretor do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC;

*Ernani Polo* - Secretário da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul;

*Alan Fabricio Malinski* - Assessor Técnico da Comissão de Cereais, representando a Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina - Faesc;

*André Barbosa Barretto* - Presidente da Federação das Cooperativas de Arroz do RS - Fearroz;

*Cezar Augusto Gazzaneo* - Diretor Executivo do Sindicato da Indústria do Arroz no Rio Grande do Sul - Sindarroz/RS

*Guinter Frantz* - Presidente do Instituto Rio-Grandense do Arroz - IRGA;

*Henrique Dornelles* - Presidente da Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande Sul - Federarroz;

*Anderson Belloli* - Diretor Executivo da Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande Sul - Federarroz;  
*Francisco Schardong* - Diretor Administrativo da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - Farsul; e  
*Elton Doeler* - Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Arroz - Abiarroz.

Autores do Requerimento nº **344/17**: Deputados Luis Carlos Heinze (PP/RS), Valdir Colatto (PMDB/SC) e Jorge Boeira (PP/SC).

Autores do Requerimento nº **491/17**: Deputados Alceu Moreira (PMDB/RS) e Marcon (PT/RS).

**Tema:** Debater as propostas de revitalização e reestruturação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS, e os reflexos para a piscicultura e perímetros irrigados do Nordeste.

Data: 23/11/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

**Convidados**

*Ângelo José de Negreiros Guerra* - Diretor-geral do DNOCS, representando também o Ministério da Integração Nacional; e  
*Roberto Morse de Souza* - Presidente da Associação dos Servidores do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - ASSECAS.

Autor do Requerimento nº **498/17**: Deputado Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE.

**Tema:** A avaliação de políticas para planejamento das safras no país.

Data: 05/12/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

**Convidados**

*Sílvio Farnese* - Diretor Substituto de Comercialização e Abastecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

*Elísio Contini* - Chefe da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia - EMBRAPA;

*Aroldo Antônio de Oliveira Neto* - Superintendente de Agronegócio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB; e

*Julio Cesar Perruso* - Coordenador de Agropecuária Substituto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Autor do Requerimento nº **399/17**: Deputado Luiz Claudio - PR/RO.

**Tema:** Debater a produção de Vinho Colonial no Paraná, especialmente na região de Irati.

Data: 07/12/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

**Convidados**

*Antoninho Zanlorensi* - Produtor da Região de Irati, Paraná;

*Miguel Rossa* - Produtor da Região de Irati, Paraná;

*Luiz Alcione Cosmos* - Produtor da Região de Irati, Paraná;

*Helinton José Rocha* - Coordenador das Cadeias Produtivas do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável - DEPROS/ SMC/MAPA; e

*Fernando Mombelli* - Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil.

Autor do Requerimento nº **485/17**: Deputado Evandro Roman - PSD/PR.

**Tema:** Debater a questão indígena nos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

Data: 14/12/2017

Local: Plenário 3 do anexo II

**Convidados**

*Sergio Souza* - Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

*Luciano Alves Pequeno* - Assistente Técnico da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, representando também o Ministério da Justiça e Segurança Pública;

*Heraldo Trento* - Prefeito do Município de Guaíra/PR;

*Roberto João Weber* - Presidente da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade - ONGDIP;

*Klauss Kuhnen* - Assessor Jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP;

*Luana Ruiz Silva de Figueiredo* - Advogada;

*Altair Donizete de Padua* - Prefeito do Município de Terra Roxa/PR.

Autores do Requerimento nº **517/2017**: Deputados Evandro Roman - PSD/PR, Sérgio Souza - PMDB/PR, Tereza Cristina - sem partido/MS, Alfredo Kaefer - PSL/PR, Osmar Serraglio - PMDB/PR, Dilceu Sperafico - PP/PR, Nelson Padovani - PSDB/PR, e Luiz Nishimori - PR/PR.

Autor do Requerimento nº **521/2017**: Deputado Sergio Souza - PMDB/PR.

## **REUNIÕES COM MINISTROS**

### **Temas:**

- Debater os efeitos econômicos e sociais da Operação "Carne Fraca" sobre o setor agropecuário nacional, bem como discutir as possíveis medidas que possam atenuar os impactos negativos que já estão sendo experimentados por aquele setor. (Requerimento nº 324/2017)
- Debater a respeito do modelo de inspeção sanitária de produtos de origem animal adotado no país, inclusive sobre a inaplicabilidade do SUASA, bem como quanto à operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal. (Requerimento nº 329/2017)
- Apresentação dos Programas e Projetos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o ano de 2017. (Requerimento nº 333/2017)
- Debater sobre a operação Carne Fraca deflagrada pela Polícia Federal. (Requerimento nº 339/2017)
- Explanar acerca da carne brasileira, tanto interna quanto para exportação, visando atestar a qualidade das carnes, bovina, ovina, suína, aves, para melhor informar os consumidores brasileiros. (Requerimento nº 360/2017).

Data: 10/05/2017

Local: Plenário 6 do Anexo II

### **Convidado**

*Blairo Maggi* - Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Autor do Requerimento nº **324/2017**: Deputado Sergio Souza - PMDB/PR;

Autor do Requerimento nº **329/2017**: Deputado Assis do Couto - PDT/PR;

Autor do Requerimento nº **333/2017**: Deputado Herculano Passos - PSD/SP;

Autor do Requerimento nº **339/2017**: Deputado Izaque Silva - PSDB/SP;

Autor do Requerimento nº **360/2017**: Deputado Afonso Hamm - PP/RS.

**Tema:** Prestar esclarecimento a esta Comissão sobre a falta de regulamentação das Cotas de Reserva Ambiental-CRA e o Programa de Regularização Ambiental-PRA e criação de Parques Florestais, indenizações e administração pela União de Unidade de Conservação Brasil.

Data: 16/08/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

### **Convidado**

*José Sarney Filho* - Ministro de Estado do Meio Ambiente;  
Autor do Requerimento nº **447/2017**: Deputado Valdir Colatto - PMDB/SC.

**Tema:** Tratar da revisão dos critérios de cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).

Data: 29/11/2017

Local: Plenário 6 do anexo II

### **Convidados**

*José Sarney Filho* - Ministro de Estado do Meio Ambiente;

*Gilberto Werneck de Capistrano Filho* - Coordenador Geral de Gestão da Qualidade Ambiental do Ibama;

*Paulo Miranda Soares* - Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes - Fecombustíveis;  
e

*Arney Antônio Frasson* - Presidente da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil - ACEBRA;

Autor do Requerimento nº **502/2017**: Deputado Jerônimo Goergen - PP/RS

## **OUTROS EVENTOS**

**Tema:** Debater questões relativas à política agropecuária como: importação de café, importação de leite e renegociação da dívida rural, durante a ExpoAgro.

MESA REDONDA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Itamaraju – BA

Data: 29/04/2017

Local: Parque de Exposições Manoel Pereira, Itamarajú/BA.

Convidados

*Deputado Federal Evair Vieira de Melo* – Presidente em exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

*Otaciano Neto* - Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Aquicultura e Pesca do Espírito Santo;

*Acássio Vieira de Azeredo Coutinho* - Prefeito do Município de Carlos Chagas-MG;

*Nabih Amim El Aouar* - Presidente da Associação Capixaba dos Criadores de Nelore.

Autor do Requerimento nº **385/2017** - Deputado Evair Vieira de Melo - PV/ES.

**Tema:** Debater as concessões das rodovias e ferrovias no Paraná e a reforma previdenciária e trabalhista em tramitação no Congresso Nacional, bem como as novas normas RIISPOA e FUNRURAL.

FORUM DE DEBATES da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Maringá - EXPOINGÁ.

Data: 12/05/2017

Local: Parque Internacional de Exposições de Maringá.

#### **Convidados**

*Deputado Sérgio Souza* – Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

*Marco Tadeu* - Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná - Faciap;

*Francisco Simioni* - Representante da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná;

*Orlando Pessutti* - Presidente do Banco Regional – BRDE;

*Maria Iraclézia de Araújo* - Presidente da Sociedade Rural de Maringá;

*Paulo Roberto Fernandes Faria* – Vice-Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná - Ocepar;

*José Antônio Borghi* - Presidente do Sindicato Rural de Maringá;

*Edson Godoy* - representante do Ministério da Agricultura no Paraná; e

*Paulo Roberto Sanita* - Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - Fetaep.

Autor dos Requerimentos nº **369/2017** e nº **397/2017** - Deputado Sérgio Souza - PMDB/PR.

**Tema:** Debater a situação socioeconômica, ambiental e as políticas públicas previstas para o desenvolvimento do município de Porto da Folha.

SEMINÁRIO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural no município de Porto da Folha/SE.

Data: 26/05/2017

Local: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Porto da Folha/SE.

### **Convidados**

Deputado *João Daniel* - Presidente em Exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR;

Presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; Representante da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – Endagro;

Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra;

Representante da Secretaria de Agricultura do Estado do Sergipe;

Representante do Banco do Nordeste;

Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

Representante do Município de Porto da Folha – SE; e

Representante da Câmara de Vereadores do Município de Porto da Folha – SE

Autor do Requerimento nº **387/2017**: Deputado João Daniel - PT/SE.

**Tema:** Debater sobre o zoneamento para cultura da Soja.

ENCONTRO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Triunfo/RS.

Data: 29/05/2017

Local: Câmara de Vereadores de Triunfo/RS.

### **Convidados**

*Valmir Massena* – Vereador;

*Adroaldo Oliveira* – Produtor Rural de Triunfo no quarto distrito;

*Cristiano Oliveira* - Produtor Rural de Triunfo no quarto distrito;

*Elmar Konrad* – Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL;

*Alencar Rugeri* - Agrônomo na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural -Emater/Rs;

*Rodrigo Pacheco* – Representante do Poder Executivo;

*Ricardo Furtado* – Representante do Ministério da Agricultura; e

*Danilo Benedeti* – Agrônomo que dá suporte técnico ao produtor rural.

Autores do Requerimento nº **343/2017**: Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS e Luis Carlos Heinze - PP/RS.

**Tema:** Discutir Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

MESA REDONDA da Comissão de Agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural em Almenara-MG.

Data: 09/06/2017

Local: Câmara Municipal de Almenara - MG

**Convidados:**

*Deputado Federal Zé Silva* – Presidente em Exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

*José Ricardo Roseno* – Secretário Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAD;

*Ademir Gobira* – Prefeito de Almenara;

*Vereador Romércio Gobira* – Presidente da Câmara Municipal Almenara/MG;

*Antônio Rodrigues dos Santos* – Prefeito de Bandeira e Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Jequitinhonha – AMBAJ;

*Valmisony Jardim* – Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER;

*Ewerton Giovani* – Diretor Nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;

*Ronaldo Lima Rodrigues* – Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais;

*José Paulo de Almeida* – Diretor de Apoio à Aquisição e Comercialização de Produção Familiar do MDS;

*Frederico Cavalcante de Moura* – Gerente do Banco do Nordeste – Almenara e região; e

*Carlos Henrique Wolf Melgaço* – Gerente do Banco do Brasil – Almenara e região;

Autor do Requerimento nº **376/2017**: Deputado Zé Silva - SD/MG.

**Tema:** Debater as políticas públicas para os territórios Quilombolas de Sergipe.

SEMINÁRIO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Aracajú/SE.

Data: 09/06/2017

Local: Assembleia Legislativa de Aracaju - SE.

**Convidados:**

*Livia Nascimento Tinôco* - Procuradora da República em Sergipe, representante do Ministério da Agricultura;

*Rogério Papalardo Arantes* - Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

*Antônio Oliveira Santos* - Coordenador Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

*Erivaldo Oliveira da Silva* – Representante da Fundação Palmares;

*Xifronéze Santos* – Representante da Federação Quilombola;

*José Wellington Fontes Nascimento* - Coordenador Estadual;

*Bispo Dom João*.

Representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural - SEAGRI

Representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos- SEMARH;

Representante da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social - SEIDES; e

Representante da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas - CONAQ;

Autor do Requerimento nº **330/17**: Deputado João Daniel - PT/SE.

**Tema:** Reunião de Cortesia.

Data: 20/06/2017

Local: Sala de Reuniões da Presidência da Comissão de Agricultura.

**Convidados**

*Elkhan Polukhov* - Embaixador do Azerbaijão;

*Moises Curi* - Secretaria da Embaixada do Azerbaijão; e

Deputado Sérgio Souza - Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

**Tema:** Discutir os procedimentos sobre a regulamentação da Lei nº 13.340/2016 que "autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural".

SEMINÁRIO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Ilha das Flores/SE

Data: 07/07/2017

Local: Salão de Eventos do Aloisio Bar, rodovia estadual SE-200, Povoado Serrão - Ilha das Flores/SE.

**Convidados:**

*Deputado Federal João Daniel* – Presidente em Exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

*Rafaela Alves* – Jovem Camponesa do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA;

*Ana Lúcia Vieira Menezes* - Deputada Estadual SE/PT;

*Volnandy de Aragão Brito* – Representante do Banco do Nordeste – BNB;

*Fernando Pessoa Pereira da Costa de Sá* – Gerente da Agência do Banco do Nordeste em Neópolis – BNB;

*Walter Uchoa Dias Júnior* – Representante da Companhia de Desenvolvimento dos Vales Parnaíba e São Francisco – CODEVASF;

*Padre Isaias* – Representante da Cáritas Diocesana de Propriá;

*Gismário Nobre* – Diretor Técnico da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO;

*Marlise Andrea de Oliveira* – Gerente-Geral do Bando do Brasil em Neópolis;

*Bruno Nobre* – Representante da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab;

*Josefa Eraldina dos Santos Meneses* – Gerente de Área do Banco do Estado de Sergipe – BANESE;

*Dom Mário* – Bispo da Diocese de Propriá;

*Petrônio da Silva* – Vereador de Pacatuba – PT/SE;

*José Nunes Santos Filho* – Vereador de Telha – PC do B/SE;

*Elder Araujo Santana* – Vereador de São Francisco – PT/SE; e

*José Sebastião Filho (Serginho)* – Vereador de Ilha das Flores – PSC/SE.

Autor do Requerimento nº 434/17: Deputado João Daniel - PT/SE.

**Tema:** Debater o Projeto de Lei 6717/2016 que disciplina o porte de arma de fogo.

ENCONTRO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na Expointer.

Data: 28/08/2017

Local: Auditório da Farsul, Parque de Exposições da Expointer, Esteio-RS.

**Convidados:**

*Deputado Federal Afonso Hamm* – Presidente em Exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

*Deputado Federal Luís Carlos Heinze* – Membro Titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

*Deputado Federal Alceu Moreira* – Membro Suplente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

*Paulo Ricardo Dias* – Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - Farsul;

*Gedeão Silveira Pereira* – Primeiro Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - Farsul;

*Leonardo Paschoal* – Prefeito de Esteio/RS;

*Nestor Hein* – Advogado;

*Carlos Rivaci Sperotto* – Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - Farsul;

Representante do Sindicato Rural de Bagé;

Representante do Sindicato Rural de Dom Pedrito;

Representante do Sindicato Rural de Alegrete;

Representante do Sindicato Rural de Uruguaiana;

Representante da Polícia Civil;

Representante da Brigada Militar; e

Produtores Rurais.

Autores do Requerimento nº **466/2017**: Deputados Afonso Hamm - PP/RS, Celso Maldaner - PMDB/SC e Evair Vieira de Melo – PV/ES.

**Tema:** Debater os impactos e as questões da importação do leite.

MESA REDONDA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Santa Tereza - ES.

Data: 22/09/2017

Local: Parque de Exposições e Eventos Frei Estevão Eugênio Corteletti, Santa Tereza - ES.

**Convidados:**

*Deputado Federal Evair Vieira de Melo* – Presidente em Exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

*Geraldo de Carvalho Borges* – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite - Abraleite;

*Rodrigo Monteiro* – Vice-Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Espírito Santo;

*Wesley Mendes* – Presidente do Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim; e

*Marcos Corteletti* – Presidente da Associação de Criadores e Produtores de Gado de Leite do Espírito Santo.

Autor do Requerimento nº **470/2017**: Deputado Evair Vieira de Melo – PV/ES.

**Tema:** Discussão da produção cafeeira no Estado de Rondônia e Região Norte.

MESA REDONDA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Alta Floresta d'Oeste - RO.

Data: 10/11/2017

Local: Barracão da Igreja Nossa Senhora da Penha – Av. Rio Grande do Sul, 4506, Centro - Alta Floresta d'Oeste.

**Participação:**

Senado Federal

**Convidados:**

*Deputado Federal Luiz Cláudio* – Presidente em Exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

*Blairo Maggi* – Ministro da Agricultura, Pecuária, e Abastecimento - MAPA;

*Maurício Lopes* – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

*Alaerto Luiz Marcolan* – Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa/RO;

*Valdinei Oliveira* – Gerente da Regional de Rolim de Moura, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;

*Senador Ivo Cassol* – Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal;

*Senador Valdir Raupp* – Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal;  
*Deputado Federal Lúcio Mosquini* – Membro Titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;  
*Deputado Federal Nilton Capixaba* – Membro Suplente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;  
*Deputado Federal Evair Vieira de Melo* – Membro Titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;  
*Deputada Federal Marinha Raupp*;  
*Dr. Silas Brasileiro* – Presidente do Conselho Nacional do Café;  
*Carlos Borges* – Prefeito Municipal de Alta Floresta D’Oeste;  
*Anselmo de Jesus* – Presidente do Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON;  
*Basílio Oliveira* – Superintendente de Desenvolvimento de Rondônia;  
*Deputado Estadual Jean de Oliveira*;  
*Giovan Damo* – Secretário Municipal de Agricultura de Alta Floresta D’Oeste;  
*Francisco Mende de Sá Coutinho* – Diretor Presidente do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável – EMATER/RO;  
*Ezequias Braz da Silva Neto* – Presidente da Câmara Setorial do Café de Rondônia;  
*Salatiel Rodrigues de Souza* – Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB/RO;  
*Dr. Felipe Zanella* – Superintendente do Banco do Brasil em Rondônia;  
*Dr. Wilson Evaristo* – Superintendente do Banco da Amazônia em Rondônia – BASA; e  
*Cleto Muniz de Brito* – Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/RO.

Autor dos Requerimentos nº **398/17** e nº **480/17**: Deputado Luiz Cláudio - PR/RO.

**Tema:** Esclarecer a logística e outras demandas sobre as obras da BR 163 e os impactos sobre e escoamento da Safra.

MESA REDONDA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Alta Floresta d’Oeste - RO.

Data: 21/11/2017

Local: Câmara Municipal de Sinop - MT.

**Convidados:**

*Deputado Federal Nilton Leitão* – Presidente em Exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

*Maurício Quintella Lessa* – Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

*Senador da República José Medeiros*;

*Vereador Ademir Bortoli* – Presidente da Câmara Municipal Sinop – representando os demais vereadores;

*Rosana Martinelli* – Prefeita de Sinop;

*Deputado Estadual Silvano Amaral*;

*Ari Lafin* – Prefeito de Sorriso;

*Edu Laudi Pascoski* – Prefeito de Itanhangá;

*Asiel Bezerra de Araújo* – Prefeito de Alta Floresta;

*Luciano Castro* – Secretário Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário;

*Dino Antunes* – Secretário de Fomento e Parcerias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

*Herbert Drummond* – Secretário de Política e Integração;

*Jorge Bastos* – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

*Luiz Antônio Garcia* – Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

*Orlando Machado* – Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

*Aristóteles Cadidé* – Superintendente da Polícia Rodoviária Federal - PRF/MT;

*Tenente Coronel Carlos Nery* – Representando o Comandante do Exército General Villas Boas;

*Roberto Madureira* – Diretor de Relações Institucionais da Concessionária Rota do Oeste; e

*Fernando Milléo* – Diretor de Operações da Concessionária Rota do Oeste.

Autor do Requerimento nº **359/17**: Deputado Nilson Leitão - PSDB/MT.

**Tema:** Debater a instituição do dia 6/6/2017 como o Dia Nacional da Vaquejada, dos Rodeios e dos esportes equestres.

SEMINÁRIO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural no município de São Miguel do Taipú/PB.

Data: 09/12/2017

Local: Parque BeMais, Fazenda Pelegra, no município de São Miguel do Taipú/PB.

### **Convidados**

*Deputado André Amaral* - Presidente em Exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR;

Paulo Fernando Cavalcanti Morais Filho - Presidente da Associação Brasileira de Vaquejada - ABVAQ;

*Marcos Studart Gomes Lima* – Vice-Presidente da Associação Brasileira de Vaquejada - ABVAQ;

*Rodrigo Sales Loureiro* – Suplente Secretário Geral da Associação Brasileira de Vaquejada - ABVAQ; e

Paulo G. Araújo Lima Moura – Suplente Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Vaquejada – ABVAQ.

Autor do Requerimento nº **484/2017**: Deputado André Amaral - PMDB/PB.

## EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

### Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - PLN 1/2017

Aprovadas em 05/07/17

01 - EMENTA: Fomento ao Setor Agropecuário; PROGRAMA: 2077 Agropecuária Sustentável; AÇÃO: 20ZV Fomento ao Setor Agropecuário; PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA): Projeto apoiado (unidade); ACRÉSCIMO DE META: 50.000;

Justificativa: Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária

Esta emenda destina-se dar Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário objetivando viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações. Viabilizando ações que permitam a implantação de projetos para o aumento da produção, produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e a sua comercialização. Através da aquisição de máquinas como: trator e patrulhas mecanizadas, patrol equipamentos e implementos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas de plantio, terraços, tratos culturais, colheita, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação. Contribuindo assim para o avanço da capacidade produtiva e gerencial dos produtores e ampliação dos mercados interno e externo, por meio de ações baseadas, principalmente, em concepções de sistemas integrados de produção, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar, em busca do aumento da produção e da renda. Organização e capacitação dos agentes das cadeias produtivas agroenergéticas para o desenvolvimento sustentável, estudo das potencialidades das matérias-primas agroenergéticas, difusão de tecnologias para o desenvolvimento da produção agroenergética, apoio à organização dos produtores rurais em associações e em cooperativas, promoção ao aproveitamento das potencialidades regionais para a produção agroenergética e cooperação internacional para a difusão da agroenergia.

02 - EMENTA: Implementação da Defesa Agropecuária; PROGRAMA: 2028 Defesa Agropecuária; AÇÃO: 214W Implementação da Defesa Agropecuária; PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA): Atividade realizada (unidade); ACRÉSCIMO DE META: 10.000.000;

Justificativa: Esta emenda objetiva manter e ampliar a situação das zonas livres de pragas e doenças, fortalecendo a prevenção e o controle dessas; promover a sanidade e qualidade dos alimentos e bebidas; e reduzir resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal, de forma a não afetar a saúde dos consumidores. Para isso realiza-se a inspeção, vigilância, controle e comercialização de insumos e serviços demandados na agropecuária: serviços agrícolas, serviços pecuários, material genético animal, insumos destinados à alimentação animal, produtos de uso veterinário, fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes e mudas, agrotóxicos e afins; bem como de atividades com organismos geneticamente modificados.

## Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 - PLN 20/2017

Aprovadas em 18/10/2017

EMENTA: Emenda de Comissão nº 1: Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar; MODALIDADE DA EMENDA: Comissão; TIPO DE EMENDA: Aprop.- Acréscimo; LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - Nacional; ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Fiscal; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: Sec Esp Agr Fam Des Agrário; FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 21.606.2012.2100.0001 - Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar - Nacional; ESPECIFICAÇÃO DA META: Agricultor assistido(unidade) 236.440;

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	30	Transf. a Est. e ao DF	2	66.084.598
3	Outras Despesas Correntes	40	Transf. a Municípios	2	50.000.000
4	Investimentos	30	Transf. a Est. e ao DF	2	50.000.000
4	Investimentos	40	Transf. a Municípios	2	100.000.000
TOTAL .....					266.084.598

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
003012	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2 266.084.598
TOTAL .....						266.084.598

Justificativa: Viabilização da Assistência Técnica e da Extensão Rural - ATER aos agricultores familiares, incluindo mulheres agricultoras, comunidades indígenas e quilombolas, além da formação e capacitação de agentes de ATER e da produção de conhecimentos tecnológicos apropriados à Agricultura Familiar.

EMENTA: Emenda de Comissão nº 2: Fomento ao Setor Agropecuário; MODALIDADE DA EMENDA: Comissão; TIPO DE EMENDA: Aprop.- Acréscimo; LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - Nacional; ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Fiscal; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: M. Ag., Pec. e Abastecimento; FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 20.608.2077.20ZV.0001 - Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional; ESPECIFICAÇÃO DA META: Projeto apoiado(unidade) 600;

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	2	113.615.320
3 Outras Despesas Correntes	40 Transf. a Municípios	2	100.000.000
4 Investimentos	40 Transf. a Municípios	2	100.000.000
TOTAL .....			313.615.320

CANCELAMENTOS COMPENSATORIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
003012	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	313.615.320
TOTAL .....						313.615.320

Justificativa: Esta emenda destina-se a dar apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário objetivando viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações. Viabilizando ações que permitam a implantação de projetos para o aumento da produção, produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e a sua comercialização. Através da aquisição de máquinas como: trator e patrulhas mecanizadas, patrol equipamentos e implementos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas de plantio, terraços, tratos culturais, colheita, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação. Contribuindo assim para o avanço da capacidade produtiva e gerencial dos produtores e ampliação dos mercados interno e externo, por meio de ações baseadas, principalmente, em concepções de sistemas integrados de produção, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar, em busca do aumento da produção e da renda.

Organização e capacitação dos agentes das cadeias produtivas agroenergéticas para o desenvolvimento sustentável, estudo das potencialidades das matérias-primas agroenergéticas, difusão de tecnologias para o desenvolvimento da produção agroenergética, apoio à organização dos produtores rurais em associações e em cooperativas, promoção ao aproveitamento das potencialidades regionais para a produção agroenergética e cooperação internacional para a difusão da agroenergia.

EMENTA: Emenda de Comissão nº 3: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária; MODALIDADE DA EMENDA: Comissão; TIPO DE EMENDA: Aprop.- Acréscimo; LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - Nacional; ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Fiscal; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: EMBRAPA; FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 20.572.2042.20Y6.0001 -Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional; ESPECIFICAÇÃO DA META: Pesquisa desenvolvida (unidade) 750;

ACRESCIMOS A PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido		
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	300.000.000
TOTAL .....					300.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido		
003012	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	300.000.000
TOTAL .....								300.000.000

\* No dia 17/11/2017 foram alterados os valores e as programações:

GND 3 - Outras Despesa Correntes; MOD 90; Aplic. Diretas; Valor Acrescido 150.000.000;

GND 4 - Investimentos ; MOD 90; Aplic. Diretas Diretas; Valor Acrescido 150.000.000;

Justificativa: Financiamento de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias voltadas à geração de conhecimento e viabilização de soluções inovadoras para a agropecuária, incluindo a agricultura familiar. Os projetos de P&D serão executados buscando como resultado a geração de conhecimento e/ou produtos com foco nas cadeias de produtos de origem animal e vegetal, incluindo a operacionalização do Sistema de Monitoramento Agrometeorológico e o apoio ao desenvolvimento das atividades agropecuárias. A presente emenda destina-se ao financiamento de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas à geração de conhecimento e viabilidade de soluções inovadas para a agropecuária, incluindo a agricultura familiar. Os projetos P&D serão executados buscando como resultado a geração de conhecimento e/ ou produtos com o foco nas cadeias de produtos de origem animal e vegetal, incluindo a operacionalização do sistema de monitoramento agro meteorológico e o apoio ao desenvolvimento das atividades agropecuárias.

EMENTA: Emenda de Comissão nº 4: Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional; MODALIDADE DA EMENDA: Comissão; TIPO DE EMENDA: Aprop.- Acréscimo; LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - Nacional; ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento da Seguridade Social: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: M.do Des.Social - Adm. Dir.; FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 08.306.2069.2798.0001; Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional; Nacional; ESPECIFICAÇÃO DA META: Família agricultora beneficiada(unidade) 65.500;

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido		
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	318.000.000
TOTAL .....					318.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido		
003012	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	2	318.000.000
TOTAL .....								318.000.000

Justificativa: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido pioneiro no combate à fome e a pobreza. Entretanto, a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018 praticamente extingue o programa com a previsão de cerca 1% do valor em referência ao orçamento de 2017 para 2018. As cooperativas de agricultura familiar, potenciais fornecedoras do PAA, adequaram sua operacionalização para atender aos requisitos do programa e, neste cenário, estão sendo altamente impactadas com a menor priorização da política pública. Desta forma, a proposta visa priorizar essa importante política pública e assegurar sua continuidade.

## SUBCOMISSÕES

### Permanentes

#### SUBCOMISSÃO PERMANENTE da Política Agrícola - SUBPOLAG

Subtemas:

- 1 - Acompanhar, avaliar e propor medidas sobre a produção de leite no mercado nacional incluindo: a fixação de preço justo para os produtores; o combate aos cartéis na produção dos insumos lácteos; o estabelecimento de mecanismos de proteção do mercado interno de importação de produtos subsidiados; e a redefinição da carga tributária sobre leite *in natura* - SUBLEITE.
- 2 - Combate à Cartelização do Agronegócio no Brasil, destinada a discutir e oferecer soluções às práticas monopolistas em prejuízo dos produtores rurais brasileiros - SUBCARTEL.

#### Subleite

Presidente: Domingos Sávio - PSDB/MG

Vice-Presidente: Celso Maldaner - PMDB/SC

Relator: -

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PMDB - PP - PTB - PRB - SD - PSC - PHS - PTN - PMN - PRP - PSDC - PEN - PRTB - DEM	
Alceu Moreira PMDB/RS (Gab. 238-IV)	Nelson Marquezelli PTB/SP (Gab. 920-IV)
Celso Maldaner PMDB/SC (Gab. 311-IV)	Lázaro Botelho PP/TO (Gab. 478-III)
Zé Silva SD/MG (Gab. 608-IV)	
Evair Vieira de Melo PV/ES* (Gab. 443-IV)	Uldurico Junior PV/BA (Gab. 729-IV)
Bloco PT- PSD - PR - PROS - PCdoB	
Bohn Gass PT/RS (Gab. 469-III)	Marcon PT/RS (Gab. 569-III)
Luiz Cláudio PR/RO (Gab. 643-IV)	João Rodrigues PSD/SC (Gab. 503-IV)

	João Daniel PT/SE (Gab. 605-IV)
Bloco PSDB - PSB - PPS - PV	
Domingos Sávio PSDB/MG (Gab. 345-IV)	Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE (Gab. 725-IV)
Heitor Schuch PSB/RS (Gab. 277-III)	Assis do Couto PDT/PR (Gab. 428-IV)
PDT	
PSOL	

Atualizado em 29/08/17

Secretário: Guilherme Luiz Guimarães Medeiros

Auxiliar: Tiago Vicente Brasil

Consultor: Terezinha Perillo Fiuza

### **SUBCOMISSÃO PERMANENTE de Assuntos Fundiários e Agricultura Familiar - SUBAFAM**

Subtema: Assistência Técnica e Extensão Rural

Presidente: Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE

Vice-Presidente: Valmir Assunção - PT/BA

Relator: -

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco PMDB - PP - PTB - DEM - PRB - SD - PSC - PHS - PTN - PMN - PRP - PSDC - PEN - PRTB			
André Amaral	PMDB/PB	Dulce Miranda	PMDB/TO
Nivaldo Albuquerque	PRP/AL	Lázaro Botelho	PP/TO
Walter Alves	PMDB/RN	Ronaldo Martins	PRB/CE

Celso Maldaner	PMDB/SC	Hélio Leite	DEM/PA
Bloco PT- PSD - PR - PROS - PCdoB			
Valmir Assunção	PT/BA	João Daniel	PT/SE
Jony Marcos	PRB/SE	Heitor Schuch	PSB/RS
Bloco PSDB - PSB - PPS - PV			
Raimundo Gomes de Matos	PSDB/CE	Guilherme Coelho	PSDB/PE
Luana Costa	PSB/MA	Evair Vieira de Melo	PV/ES
PDT			
PSOL			

Atualizado em 05/09/17

Secretária: Diézica Vargas

Auxiliar: Dinaldo Nogueira

Consultor: Leonardo Tavares Lameiro da Costa

## **EXPEDIENTE**

### **Produção Editorial**

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

### **Impressão e Acabamento**

Gráfica

### **Redação**

Agência Câmara (com modificações)

CAPADR - Francisco Alexandre Pierre Barreto

CAPADR - Tiago Vicente Brasil

CAPADR - Rosângela Rodrigues De Carvalho

CAPADR – Dinaldo Alves Nogueira

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

CAPADR – Tiago Vicente Brasil

CAPADR - Francisco Alexandre Pierre Barreto

### **Fotografias**

Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

Gabinetes dos deputados membros da CAPADR

Banco de Imagens Gratuito [www.pixabay.com](http://www.pixabay.com)

